



HISTÓRIAS DO CHÃO

PROGRAMA EDUCATIVO
BDMG CULTURAL

PAULA LOBATO,
FELIPE CARNEVALLI
E CECI NERY (ORGS.)



HISTÓRIAS DO CHÃO

HISTÓRIAS DO CHÃO

PROGRAMA EDUCATIVO
BDMG CULTURAL

PAULA LOBATO,
FELIPE CARNEVALLI
E CECI NERY
(ORGS.)

06

Pergunte à terra

Paula Lobato
Felipe Carnevalli
e Ceci Nery

14

**Um rio debaixo
dos nossos tetos**

Massuelen
Cristina

24

Eu sou barro

Alex Santana

36

**Crescer em
comunidade**

Thiago Lopes

48

**O que não se vê,
mas se sente**

Ione Maria de Oliveira

60

Boi Encantado

Gercino Alves

72

Cultivar o forno

Sebastiana Lúcia
da Silva

92

**A ciência está na
mão de quem segura
o martelo**

Eduardo Evangelista

94

Um projeto para a vida

Poliana Souza

140

**Tradição é
transformação**

João Diniz

108

**Perder o escuro
é perder a
ancestralidade**

Diógenes Pires

152

**O Cerrado é um
pedaço de mim**

Shirlene Sabina
dos Santos

118

**Pegar do chão,
construir raízes**

Cenir Silva

162

Escola a céu aberto

Horácio de Jesus

128

O nosso palco é a rua

Russo APR

174

**Emâg Emâg, nós
vamos continuar
caminhando**

Merong Kamakã
Mongoió

PERGUNTE À TERRA

PAULA LOBATO,
FELIPE CARNEVALLI
E CECI NERY (ORGS.)

Em novembro de 2022, durante a elaboração da 7ª edição da REVISTA BDMG Cultural, realizávamos a importante tarefa de transformar a pesquisa de Padre Mauro Luiz da Silva, compartilhada conosco através da oralidade, em um texto escrito¹. Além de curador do Muquifu – Museu dos Quilombos e Favelas Urbanos em Belo Horizonte –, Padre Mauro é sacerdote e traz, em sua história, uma trajetória de pesquisa sobre a capital de nosso estado que recompõe fragmentos daquilo que, por muito tempo, esteve ofuscado pelas narrativas oficiais divulgadas pelos engenheiros e planejadores responsáveis pela fundação de Belo Horizonte.

Antes do Arraial do Curral del Rey se tornar Belo Horizonte, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos construiu uma capela e um cemitério para sua comunidade, no que seria hoje o encontro da Rua da Bahia com a Rua Timbiras, no centro da cidade. Durante as obras de construção da nova capital, a capela foi demolida e essa história – bem como essas pessoas – foi deliberadamente apagada, sob o concreto e o asfalto daquilo que se convencionou chamar de progresso.

Se pesquisas, práticas, histórias e vozes como a de Padre Mauro sempre existiram, mas foram frequentemente apagadas por uma narrativa hegemônica da história da cidade, felizmente hoje elas começam a ressoar por diversos circuitos, nos mostrando a urgência de desenterrarmos saberes que foram soterrados por uma matriz de conhecimento construtora de apagamentos. Mais do que necessário, o desenrolar dessas outras camadas de informação deixadas de fora da história oficial nos faz questionar a predileção pela narrativa dos planejadores da cidade, que, por muito tempo, nos fez acreditar que Belo Horizonte fora construída onde antes, supostamente, não se tinha nada.

¹ *Não se esqueça de mim aqui*, texto de Padre Mauro Luiz da Silva em conversa com Felipe Carnevalli e Paula Lobato, para a REVISTA BDMG Cultural, 2022. Disponível em: bdmgcultural.mg.gov.br/artigos/nao-se-esqueca-de-mim-aqui/.

Herdeiros de figuras simbólicas que habitavam a cidade antes da cidade e que foram expulsas pela Comissão Construtora de Belo Horizonte – como Maria do Arraial, mulher negra pejorativamente conhecida como Maria Papuda –, resistem nas entranhas da capital inúmeras pessoas que ainda mantêm vivas as relações e memórias que desafiam a história consolidada sobre este lugar. São indivíduos que viveram e vivem fora das narrativas oficiais, e que, assim como Padre Mauro, olham atentamente para o chão abaixo do asfalto e do concreto e se propõem a escutar o que ele tem a dizer.

Em uma de suas aulas dadas aos alunos da UFMG, Makota Valdina, educadora, mestra e porta-voz das religiões de matriz africana, dos direitos das mulheres e das populações negras, mostrou a todos os presentes a necessidade de tocarmos o chão, de o ouvirmos com cuidado e de aprendermos com seus ensinamentos². Ao descrever o processo de recebimento do Nguzu (força vital que todo ser possui, segundo a cosmologia banto), a mestra – que deixou este mundo terreno em 2019 – revelou que toda força que vem do alto na verdade vem também do chão, porque é embaixo de nós que está toda a nossa ancestralidade. “Pensar sobre o que o chão nos diz” é, como reivindica Makota Valdina, a melhor forma de nos conectarmos com os mistérios da vida e do mundo, e aprendermos segredos que não são transmitidos no ensino formal da sala de aula.

Tocar no chão é também o princípio defendido pelo pensador indígena Ailton Krenak como fundamento do que deveria ser a educação nas escolas. Em uma de nossas ricas conversas sobre o tema, Ailton – que teve em sua trajetória experiências educacionais tanto tradicionais das aldeias quanto modernas ou ocidentalizadas – nos convocou a pensar a educação como uma

² Em 2018, Makota Valdina participou da disciplina Artes e Ofícios dos Saberes Tradicionais: Políticas da terra, organizada pela Formação Transversal em Saberes Tradicionais na UFMG. A videoaula de Makota Valdina pode ser acessada em: www.saberestradicionais.org/makota-valdina/.

prática de aproximação à terra. Em outras palavras, um convite ao aprendizado a partir da desnaturalização do afastamento, hoje tão comum, entre o ser humano e o mundo ao redor.

O contato com a terra, ou com aquilo que nossa sociedade insistiu em convencionar como “natureza”, é a prática de um corpo que se entende como parte do planeta, que se percebe inserido em suas dinâmicas e que compreende o papel de suas ações nesse delicado sistema que habita. Por isso, completa Ailton, é urgente e necessário, nas práticas de educação, o estímulo ao contato entre os educandos e as educandas e a natureza de maneira sincera, a fim de estabelecermos as bases de uma relação verdadeira de pertencimento e de cuidado – um pequeno gesto em direção à formação de pessoas menos dispostas a soterrar as diferenças do que a ouvir o chamado da terra e dela trazer à superfície múltiplos saberes.



Como produto do segundo ano do Programa Educativo do BDMG Cultural, *Histórias do Chão* é um livro voltado para educadores e educadoras de Minas Gerais, que compila uma série de conversas, histórias, experiências e trajetos realizados com pessoas cuja ligação com seu território demonstra outras formas possíveis de aprendizado – fora do contexto escolar, e dentro de um regime de conhecimento em estreita relação com a terra, o céu, as águas e as plantas.

Passando por favelas, quilombos urbanos, bairros periféricos, aldeias, ocupações e roças, *Histórias do Chão* busca funcionar como um dispositivo multiplicador de conhecimento compartilhado por essas pessoas que experimentam, em suas culturas, seus ofícios e fazeres a partir de plantios, colheitas, sementes, reciclagem, caça, cestarias, coletas, caminhadas – entre tantos

outros elementos –, o território como forma de conhecimento de mundo.

Composta por 15 narrativas vindas da oralidade, a tessitura do livro passa pelas vozes de Thiago Lopes, idealizador da Roots Ativa no Aglomerado da Serra, em Belo Horizonte; Shirlene Sabina, rezadeira e benzedeira do Quilombo do Açude na Serra do Cipó; Russo APR, compositor e educador atuante nas regiões do Barreiro e Ibirité; Poliana Souza, liderança do movimento por moradia do Vale das Ocupações no Barreiro; Eduardo Evangelista, idealizador da Mina Du Veloso em Ouro Preto; Merong Kamakã Mongoió, liderança da Aldeia Kamakã Mongoió em Brumadinho; Massuelen Cristina, artista do Quilombo Xavier em Sabará; Ione de Oliveira, mestra do Quilombo Mangueiras em Belo Horizonte; Horacius de Jesus, educador e artista do Morro das Pedras em Belo Horizonte; Gercino Alves, mestre de capoeira e idealizador do Boi Encantado de Lagoa Santa; Sebastiana Lúcia, mestra da construção de fornos de barro na Ocupação Esperança em Santa Luzia; Diógenes Pires, físico e educador da Escola da Serra em Belo Horizonte; Cenir Silva, mestra de obras e pedreira do Barreiro; Alex Santana, idealizador do ateliê-escola Cerâmica Santana no Aglomerado da Serra, em Belo Horizonte; e João Diniz, diretor da Cavallhada de Mateus Leme. Os textos são atravessados pela obra-grafia da artista Ana Elisa Gonçalves que, a partir da elaboração de pinturas que também nascem do entrelaçamento entre oralidade, memória e corpo, produziu a sensível e inédita narrativa imagética que habita as páginas deste livro.

Utilizando o mesmo processo de transposição das oralidades para o formato de texto que originou várias narrativas também publicadas por nós na REVISTA BDMG Cultural, as conversas com cada um dos autores deste livro foram gravadas, transcritas por Pedro Teixeira e editadas coletivamente por Paula Lobato,

Felipe Carnevalli e Ceci Nery em companhia dos próprios autores.³ Cada um deles, a seu modo, guiou a construção dos textos para que pudessem ser difundidos em contextos escolares, dentro e fora de seus territórios originários, sem que a singularidade de suas vozes fosse minimizada em detrimento da linguagem escrita, que por muito tempo foi um veículo de deslegitimação e silenciamento de seus conhecimentos.

Se a história oficial de Belo Horizonte foi tão produtora de apagamentos quanto a educação formal e seus livros, nos sentimos honrados em participar do registro desses cotidianos encantados, de construção e manutenção de saberes e, principalmente, de luta e resistência. Compreendemos a importância de ampliar as bibliografias escolares com conhecimentos vindos da oralidade e das experiências de aprendizado com os territórios, e acreditamos que essa é uma importante pedagogia por vir. Pois é no chão dos becos, dos terreiros, das clareiras, das beiras de córregos e das aldeias que se experimentam, cotidianamente, modos de vida baseados nas relações de cumplicidade com o território dos quais nós, habitantes das cidades, nos afastamos cada vez mais.

Esperamos que as narrativas aqui contidas, ao demonstrarem que é preciso considerar o chão como um elemento essencial para a constituição de quem somos no mundo, afetem professores e professoras, educadores e educadoras, mediadores e mediadoras culturais, trabalhadores e trabalhadoras da cultura, e tantos outros que carregam, como missão, a educação. Que as palavras desses mestres e mestras que atuam dentro de suas escolas – sejam elas uma instituição escolar formal, uma floresta ou a própria rua – nos abram os olhos para tudo aquilo que fomos incitados a esquecer: que outras bibliotecas existem

³ A pesquisadora e editora da revista PISEAGRAMA, Renata Marquez, nomeia o processo de transcrição de uma narrativa textual a partir dos conhecimentos orais como “Oralidades impressas”, procedimento responsável por criar grande parte dos textos publicados na revista ao longo de seus 13 anos de existência – procedimento este que nos inspirou profundamente na feitura deste livro. Para conhecer mais, acesse www.piseagrama.org.

antes dos livros; outras formas de transmissão do conhecimento existem antes das escolas; outros modos de vida existem antes da cidade planejada. Apesar de ancestrais, nenhum deles ficou no passado. São práticas, pensamentos e perspectivas que ainda existem por entre a sombra dos edifícios e por baixo do duro concreto que cobre o chão da cidade, enraizados com muita força na terra, cuja presença nos acostumamos a ignorar.

Como nos ensinou o mestre quilombola Antônio Bispo dos Santos, que no final de 2023 fez sua passagem ao mundo dos ancestrais, a terra sempre fala com aquelas e aqueles que estão dispostos a compreender a sua linguagem. “A gente planta o que a gente quer, o que a gente precisa e o que a gente gosta. E a terra dá o que ela pode e o que a gente merece”. Para saber da terra o que estamos merecendo nos últimos tempos – Bispo completa –, “basta perguntar a ela, e ela generosamente nos dirá”.

A você que lê este livro, um bom retorno à terra.





UM RIO
DEBAIXO DOS
NOSSOS TETOS

MASSUELEN
CRISTINA

Eu sempre estive dentro do terreiro e não conhecia outra realidade que não fosse essa. Fui criada em um ambiente de Umbanda, onde a vida é permeada o tempo todo pela espiritualidade. No terreiro, cada planta que plantamos ou cada escolha que fazemos é voltada para celebrar as entidades, que estão sempre cuidando de nós. Nossa relação com o plano espiritual é de cuidado, um cuidado que nos mantém vivos. É por isso que cuidamos da natureza, porque a entendemos como um ser espiritual que merece ser celebrado e alimentado. Seja a entidade uma árvore, a mata inteira ou um rio, é preciso alimentá-la com rezas e oferendas para que ela cuide de nós em retorno. Essa relação dita muito o nosso modo de estar no mundo. O sagrado sempre ditou meu modo de vida.

Só quem cresceu dentro de uma comunidade quilombola e se preparou espiritualmente sabe que a maneira como nós encaramos determinadas coisas no mundo é outra. A forma como nós vemos, ouvimos e sentimos o mundo é única. Na faculdade, me formei em Psicologia e, depois de me graduar, voltei a ter mais tempo para conviver com minha família. O conhecimento que eu adquiri em contato com meus próximos me levou para o caminho das artes, que fez com que minha cabeça passasse a ser outra.

Para ser artista, eu nunca deixei de ser psicóloga, mas comecei a entender até a Psicologia enquanto formação, através do viés do meu cotidiano dentro do próprio terreiro. Levar minha ancestralidade para o trabalho artístico foi muito importante para eu me reconectar àquilo que, talvez, de forma mundana, perdemos quando nos afastamos de nossas casas e saímos desse lugar do saber popular e do conhecimento repassado pelos mais velhos.

A Psicologia apurou bastante minha escuta, principalmente em relação ao gesto de absorver o máximo de conhecimento da minha avó, que é, hoje, a minha entidade mais velha. Entender seu conhecimento como um legado que eu também tenho que perpetuar, visto que daqui a alguns anos ela vai partir, é algo

muito importante para mim. Compreendi, nessa aproximação com minha família através da arte, que eu preciso absorver o conhecimento da minha avó para, futuramente, poder passá-lo para os meus primos mais novos (que, como ainda são muito pequenos, não vão ter a oportunidade de conviver tantos anos com ela). Talvez essa seja a lição que eu tenho aprendido nos últimos anos: às vezes é preciso voltar para dentro, compreender de onde viemos para saber aonde queremos ir.

Somos uma família muito grande: minha avó teve nove filhos que tiveram muitos outros filhos. Minha mãe é uma das únicas filhas da minha avó que teve apenas uma criança. Antes de eu nascer, ela sofreu seis abortos, o que me faz ser a sua sétima tentativa de trazer alguém ao mundo. Apesar de ser filha única, nunca senti falta de ter irmãos, porque, apesar de me achar muito diferente dos meus primos, crescemos juntos e eles nunca me deixaram sozinha. Eu nunca fui sozinha dentro do Quilombo Xavier.



Para entender a relação de minha família com a cidade de Sabará, onde moro, venho tentando desmembrar partes dessa história há alguns anos, mas sempre esbarro nas lacunas do tempo. Uma grande parte da história da minha família está perdida, justamente por elas – digo elas, as mulheres da família – acreditarem que não tinham valor no contexto da cidade e preferirem se calar diante dessa crença. Muitas pessoas negras, principalmente mulheres, enfrentam cotidianamente uma não valorização de suas histórias, por terem suas falas constantemente banalizadas. Por isso, descortinar tudo o que foi parcialmente apagado é algo que me move, enquanto artista e enquanto pessoa.

Minha família se origina ao longo do Rio das Velhas e tanto os parentes por parte de pai, quanto aqueles por parte de mãe, têm

suas histórias permeadas pelo rio. Minha tataravó era indígena e nasceu em uma aldeia próxima à nascente do Rio das Velhas, no lugar que hoje conhecemos como Ouro Preto. Ela foi sequestrada, provavelmente por um senhor de engenho, e teve uma filha desse homem branco. O abuso sofrido fez com que ela ficasse muda, traumatizada, e a relação de convivência com essa filha foi muito difícil. Quando conseguiu voltar para a aldeia com a criança, conheceu outro indígena, cafuzo – filho da relação de uma pessoa escravizada com uma indígena – e os dois se mudaram para a região que hoje conhecemos como Rio Acima.

Minha avó materna, nossa parente mais velha ainda viva, morou em Rio Acima até os 6 anos de idade. Nesse momento, seu pai, meu bisavô, recebeu uma proposta de emprego em uma metalúrgica e se mudou para Sabará. A fábrica se estabeleceu na região que hoje conhecemos como Siderúrgica, um bairro planejado para abrigar as pessoas que trabalhavam ali. Meu bisavô trouxe todos os seus filhos, e em Sabará foram construindo a nossa história. Ele trabalhou durante muitos anos, até se aposentar precocemente devido a um processo de adoecimento que, mais tarde, veio a acarretar em seu falecimento.

Já a família do meu pai é do Quilombo de Pinhões, onde a relação com o rio se torna ainda mais latente. Meu pai nasceu no quilombo, e toda a sua construção familiar se dá na foz do Rio das Velhas. Minha avó paterna faleceu aos 30 anos – idade que eu tenho hoje –, depois que o meu avô morreu, deixando seus três filhos. Apesar de todo mundo em Pinhões ter família, ninguém tinha condições de cuidar das crianças da minha avó, e então meu pai foi adotado por uma vizinha da minha bisavó materna em Sabará. Foi assim que meu pai e minha mãe se conheceram. Minha mãe passou a sua infância e adolescência convivendo com meu pai até se relacionarem romanticamente. Esse encontro, permeado pelo rio, me interessa bastante, pois sinto que, de certa forma, eu também sou fruto dele. Venho me aprofundando nessa

pesquisa, e sempre retorno à presença do Rio das Velhas. Todas as pontas soltas me levam a esse mesmo lugar.

Além de prestar serviço na metalúrgica, meu bisavô também trabalhava com ferragem e instrumentos, e recebeu um lote grande como pagamento por um dos trabalhos que realizou. Ele o entregou para sua filha mais velha, minha tia-avó Dolores, que iria se casar, e à medida que ela foi construindo sua casa, foi também tendo filhos e seus filhos foram construindo casas ao lado. Quando minha avó se casou, também recebeu uma parte do terreno de meu bisavô para se juntar à tia-avó Dolores, para criarem nossa família juntas e se protegerem ali. Essas terras onde elas se estabeleceram são o que hoje entendemos como o Quilombo Xavier, nosso lar.

Atualmente, o Quilombo Xavier é formado por um aglomerado de oito casas, cada uma com uma família. Somos muitas pessoas, não consigo dizer exatamente quantas. Minha avó é nossa mãe de santo, temos um espaço comum entre todos onde fica o terreiro de Umbanda e uma dessas casas é destinada aos nossos ritos. No terreiro onde crescemos é também onde ficam os nossos cachorros, passarinhos e gatos, onde subimos nos pés de manga e de muitas outras coisas, e também onde nos entendemos enquanto pessoas, onde entendemos nossa negritude. Essa é uma lógica de ocupação voltada para dentro, para a proteção. Sempre nos mantemos nesse laço, mesmo com o passar dos anos. Os filhos dos filhos vão se casando e construindo para cima, construindo para trás, no mesmo terreno. As casas são construídas e reformadas por todos, sempre juntos.

Cerca de 90% dos processos de reforma e manutenção das casas somos nós mesmos que fazemos. A casa da minha avó como está hoje, por exemplo, fui eu que fiz. Eu reboquei, pintei e mudei a disposição dos móveis. Um dos meus tios, filho da minha tia-avó Dolores, trabalha na área de construção. Ele mora em Belo Horizonte, mas toda vez que temos alguma mudança

ou construção para fazer, ele sai da capital e passa um tempo conosco, nos ajudando. Todo esse processo é um aprendizado coletivo, passado de um para o outro.

Esse espaço colaborativo e de afeto nunca nos permitiu ter uma sensação de solidão, porque nos deu acolhimento. Como todos cresceram ali, sempre tem alguém que entende nossas vivências e nossas questões mais profundas. Minha mãe mora no quilombo desde seus 11 anos, e entende que estar nesse espaço afeta as pessoas e afeta a maneira como ela vê o mundo. Por isso, ela teve uma infância diferente de muita gente. Eu sempre fiz esse exercício comparativo de entender que, enquanto as pessoas procuravam afeto fora, eu já tinha afeto dentro. Quando eu estava na escola, por exemplo, estava tudo bem para eu ficar sozinha, porque sabia que teria algo em casa. Minha família sempre me completou.

Quando eu era criança e as outras crianças eram malvadas comigo na escola, eu sempre dizia: “cuidado ao mexer comigo, porque o Laudelino vai vir atrás de você”. Elas ficavam sem entender, mas, para mim, fazia todo o sentido, pois Laudelino é uma entidade da minha família. Fazia todo o sentido falar que eu era uma pessoa protegida e que todo mal que fizessem contra mim voltaria para eles. Durante muitos anos minha mãe me reprimiu, porque como essa era uma realidade que não compartilhamos com o mundo, ela tinha muito medo de como isso iria reverberar na minha vida com outras pessoas. É por isso que eu digo que sempre me senti muito sozinha fora da minha comunidade. Eu não compreendia na época por que o que eu falava, o que eu sentia, a maneira como eu me comportava, a maneira com que eu respeitava determinados limites entre o sagrado e o religioso eram sempre estranhas para pessoas que não estavam dentro do quilombo compartilhando comigo a minha realidade. Eu preferia, então, ficar nesse estado de isolamento quando não estava em casa.



O quilombo não fica tão próximo ao Rio das Velhas, estamos em um local mais alto. Essa foi, inclusive, uma decisão do meu bisavô, que não quis nos manter tão perto do rio pensando no futuro das enchentes. Ainda assim, seguimos nos orientando pela visão do rio, que guia nossa percepção da cidade: para chegar na minha casa, é preciso atravessar a principal ponte que o sobrepõe. E apesar do processo de gentrificação, a cidade de Sabará foi construída respeitando ao máximo o rio em si. A principal avenida se desenvolve ao longo da cidade, de uma ponta à outra, seguindo as curvas que o rio faz. É uma presença constante, cotidiana, que sempre foi para mim como uma entidade.

Durante toda a minha infância, eu aprendi a respeitar o rio como um verdadeiro ancestral comum. Por crescer com ele próximo a mim, sempre tive com ele essa relação de proximidade, uma ligação muito forte. Para ir a qualquer lugar, eu preciso atravessar a ponte, eu tenho que passar pelo rio. É quase um mapeamento realizado ao longo da vida, porque hoje, por exemplo, eu sei qual é a época da cheia, qual é a época da baixa, sei a cor que o rio fica quando está chovendo na nascente e quando não está chovendo. Se estiver chovendo na nascente, isso quer dizer que pode ser que logo chova aqui, então vou sair de casa com uma sombrinha. Nossa relação é muito próxima, e isso faz com que moldemos a nossa vida em torno dessa proximidade, desde o início do quilombo.

Quando estava grávida de seu primeiro filho, meu tio Alexandre, minha avó não tinha condições de comprar material para construir sua casa no terreno dado pelo meu bisavô. Mesmo assim, ela buscou esses materiais no Rio das Velhas: a casa foi toda construída com cascalho e areia do rio. Essa casa, hoje a principal do quilombo, nunca foi reformada. Quando tocamos em suas paredes, parece que acabou de chover, pois elas são sempre úmidas e frias. E quando realmente chove, demora muito tempo para a parede secar. Nessa materialidade vinda do

rio, infiltrações são comuns e a grande absorção de água é uma característica da própria casa, mas isso nunca foi um problema: em sua necessidade de querer ser sempre uma casa molhada, ela nos lembra da importância do rio para nós. Temos um rio debaixo dos nossos tetos, protegendo nossas cabeças.

A poluição do rio afeta diretamente o nosso viver e as nossas práticas. Sabará tem uma área de preservação que fica um pouco longe da minha casa, e por onde não se consegue circular de carro, só é possível chegar a pé. Ali a poluição é mínima, e o pessoal que faz trilhas por aquele lado realiza muitas ações de preservação. Uma das nascentes é a do Rio Sabará, que deságua no Velhas e é bem preservada. Então, quando temos necessidade de incluir água em algum ritual, vamos até lá pegar essa água que ainda não passou por nenhum processo de contato a ponto de ter poluição. É realmente um processo, porque fica bem longe. É preciso ir de carro até uma determinada área e depois caminhar cerca de três horas até chegar nessa fonte límpida. Quando precisamos, vamos até lá. É um processo de contato com a natureza, porque essa rota, conhecida como “rota do ferro”, é pouco explorada e não tem preservação municipal. Quem caminha por essa rota realmente vai desbravando, abrindo caminho e o deixando livre para os próximos passarem.



Assim como estamos perdendo a relação com os rios à medida que deixamos que sua poluição aumente, estamos perdendo a possibilidade de pensar o futuro através do passado. Há um termo da gramática portuguesa que se chama “pretérito perfeito”, que é quando rebuscamos o passado para poder construir o futuro. Eu acredito muito nesse processo, porque às vezes estamos criando tecnologias que a ancestralidade já pensou de alguma forma – às vezes de um modo, inclusive, menos agressivo para o meio

ambiente como um todo. Algumas soluções para questões que passamos muito tempo quebrando a cabeça seriam encontradas facilmente se escutássemos mais as pessoas que vieram antes de nós. Eu também não julgo, porque enquanto crescemos e estamos no processo de descobrir uma vivência com o mundo, tudo o que menos queremos é escutar os outros. O que queremos é arriscar e quebrar a cara. Depois de amadurecer e ficar mais velha, vejo que não há problema em passar por isso, mas tudo bem também chegar aqui e perceber que é a hora de sentar e só escutar.

É importante escutar e perceber que outras histórias, que não foram contadas, precisam agora ser escutadas. Enquanto cidadã sabarense, eu entendo que nós alimentamos narrativas muito colonizadoras sobre a nossa própria história e sobre a história da cidade. É muito mais fácil acreditarmos que um homem branco veio de São Paulo, entrou no mato até chegar a este lugar, viu um rio, viu que havia indígenas ali, fincou uma bandeira no chão, chamou aquela terra de Sabará, explorou o ouro e distribuiu esse ouro para todo o Brasil. É muito mais fácil acreditar nessa narrativa em vez de pesquisar quem eram esses indígenas que viviam naquele espaço, pesquisar os quilombolas que já viviam ali em confluência com os indígenas de forma pacífica, quem são os remanescentes dessa população originária e que história elas têm para contar sobre o lugar onde nós vivemos hoje. É muito mais fácil continuar alimentando essa narrativa colonizadora sobre um espaço que é nosso, embora afirmem que supostamente nós não temos memória. Pelo contrário, várias pessoas conseguem dizer sobre aquela terra, sobre os animais que ali vivem, sobre as plantas que ali crescem, mas elas nunca são escutadas. Quando eu falo desse retorno, estou falando exatamente disso: de entendermos que a narrativa que constrói o território são nossos corpos, que estão vivos e pulsantes, cheios de outras histórias para contar.

No momento em que este texto é tecido, minha avó completa 87 anos, e eu tenho a sorte de conviver com essa pessoa que

pode me contar outras histórias sobre este lugar. Em breve, uma amiga dela também faz aniversário e completará 101 anos. É uma mulher de 101 anos que sempre viveu em Sabará e que, hoje, não é sequer celebrada pela cidade. Apenas um pequeno nicho de pessoas vai se encontrar para celebrar a vida dessa senhora. Tenho certeza de que essa mulher tem muita coisa para dizer sobre a cidade e ninguém se interessa em preservar essa memória. Entender que quem constrói a cidade são as pessoas que vivem nela é uma militância minha. Fazer as pessoas entenderem que a cidade está dentro dela mesma e não em uma narrativa de fora é algo que precisamos lembrar sempre. A gente precisa manter viva a nossa memória e, conseqüentemente, nos manter vivos também.



EU
SOU
BARRO

ALEX SANTANA

Meu interesse pelo barro apareceu ainda quando eu era jovem. Ele surgiu mesmo por conta de uma necessidade de sobrevivência, de vencer na vida. Eu sempre tive comigo um pensamento de autonomia e de independência, uma vontade de procurar caminhos para conseguir ir aonde as pessoas da minha família não conseguiram chegar. A todo tempo, eu quero ficar orgulhoso de mim mesmo e quero que as pessoas se orgulhem também. No morro, não é todo mundo que se dá bem, alguns têm mais disciplina do que outros e conseguem se formar, cursar a universidade, mas sempre com muita dificuldade. Essa é a história do início da cerâmica em minha vida.

Eu nasci no Aglomerado da Serra e vivo ali até hoje. Sou serrátil, sou serrano, e acho a Serra um ótimo lugar para se morar. Tudo o que eu aprendi nesse chão me ajudou a ser quem sou hoje, e a resolver a minha vida mesmo com poucos recursos. Para um homem negro que cresceu no morro como eu, a juventude é sempre tumultuada, justamente pela grande dificuldade de se conseguir dinheiro. O fácil acesso às drogas e a falta de informação e de formação são questões quase naturais em toda periferia. Eu precisava de dinheiro, porque queria e sempre quis pagar as minhas próprias contas. Minha mãe ficou solteira e tinha que cuidar de quatro filhos em uma época em que o salário mínimo não valia nada. Hoje em dia ainda não vale, mas, por algum motivo, as pessoas têm mais capacidade de sobreviver com poucos recursos.

Aos 13 anos, comecei a trabalhar em um sacolão do morro, carregando sacolas de compra em troca de alguns trocados ou de frutas e verduras que sobravam no fim do dia. Com o dinheiro que eu ganhava, não dava para fazer muita coisa, mas eu conseguia ajudar minha mãe e meus irmãos. Tive que interromper meus estudos por conta do trabalho e, tempos depois, retomei. Recomeçar é muito mais difícil, porque você acaba perdendo o ritmo.

Mesmo trabalhando no sacolão, eu sentia que precisava de mais dinheiro, porque minha mãe não conseguia custear tudo o que a vida com quatro filhos demandava. No morro, a conversa é sempre essa: “eu preciso de dinheiro, eu preciso de mais dinheiro”. Na época, eu recebi vários convites para fazer plantão na boca, e pensava que isso poderia ser mesmo bom, porque o crime dava muito dinheiro. Eu olhava os meninos da boca passando com tênis novo, roupa nova e moto, enquanto eu ainda andava de chinelo velho para todos os lugares. No fim, eu segurei a onda, consegui vencer longe do crime e me encontrei dentro do trabalho que realizamos hoje com a cerâmica.

Quando comecei a procurar um trabalho que me pagasse melhor do que o sacolão, um amigo me chamou para participar de um curso de geração de renda na ONG Contato, cuja ideia era produzir vassouras com cerdas de garrafa PET. Era um trabalho bonito e superecológico, mas não funcionou porque, talvez por falta de divulgação e comoção, as vassouras não vendiam. Mas o forno doado para a ONG para queimar as cerdas de garrafa também servia para fazer cerâmica, e meu amigo Marcelo Albert, na época aluno do curso de artes plásticas da Escola Guignard, teve a ideia de usá-lo para fazer cerâmica.

Logo vi que essa ideia de cerâmica era muito mais interessante do que fazer vassouras, e me apaixonei instantaneamente. Ganhar dinheiro é gostoso, mas também é gostoso fazer o que se gosta. Você se levanta da cama feliz e pronto para trabalhar – entre a cerâmica e os estudos, eu ainda trabalhava à noite de garçom, e quase não tinha tempo para nada, mas eu amava. Após dois anos, nós acabamos não conseguindo gerar renda com a cerâmica, porque ela tem seu próprio tempo, seus processos e seu período de espera. Mesmo que digam que ninguém está predestinado a nada, parece que as coisas são encaminhadas, cada um cria uma dinâmica na vida que abre caminhos para a coisa ir acontecendo. Como o trabalho me encantava, acabei pegando

o dinheiro que ganhei em um consórcio para comprar um carro novo e investi em um carro menor, um forno e uma quantidade de massa de barro para eu poder continuar.

Na época, eu morava em um beco com a minha companheira, e para entrar com esse forno gigante tivemos que quebrar algumas paredes vizinhas e o portão de casa. O caminhão colocou o forno dentro de casa e, dali, ele não saiu nunca mais. Desde então, a cerâmica tomou a minha vida. Eu não tinha espaço para mais nada – nem para o casamento, que acabou depois de 14 anos. Minha companheira sempre reclamava: “Você passou aqui com o pé cheio de barro!”, “Você sujou a casa inteira!”, “Quando você vai parar de fazer cerâmica para dormir?”. É muito difícil conciliar o sucesso no amor com o sucesso na carreira, mas infelizmente – ou felizmente – eu acabei pegando na argila e me apaixonando por ela. Eu me tornei barro, eu sou barro.



Quando comecei a trabalhar, eu fazia poucos pratos e vendia para os amigos, mas o negócio foi crescendo e já não dava mais para eu morar com a minha família e produzir cerâmica, que estava ocupando todos os espaços. Eu me mudei e fui trabalhar em uma garagem, que logo ficou pequena para a produção. Com a chegada da pandemia de Covid-19, a crise atingiu a todos no morro, e eu e o Maicon, meu irmão e sócio, tivemos a ideia de ocupar um terreno no aglomerado, que antes era um lixão, já que não tínhamos dinheiro para manter o aluguel de um espaço. Foi assim que nasceu a Cerâmica Santana.

Nós limpamos tudo e fomos construindo um ateliê a duras penas com a ajuda de pessoas da vizinhança. Cada um chegava e ajudava da forma que podia, fosse carregando material, fosse dando um auxílio ao pedreiro. Nessa época, nós também montamos um site e começamos a vender on-line, já que a cidade

estava parada por causa da pandemia. As dificuldades vinham e a todo momento nós precisávamos ficar nos automodelando, moldando os pensamentos e buscando alternativas para fazer as coisas acontecerem. Se nós vivemos uma tensão na sociedade em geral, na favela essa tensão é dobrada. Durante a pandemia, toda a cidade usava máscara, mas na favela ninguém usava. Os meninos ficavam grudados, jogando bola na rua e soltando papagaio. Quando ainda não tinha o auxílio do governo, que demorou muito para sair, todo mundo passou por uma barra pesada: algumas pessoas não tinham nem dinheiro para comprar gás. As coisas caminharam para um lugar tão violento que começaram a haver roubos, porque as pessoas não tinham o que comer. Isso foi chocante, porque precisávamos de uma resposta governamental bem contundente, e essa resposta nunca chegou.

Mas o nosso problema – assim como todos aqueles que moram nas periferias – nunca foi o trabalho, pois sempre tivemos força de vontade e acabamos encontrando um jeito de fazer as coisas acontecerem. Os nossos entraves sempre foram a estrutura governamental e a dificuldade de diálogo com partes da prefeitura que poderiam ajudar e não ajudam. Mesmo assim, nossas vendas de cerâmicas nunca pararam de crescer. Com o fim da pandemia e a ajuda do meu irmão, a demanda foi aumentando tanto que ele teve que largar o emprego – e aí, de fato, ele virou ceramista. Tudo o que ele sabe, hoje, ele aprendeu comigo. Atualmente, vendemos muitas peças individuais, mas o nosso público principal sempre foi, e ainda é, os bares e restaurantes, responsáveis por pagarem as nossas contas e alavancarem nosso trabalho. Para mim e meu irmão era mais fácil, porque já trabalhávamos em bares. Eu sempre mostrava o trabalho para alguns clientes e eles gostavam, se interessavam e compravam.

O espaço no antigo lixão que era para ser só uma empresa acabou se tornando a primeira escola de cerâmica dentro de uma favela na América Latina. Todos os dias eu recebo uma

mensagem dos jovens do aglomerado perguntando se estou precisando de algo ou de alguém para trabalhar. Os meninos foram chegando aos montes, por precisarem de dinheiro e terem as mesmas necessidades que eu tive quando era menor. À medida que temos mais encomendas, o espaço vai mudando e nós vamos agregando mais pessoas. A ideia é termos uma estrutura que possibilite o trabalho de 75 alunos, pensando em turnos da manhã, tarde e noite: um prédio aceso o tempo todo.

Hoje eu só me sento no torno quando preciso modelar um projeto específico que eu sinto que necessita da minha atenção. Eu fico mais na função de divulgar o projeto e buscar parcerias, e quem coloca a mão na massa no meu lugar são os jovens. Aqueles que ainda são novos na cerâmica começam separando, batendo e deixando a massa pronta para a modelagem, para depois seguirem para as aulas de torno. O aprendizado depende de cada pessoa, pois alguns assimilam mais rápido que outros, mas sempre sugerimos que eles trabalhem com calma. A peça não vai sair perfeita de primeira, precisa de um tempo e de repetição. Repetir pode ser chato, mas nos leva a um momento de perfeição.

Na Cerâmica Santana nós acreditamos que a melhor forma de aprender é fazendo, para depois passar o ensinamento adiante. Eu sempre falo com os meninos: “você estão aprendendo a fazer isso agora para depois transmitirem o conhecimento a quem não tem. A ideia é que todo mundo esteja livre para fazer o que quiser com o que aprendeu”. Isso é uma educação, é fazer um exercício diário que te leva a algum lugar. Esse ensinamento do uso do barro para a cerâmica sempre foi um ofício popular, e é estranho que hoje ele esteja restrito a escolas e cursos caros que as pessoas das periferias não conseguem acessar. Por isso, o nosso objetivo hoje é trazer de volta a prática da cerâmica para o morro, produzindo um trabalho nas favelas que empodere nossos jovens e crie oportunidades de renda para eles.



Muitos clientes só se interessam pelo produto final, pela peça bonita, mas não entendem a história de vida que está por trás do trabalho. É por isso que eu sempre converso com as pessoas, explico sobre a mão de obra, os tempos envolvidos nos processos e a quantidade enorme de energia gasta para que cada peça venha ao mundo. Dentro do aglomerado, nós costumamos, para incentivar, dar peças de presente para alguns que passam e entram na loja, mas o custo da cerâmica ainda é muito alto. Por mais que eu queira, tem momentos em que não é possível deixar o preço tão acessível. Temos uma estrutura que precisa ser mantida a ferro e fogo, porque, no fim da semana, eu preciso ter dinheiro na conta para pagar todo mundo. Os meninos são felizes com o que fazem, mas não tem jeito, eles precisam ser remunerados, pois têm contas para pagar. Eu calculo minuciosamente tudo o que eu vou fazer, porque é uma responsabilidade fora do normal.

A cerâmica é algo muito caro para se produzir, de modo que quase não existem pessoas que produzem cerâmica em alta escala e que não tenham grana. Diferente de nós, todo mundo que trabalha em grande escala tem muito dinheiro. As ferramentas e os materiais são muito caros, e nós sempre tivemos dificuldade de investir nessa parte. Uma esteca, por exemplo, que é aquele bastão pequeno para talhar os detalhes, custa entre 70 e 100 reais. Um rolo de massa, que usamos para abrir a placa de barro, custa 50 reais. Se precisarmos de 20 unidades de cada, por exemplo, já é muito dinheiro. Como eu não tinha alternativa, eu usava muita coisa de cozinha: colher, garfo, faca e até cartão que já tinha passado da validade para alisar as peças. No início, nós pegávamos alguns pedaços de madeira, fazíamos uns palitinhos e, com a lixadeira, íamos modelando a ponta do jeito que precisávamos: arredondada ou fina, como se fosse um bastão de modelagem.

A massa, nós sempre aproveitamos para não perder, e como não tínhamos uma estrutura com prateleiras para secagem, as peças ficavam no chão ou em cima da laje. O interessante é que elas imprimiam uma referência de onde secavam. Se você olhar as peças, você verá que, embaixo delas, tem marcas de tijolo ou do piso onde elas ficavam secando. Era um processo totalmente manual. Quando as peças chegavam a um ponto de couro, que é quando elas estão secas, mas ainda frias, nós mandávamos para a laje. Nessa época, quando chovia ou o tempo estava mais frio, nós tínhamos que lidar com as grandes perdas. O sol forte ou o frio maior trincam a cerâmica igual o chão do Nordeste.

Certa vez, tivemos uma encomenda enorme de peças para o BH Shopping, e eu acho que o pessoal só confiou em nós porque não tinha ideia da estrutura mínima que tínhamos. Foi um processo extremamente intenso: nós ficávamos com as mãos machucadas, com dor nas costas de ficar sentados o tempo todo, expostos ao calor e ao frio. Foi muito difícil, mas também uma vitória: conseguimos fazer 14 mil peças em menos de 30 dias. Nós íamos modelando, secando em várias lajes da vizinhança e colocando em pilhas de caixas. Eu falo que, depois disso, nós somos capazes de fazer qualquer coisa.

Só um forno novo deve custar por volta de 50 mil reais, o preço de um carro. Já os que temos aqui são todos reaproveitados: o primeiro forno, que era aquele cedido pela ONG das vassouras, já estava todo corroído por causa do tempo. Eu peguei o resto desse forno e nós chapeamos e reforçamos em volta. O outro que temos, nós também refizemos, compramos tijolo refratário, encaixamos e passamos as resistências. Todo esse conhecimento veio a partir de estudos que fizemos, porque não tínhamos dinheiro para contratar alguém especializado para fazer.

Outra pesquisa interessante que estamos sempre fazendo é em relação ao esmalte, que é a cereja do bolo. Se sua peça tiver um formato bonito, mas não tiver uma cor interessante,

ela não atenderá ao mercado. Pesquisando esmaltes, nós conseguimos receitas do Texas, mas o solo de lá é muito diferente do que temos aqui. Então fizemos vários testes com o nosso solo, até dar certo. Eu pensei que eu nunca fosse ter que me agarrar à tabela periódica, mas a cerâmica provou o contrário. Tivemos que estudar sobre o feldspato, o quartzo e o ponto de fusão dessas e de outras rochas, para fazer o esmalte. O que dá cor são os óxidos e as quantidades usadas na mistura: cobalto azul, óxido de cobre, óxido de cromo verde. Tem o níquel, que dá branco, e os mais opacos, tipo o titânio e o zinco. Os esmaltes são todos minerais. Por isso, quando fazemos um estudo dos pontos de fusão, também estamos conhecendo o solo da região. Nesse processo, recolhemos muitos materiais: alguns esmaltes nós recolhemos do chão de onde moramos, além de madeira e serapim para a queima. Quando fazemos determinadas queimas como o *raku*, que é uma queima oriental, nós recolhemos galhos e folhas, porque a peça absorve o cheiro do que é queimado junto com ela. Se você colocar boldo ou qualquer outro vegetal, a cerâmica vai chegar à casa da pessoa com essa referência, e ficar cheirosa durante muito tempo.

Essa nossa vida na cerâmica foi sempre na base do estudo e do esforço. Eu já busquei pessoas para tentar ganhar esmalte e outros materiais, mas o universo do mercado da cerâmica é um lugar muito hostil. Já entramos em algumas concorrências em que nosso valor atendia o cliente, mas ele acabava escolhendo outro ateliê mais caro, só porque tinha um currículo melhor que o nosso. As pessoas não admitem isso, mas ainda há um preconceito grande no mercado de cerâmica.



Atualmente, nós temos um projeto envolvendo mineradoras. A ideia é utilizarmos cada vez mais o rejeito da mineração para

fazer cerâmica, já que não há mais lugar para ele no mundo. Vamos produzir azulejaria feita de rejeito, que é exposto e seco, refinado, peneirado e, depois, pode ser trabalhado. A parte que sai do refinamento vai ter uma função dentro do processo e o que sobrou vai ter outra função. Por exemplo, o material que não passar na peneira vai ser usado para criar um azulejo de parede com textura, e o que foi peneirado vai ser usado no esmalte para dar cor.

Pensar em um destino para esses rejeitos é a solução para o mundo. Nós conversamos muito com algumas mineradoras que têm a mínima consciência de sua responsabilidade, e sempre as incentivamos a investir mais nesse tipo de ação. Além de produzirmos os materiais, nossa ideia é ir com nossos alunos às regiões das mineradoras para dar cursos de cerâmica que sejam geradores de renda para o público. Quando olhamos para uma ilha de mineração, está todo mundo vermelho de terra, os pais das crianças trabalham o tempo todo em um ambiente tóxico. É intenso e difícil. Por isso, é muito necessário que nós possamos gerar possibilidades de mais renda para eles.

A ideia é produzir kits de peças ou azulejaria para que as próprias empresas possam comprar e gerar renda para esses trabalhadores. O nosso caminho tem sido sempre esse, desde a pandemia: se acharmos que estamos bem, mas as pessoas ao lado não estiverem, então nós não estamos bem de verdade. Nós queremos grana, queremos comida e vestuário, mas também queremos que nossos companheiros tenham as mesmas condições que nós.

É um duplo caminho, já que esses cursos serão também uma fonte de renda para nós. A verba dessas oficinas seria revertida para a construção e ampliação do nosso ateliê-escola. Quando esse espaço estiver pronto e for uma referência, vamos melhorar a economia do Aglomerado da Serra. Se pensarmos em 75 alunos por turno, vamos trabalhar com atividades formativas que irão possibilitar mais pessoas trabalhando na produção. Teremos

uma circulação de mais de 100 pessoas por dia, além daqueles que virão visitar o ateliê e os que vão cuidar do espaço. Vamos movimentar a economia do lugar a partir de um ofício que sempre esteve na mão do povo, mas foi pouco a pouco tirado de nós.

A cerâmica é uma técnica concentrada hoje nos cursos de Artes Plásticas das universidades, acessados por cerca de 2% das pessoas que moram em uma favela. Normalmente, quem cursa a universidade, vai com o objetivo de fazer algo mais padrão e que dê um retorno financeiro mais rápido do que as artes plásticas. Isso já é um fator negativo e segregador. Pensando ainda que a outra possibilidade seria pagar um curso de Cerâmica em um ateliê que custa em torno de 900 reais por mês, ninguém iria fazer cerâmica no morro. Sem saber, nós acabamos abrindo uma porta que iria acolher mais do que as famílias do aglomerado, que iria gerar entendimento sobre os processos, sobre a cerâmica e sobre várias outras questões importantes. Pois quem fala de cerâmica, fala também de empreendedorismo, de arquitetura, de arte e de design.

Durante o processo de formação no ateliê, nós acabamos proporcionando para nossos alunos encontros com museus, artistas renomados e ceramistas consolidados com quem nossos meninos jamais teriam contato de outra maneira. Muitas vezes, esses artistas e instituições não conseguem ajudar diretamente com a formação, mas sempre dão dicas de como produzir. Isso já é uma ajuda enorme para os jovens, além de incentivá-los mais ainda a ter autonomia a partir do trabalho. Antes, eles não tinham a possibilidade de se encontrar com a cerâmica e agora encontraram, começaram a gerar a própria renda e podem, em um futuro, até montar seus próprios ateliês com suas linhas de produção. Essa possibilidade não existia, e agora é bem real.

As possibilidades que a cerâmica nos dá são tão infinitas, que podemos estudar a vida inteira e mesmo assim não vamos conhecer tudo o que o barro pode nos proporcionar. Eu já pensei

em abrir um ateliê em outro lugar, fora do aglomerado, mas ao mesmo tempo essa ideia vai e volta sempre. Hoje temos uma lojinha no bairro Prado, que é mais acessível para quem é de fora do morro. Mesmo assim, é uma responsabilidade social urgente e necessária o ateliê-escola estar localizado na favela. Pode existir a lojinha, podemos dar cursos em outros lugares, mas o ateliê-escola vai estar sempre dentro do Aglomerado da Serra. Nossa ideia é que os meninos cresçam com o conhecimento para eles mesmos serem os gestores no futuro, já que em algum momento eu quero descansar, viajar e ficar apenas na função de falar sobre o trabalho, de ajudar outras pessoas a fazerem o mesmo em outras cidades.

Eu fico pensando que o grande sentido do ateliê-escola é justamente ele estar no aglomerado, mobilizando os meninos dali. Para além de somente contribuir para os jovens aprenderem cerâmica, o ateliê está também criando um novo imaginário, trazendo grandes possibilidades de futuro para eles. Hoje em dia, nós não perdemos para o tráfico no morro. Nós damos a possibilidade de os meninos refletirem e falarem: “eu não quero trabalhar na boca, eu tenho outra possibilidade melhor que também vai me sustentar”. Se no tráfico eles ganham dinheiro e correm muitos riscos, na cerâmica eles vão ganhar o dinheiro sem correr risco nenhum. Nós não temos tanta estrutura, mas é um trabalho digno. Com o conhecimento desse ofício, eles irão chegar a lugares que eles nem imaginam – assim como eu não imaginava e nem imagino até hoje.



CRESCEM COMUNIDADE

THIAGO LOPES

Eu sempre digo que o Rastafári é um movimento que está dentro das pessoas. Onde nós estivermos, seja no campo ou na cidade, não vamos deixar de ser rastas, porque é algo que faz parte de quem somos. Eu conheci a cultura rastafári através do reggae, escutando e traduzindo várias músicas de que eu gostava e, em algum momento, vendo um documentário sobre o cantor jamaicano Bob Marley. Ele costumava falar de Haile Selassie, um imperador etíope que os rastafári consideravam como um Deus vivo, e isso me despertou a curiosidade para conhecer mais sobre a cultura. A partir desse primeiro contato, comecei a me identificar com o movimento e passei a buscar, em várias partes do Brasil, grupos rastafáris atuantes.

Nessas idas e vindas, fui conhecendo várias pessoas da cultura rastafári que me ajudaram a reconhecer onde nós estamos dentro da história; o país em que vivemos; as formas como nós somos tratados e os modos de fortalecermos nossa caminhada. A cultura rastafári é um projeto de vida original e alternativo aos padrões da sociedade capitalista, e funciona como uma forma de resistência através da alimentação, dos modos de morar, da aparência, da religiosidade e também das artes. Por ser criada e vivida principalmente por corpos que foram subalternizados pelo projeto colonial, a cultura rastafári traz consigo a possibilidade de reparação de todas as questões que o Brasil viveu pela escravidão e de tudo o que ela deixou como herança.

Tudo o que eu aprendi com meus companheiros de caminhada se transformou também em um gesto de reparação chamado Roots Ativa, um pequeno experimento da cultura rastafári no Aglomerado da Serra, em Belo Horizonte, onde vivemos. O Roots é um coletivo que promove a agroecologia e a sustentabilidade na periferia através do plantio sem agrotóxico, do uso de plantas medicinais, do tratamento de resíduos orgânicos, da reciclagem, da venda de alimentos caseiros, da economia solidária e da alimentação orgânica, tudo baseado nas práticas ancestrais africanas.

A cultura rastafári tem suas raízes na África e, por isso, tem muito a ver com o fato de escolhermos desenvolver nosso projeto no Aglomerado da Serra, uma das maiores favelas de Minas Gerais com uma significativa concentração de pessoas negras. A agroecologia e a agrofloresta são nomes novos para práticas antigas, e são ferramentas importantes para a busca pela nossa autonomia. Não é à toa que as usamos por aqui: o plantar e o colher um alimento mais puro são instrumentos que contribuem para a manutenção da nossa vida, principalmente porque há pouco incentivo do poder público e da sociedade em geral para o desenvolvimento das periferias. Se não fazem por nós, cabe a nós mesmos fazermos.

Depois de morar com meus pais e em alguns lugares pelo Brasil, voltei para Belo Horizonte e, junto com alguns amigos, queríamos de alguma maneira ter um local para manifestarmos a cultura rastafári através dos tambores, da nossa alimentação e do nosso modo de viver. Em 2018, acabamos adquirindo um barraco de três por três metros situado na zona de amortecimento do Aglomerado da Serra com o Parque das Mangabeiras, bem no alto do morro, a 1.115 metros de altitude. Com o tempo, fomos protegendo e preservando a vegetação de Cerrado do entorno do barraco, limpando e plantando, e isso fez com que a própria comunidade reconhecesse nosso trabalho e nos legitimasse a ampliar o espaço que hoje se tornou a sede do Roots Ativa.

No início, nós fomos muito abraçados pela criançada do aglomerado. No momento em que começamos nossas atividades, elas enchiam nossa casa querendo participar de tudo. Nos 16 anos de história do projeto, essas crianças que tinham 8 anos na época, hoje estão com mais de 20, e algumas tiram suas rendas a partir do projeto. Se alguém chegar ao morro e perguntar sobre os rastas, todos vão saber onde estão, pois reconhecem o trabalho e têm um respeito muito grande por eles. É por esse motivo que hoje a gente se sente parte da comunidade.

Dentro da favela, o Roots Ativa se tornou a referência de um espaço das coisas da natureza. As pessoas vão buscar plantas para fazer chás quando seus filhos estão doentes, frequentam cotidianamente a farmacinha que criamos e participam de várias oficinas de remédios caseiros que desenvolvemos. Quando nós chegamos ao barraco, no entorno só tinha pedra e capim braquiária. Mas, com o tempo, fomos manejando e introduzindo outras plantas frutíferas e, devagar, fomos recuperando a vegetação. Só de não deixarmos o fogo entrar, fizemos com que o Cerrado ganhasse uma força muito grande de regeneração, e algumas plantas nativas, como o alecrim-do-campo, o assa-peixe e a embaúba, já começaram a aparecer. O que antes era formado só por capim e pedra, hoje já tem várias árvores frutíferas de maior porte. Em nosso modo rastafári de viver, além de reconhecer a divindade do Deus, Pai, também reconhecemos a divindade que é a Mãe, a Mãe Terra, África. Poucas pessoas falam sobre a figura da Mãe na espiritualidade, mas na cultura rastafári, reconhecemos que é a Mãe que provém nossos alimentos, nosso corpo, nossa água e tudo o que vemos e conhecemos no mundo.



É um fato que, principalmente na favela, é difícil ter comida saudável no prato, e foi por isso que a cozinha do Roots Ativa foi um dos primeiros trabalhos que o coletivo desenvolveu. Comer bem é um grande desafio em qualquer periferia: como falar para uma pessoa que ganha menos de um salário mínimo que ela deveria comer um PF orgânico que custa em média 15 reais? É muito mais barato comer um Miojo por dia, um Toddynho ou um biscoito recheado, mas os conservantes que esses alimentos contêm são muito prejudiciais – sem falar no enorme aumento do uso de agrotóxicos no Brasil.

Tratar disso com a juventude periférica e quebrar esses paradigmas não é fácil, porque a indústria cria um mecanismo forte de incentivo a esses alimentos através da propaganda. Além disso, falta espaço nas favelas para as pessoas terem autonomia. A favela foi uma solução que as próprias pessoas conseguiram dar para a condição em que foram deixadas: aboliu-se a escravidão, mas não foi dada a elas terra, não foram dadas a elas condições para se desenvolverem. Sair do fluxo criado pela indústria dos ultraprocessados e passar a se alimentar de forma saudável é um privilégio ainda pouco acessível quando se precisa batalhar diariamente pelo simples direito de existir.

Nós somos reféns de um sistema financiado pelas grandes empresas. Dados mostram que as maiores concentrações de terra estão nas mãos de um pequeno número de pessoas, que são aquelas que tomam as decisões sobre o futuro de todas as outras. Comer de forma saudável não é, então, apenas uma questão de escolher ingerir comida natural, mas uma verdadeira luta e um movimento de resistência rumo a uma necessária mudança estrutural.

No Aglomerado da Serra, nós seguimos acreditando que é possível ter acesso a um alimento puro nas refeições, apesar de todas as dificuldades. Além da nossa horta, nós trabalhamos com mais de 30 produtores em Belo Horizonte que nos fornecem, por um preço justo, banana, grãos variados, arroz, feijão e mel. A nossa cozinha é um lugar em que começamos a fazer almoço para três pessoas e acabam comendo 15. Muitas pessoas aparecem, curiosas, para saber por que as refeições não têm carne, e aproveitamos a oportunidade para conscientizá-las de que é bom para o corpo variar o cardápio, ingerindo mais legumes e verduras.

Quando se trata de alimentação, o Rastafári tem uma visão ampliada das coisas – ou melhor, uma cosmovisão, que mostra que se alimentar vai muito além da comida. Além de cuidar do nosso corpo, que é nosso templo, alimentar-se bem é também

respeitar a natureza. Por isso, é importante ingerirmos alimentos saudáveis e sem agrotóxicos. No quintal do Roots Ativa, nós podemos encontrar banana, abacate, alface, couve, cebolinha, copaíba, taioba, salsinha, manjerição, manga e muitos outros vegetais alternativos aos alimentos ultraprocessados. “Que seu remédio seja seu alimento, e que seu alimento seja seu remédio”, já dizia um dos primeiros registros do egípcio Imhotep, o primeiro médico da história (e que deu subsídios aos escritos de Hipócrates, a quem a história atribui de forma errada essa frase). Saber que aquilo que comemos é o que faz bem ao nosso corpo é a base para qualquer pessoa, e também a base da alimentação rastafári.



Quando, em 2015, algumas famílias começaram a ocupar o entorno da nossa casa no Aglomerado da Serra, pensar a questão do lixo se tornou essencial no Roots Ativa. As famílias que chegavam, com poucas condições, moravam em barracos de madeirite ou plástico e não tinham banheiro nem saneamento. Por falta de estrutura, elas acabavam depositando resíduos e esgoto de qualquer maneira, o que nos trouxe vários problemas.

Nessa época, os jovens que frequentavam a casa, já com 16 ou 17 anos, estavam querendo se inserir no mercado de trabalho. Foi assim que criamos o Vida Composta, um projeto em que esses jovens coletavam os resíduos das famílias do entorno através de baldinhos: nós levávamos esses baldinhos para casa, fazíamos o tratamento do resíduo coletado a partir de compostagem, produzíamos fertilizante, composto e minhocários e comercializávamos esses produtos, a fim de gerar renda para os jovens.

Além de empoderar esses meninos – que queriam ter dinheiro para ajudar em casa, comprar um chinelo novo ou um celular –, o trabalho nos permitiu ficar íntimos das famílias do entorno e conhecer cada uma delas através de seus baldinhos. Víamos que

em alguns baldinhos não havia fruta, em outros havia muito desperdício de feijão e, em outros, muitos alimentos processados. A partir desse raio X, começamos a conscientizar cada família sobre o desperdício, sobre o que fazer com as sobras e sobre a importância de comer menos alimentos processados.

Com a pandemia, o projeto Vida Composta foi se enfraquecendo dentro do aglomerado, mas acabou tomando outros rumos em direção ao bairro Santa Tereza, a cinco quilômetros da favela, onde havia o desejo das pessoas de implementar uma coleta seletiva local. Na época, o Roots Ativa já oferecia esse serviço em uma das feiras onde vendíamos alimentos: nós coletávamos o resíduo todo da feira e levávamos para o aglomerado sem termos carro próprio. Era uma loucura, pois íamos de Uber com um galão cheio de sacos de resíduo, que mal cabiam no espaço que tínhamos.

Com o crescimento da demanda – às vezes coletávamos resíduos de eventos que aconteciam na região, com um galão de 50 litros –, alugamos um espaço no Santa Tereza junto com a cooperativa de catadores do bairro Granja de Freitas, que chamamos de Núcleo Lixo Zero. Além dos serviços de gestão de resíduos orgânicos e recicláveis, nós fizemos uma horta agroecológica onde se aproveita todo o lixo que é tratado no bairro e que também fomenta a produção de alimentos. Temos um Local de Entrega Voluntária e Assistida de Recicláveis, um bazar, um banheiro seco com tratamento de água de esgoto e ainda um empório, onde vendemos produtos de cerca de 30 produtores da cidade.

Os produtores são geralmente da região metropolitana, do interior ou do MST, e fornecem banana, cosméticos, pães integrais, arroz, suco de uva, feijão, sabão... Com um pouquinho de cada produtor, conseguimos montar um espaço de venda de produtos saudáveis e, ao mesmo tempo, favorecer a geração de renda desses pequenos produtores. É um ciclo que se fecha: a pessoa leva seu resíduo e traz de volta um alimento.

Os moradores têm que se associar para usar o Núcleo Lixo Zero. Eles pagam um valor mensal pelo serviço, recebem um baldinho com um saco compostável feito de mandioca onde vão depositar os seus resíduos orgânicos durante a semana e também podem trazer seu lixo reciclável. Essa dinâmica muda de forma muito interessante o paradigma do catador e da reciclagem, porque, geralmente, o catador ganha sobre o volume de resíduos. Quanto mais lixo, mais dinheiro. Já no núcleo, a ideia é diminuir o lixo, de modo que o catador tenha que colocar cada vez menos a mão no resíduo para, cada vez mais, se tornar um educador das pessoas e receber por esse serviço.

Essa proximidade do catador com o morador é muito interessante, porque gera um resíduo de alta qualidade, mais limpo e fácil de tratar. No núcleo, os catadores mostram aos moradores quais embalagens podem ser recicladas, quais devem ser evitadas e quais devem ser limpas antes do descarte. Esse aprendizado acaba gerando uma qualidade para o resíduo que, quando chega à cooperativa, já vem preparado pelos moradores, facilitando bastante o trabalho dos catadores. Os catadores que ensinam os visitantes do núcleo já conhecem o material pelo tato, eles pegam no plástico e sabem apenas pelo barulho se um material pode ser reciclado ou não. Isso acaba criando um diálogo formativo com os associados, que também são consumidores e começam a cuidar de outra forma de seus resíduos. Eles começam a observar com mais cuidado o que estão consumindo, e passam a escolher produtos com embalagens que podem ser recicladas.

Com isso, vamos diminuindo pouco a pouco o resíduo que circula no mundo. É um cisquinho, mas ao mesmo tempo uma iniciativa que pode trazer várias reflexões para a cidade. Desde a favela, estamos experimentando um tratamento alternativo de água e esgoto, uma produção segura de alimentos, um uso social para lotes vagos e ociosos e que poderiam estar gerando renda,

e uma limpeza urbana barata e descentralizada. Desde a favela, estamos reinventando a cidade inteira.



A ideia do Roots Ativa, a princípio, é gerar renda dentro da favela, mas a nossa ambição é mostrar que existem outros modos possíveis de se viver na cidade. Nossa farmácia produz cosméticos, tintura e xarope. Nosso viveiro produz minhocário, oferece serviço de compostagem e vende mudas. Nossos núcleos de Lixo Zero ajudam a reduzir os resíduos gerados pelas pessoas; e nossa cozinha produz salgados, hambúrgueres veganos, granola e tapioca. As pessoas das regiões onde o Roots Ativa atua estão tratando o resíduo e produzindo alimento no próprio bairro, com uma pegada extremamente ecológica, criando outros jeitos de habitar o mundo e instigando o poder público a se inspirar no que fazemos.

Tudo isso é um processo formativo, lento, uma mudança radical de paradigma que envolve e transforma outras pessoas e outros seres. É uma produção de conhecimento integrada, ligada à terra e à transformação social produzida dentro da periferia. É essa a nossa forma de viver, a partir de um trabalho que vai se fazendo pouco a pouco. Hoje temos cerca de 100 famílias integradas ao projeto, mas o bairro tem 7 mil. Recentemente, nós abrimos outros núcleos para poder ter a capacidade de triplicar o número de associados. Sempre fazemos um processo de governança ampliado com os moradores, no qual eles participam das soluções e das construções junto conosco. Dessa forma, eles vão, também, convencendo outras pessoas de sua vizinhança.

No entanto, para conseguirmos mobilizar todos os resíduos da região, precisaríamos de uma estrutura de maior porte, ou uma quantidade maior de pequenos núcleos. Quantas pessoas moram em um quarteirão? Se conseguíssemos criar microespaços em cada quarteirão, iríamos aumentar a geração de renda

e diversificar as pessoas associadas. Não temos, obviamente, a pretensão de resolver todas as questões do bairro, mas queremos o tempo todo incentivar os moradores a pensarem diferente e a vislumbrarem outras possibilidades para o local onde eles vivem.

Hoje, os núcleos do Santa Tereza são uma reprodução do que já acontece no Aglomerado da Serra: são espaços que, a partir de um saneamento ecológico, propõem diversas soluções para os problemas que existem nos grandes centros urbanos. Nós temos o conhecimento para onde e como destinar os resíduos, sabemos da importância de permeabilizar o solo para que a água da chuva possa penetrar, produzimos espaços de plantio saudável e articulamos a formação das pessoas para que elas possam abrir os olhos para a origem dos alimentos que elas comprem. Às vezes uma pessoa compra uma alface no Ceasa achando que está fazendo uma ótima escolha, mas é uma alface que vem de longe e é produzida à base de agrotóxicos.

Nos lugares em que o Roots Ativa atua, criamos ambientes que convidam as pessoas a se transformarem, a vislumbrarem um futuro que, na verdade, não é novidade: os rastafáris, os quilombolas, as comunidades indígenas e todos os povos originários já viviam dessa forma, pensando de forma integrada e preocupada com o que está à nossa volta. O que vivemos hoje é o reflexo do que foi feito lá atrás. O sistema capitalista um dia vai cair, e quem está apoiado nele também cairá. Por isso, é importante criar espaços de autonomia e crescermos em comunidade, sem nos esquecermos de que o futuro pode estar justamente nos conhecimentos mais tradicionais e originários.

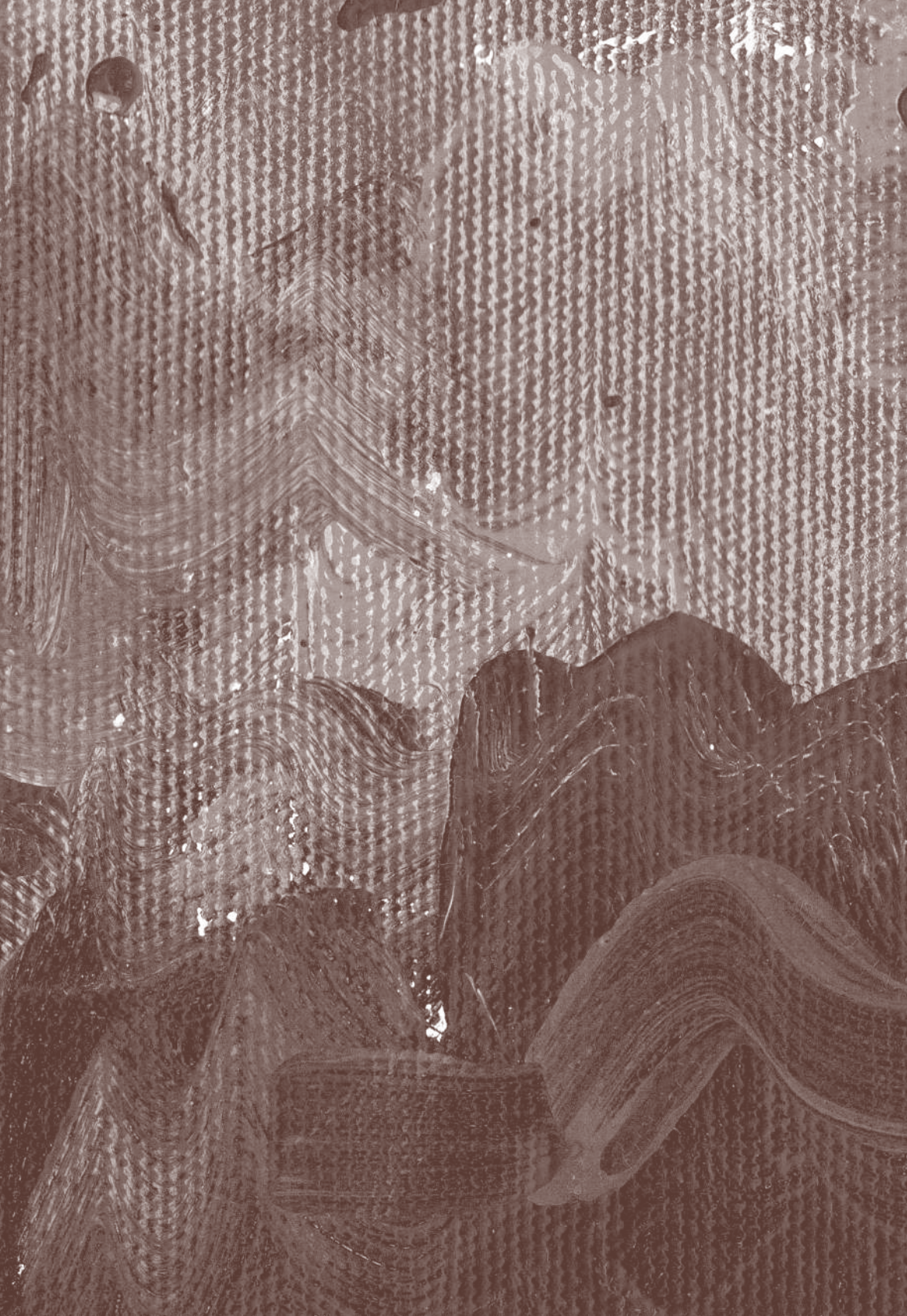
Desde 2006, em meu trabalho com agricultura, eu venho estreitando vínculos e aprendendo com raizeiros, com pessoas do campo e com mestres e mestras do conhecimento tradicional. Muitas pessoas da periferia também detêm esse saber ancestral, seja porque viveram em uma época em que o mato era mais presente do que a cidade, seja porque não têm dinheiro para

comprar um café e costumam substituí-lo por um chá feito de plantas que nascem na vizinhança de forma espontânea. Muitos desses mais velhos são nossos mestres, e sentimos que, de certa forma, eles nos passaram o cajado para que pudéssemos continuar a difundir esses conhecimentos que sempre foram passados de geração para geração.

O Quilombo Manzo, que fica próximo ao aglomerado, é um desses lugares com os quais estreitamos laços pela similaridade de nossas culturas africanas – tanto a cultura quilombola, quanto a cultura rastafári. No Manzo, eles estão iniciando a questão do plantio, para que possam ter, ali mesmo, as plantas que são usadas no terreiro. Volta e meia as mulheres do quilombo nos cobram para ajudarmos a fazer o plantio e, quando nos encontramos, aproveitamos para aprender mais com elas.

Essas mulheres são tão fortes e guerreiras que conseguiram barrar a entrada da mineração no território do quilombo, que é um lugar sagrado onde se coletam plantas e se fazem as curas. Para as pessoas do Manzo, a Serra, além de ser morada, é um espaço sagrado. Por isso, é um grande problema para elas ter a presença de capim e de entulhos da mineração, é uma batalha constante contra o dito “progresso” da cidade. Para essas pessoas – e também para nós, do Roots Ativa –, tudo o que resta da natureza deve ser protegido. Devemos proteger as águas, os rios, as plantas, o Cerrado, porque tudo isso é sagrado. Sem planta nós não respiramos, sem água nós não vivemos, e isso serve para todo mundo. O senso comum tem a tendência em colocar a natureza como sagrada apenas para os povos originários, como se a condição de sagrado fosse somente uma crença dos negros ou dos indígenas. Mas a sacralidade é um fato, e a verdade é que esses povos são tão generosos que estão preservando a vida de todo mundo. Até de quem não acredita.





O QUE
NÃO SE VÊ,
MAS SE
SENTE

IONE MARIA
DE OLIVEIRA

Os elementares são o início de tudo. Para que a gente de fato pudesse existir no mundo, primeiro veio a terra – *Onilé* na língua iorubá. A partir da terra, veio o vento. Depois do vento, a água, porque só o vento foi capaz de fazer a água seguir os caminhos que ela segue hoje. Após a água, o fogo, e para a criação do fogo foi necessário haver as pedras, que vêm da terra. É o início de tudo mesmo.

Minha formação está ligada à natureza do jeito que minha matriarca ensinou. Ela dizia que tudo o que chega para nós vem dos elementares, e é por isso que ela me aconselhou a pedir bênção para tudo – até para acordar, porque nós acordamos para o mundo para viver. Quando eu pego o fubá suado no meu café da manhã, eu preciso pedir bênção para aquele que plantou e preparou o milho. É uma educação necessária para entendermos que, antes de o alimento chegar à nossa mesa, teve alguém que o plantou e o cultivou.

Tudo isso é muito diferente de ir ao supermercado adquirir o alimento. Esse é um processo tóxico e desgastante que, para acontecer, é necessário ter dinheiro no bolso. A pessoa pega o dinheiro, vai ao supermercado, põe no carrinho, do carrinho põe no caixa, do caixa põe no carro e do carro leva para casa, para estocar dentro do armário e só depois cozinhar. Além de ser menos cansativo, o processo de plantar e colher é mais simples e saudável, pois o alimento foi menos manuseado, veio direto da terra e não tem agrotóxico. Entender como se planta – trabalhando com compostagem e com cobertura de folhas para a planta crescer, virar adubo e gastar menos água – também faz parte da educação quilombola, uma educação próxima da terra.

Tudo está interligado, até o gesto de saber fazer compostagem para economizar água de irrigação. Gastar menos água no plantio é entrar no caminho das águas, é conhecer o olho d'água, é entender o seu fluxo, é, enfim, ser também água. Eu sempre falo com os mais novos que a água é feminina, a partir do modo

como ela desce nos campos, como ela escolhe por onde passar, pois toda mulher escolhe por onde e como vai passar. A espiritualidade é uma questão socioambiental, e falar da cultura do Quilombo Mangueiras é falar de como cuidar das plantas, de como colher e como cultivar.

Muitas vezes aqueles que estão fora dos quilombos não conseguem entender o quanto a espiritualidade está ligada às questões ambientais. Às vezes é preciso que eu me sente na cadeira do Subcomitê de Bacias Hidrográficas e os explique as propriedades espirituais da água para que eles entendam que não se pode poluí-la. Eu defendo a água de várias formas para que nela não haja coliformes fecais nem veneno colocado pela Copasa. Quando tratam a água da cidade, não pedem autorização a ninguém para colocarem cloro. Quando a Copasa interveio na água que passa pelo quilombo, nós não estávamos preparados e nem fomos orientados a usar água com hipoclorito. Para nós isso também é veneno, tanto quanto um agrotóxico, e impede que nosso espaço seja completamente agroecológico.

A nossa expectativa é a de que o quilombo seja tratado da mesma forma como o casal de lavradores que fundou o Mangueiras cultivava: sem química, sem cloro e sem fertilizantes sintéticos. Esses saberes nos foram repassados de bisavô, de mãe, de neto, de bisneto. De uma família passando para outra família.



Os vegetais e o cultivo sempre foram uma forma de o Quilombo Mangueiras se relacionar com o que estava fora dele. A estrutura toda do Mercado Central, do Mercado da Lagoinha e do Caixote em Pé foi mantida graças aos agricultores do quilombo, que aprenderam a plantar com as primeiras pessoas que chegaram ao território. Quando o quilombo se organiza em meados do

século XIX, ainda não existia a cidade de Belo Horizonte. Nessa época, o casal de lavradores Cassiano José de Azevedo e Vicência Vieira de Lima se instala na parte superior do quilombo, distantes da estrada atual, onde criam seus 12 filhos.

Quem registra parte do território do quilombo é Maria Bárbara de Azevedo, que passa o matriarcado para Dona Isabel, em seguida para a minha mãe Vanda de Oliveira, até chegar à matriarca atual, Helena Quirino. Isso mostra que o Quilombo Mangueiras é matriarcal, pois aqui são as mulheres que formam a família, são as mulheres que representam o eixo principal tanto familiar quanto político do território, são elas que sabem se relacionar com os elementares. O corpo feminino quilombola é o veículo do nosso saber, da nossa vivência, da nossa educação, da nossa culinária e da nossa saúde – e está intimamente ligado a tudo aquilo que nasce da terra, desde os nossos antepassados.

Até hoje algumas pessoas no quilombo dizem que manga com leite é veneno. Isso vem dos tempos da escravidão, quando o leite era muito caro e a manga fácil de achar, bastante consumida pelos povos negros. Como os senhores não queriam os negros bebendo seu leite, disseminaram essa informação falsa para restringir o uso da bebida. A combinação da manga com leite, então, carrega a memória de um processo discriminatório sobre a alimentação, pois representa a restrição do uso de determinados alimentos para alguns de nós. Entretanto, se para o povo negro o leite sempre foi escasso, a manga, por outro lado, sempre foi farta.

A importância ancestral da mangueira que temos no território foi o motivo de termos colocado o nome do quilombo e da nossa associação quilombola de Mangueiras, porque reconhecemos a importância das mangas que nos alimentaram desde que chegamos aqui. Também é um reconhecimento de que, assim como essa árvore, nós viemos da terra. Os animais não vieram da terra, as vacas nascem de uma reprodução. Aos olhos dos brancos, as

vacas servem para dar leite, para dar filhos e para dar dinheiro. Já o pé de manga, para nós, tem outro significado: ele vem da terra, ele dá fruto e se reproduz, nos fornecendo alimentos em abundância.

Nós sempre fomos tratados como o povo da Mangueira, as pessoas do entorno do quilombo já nos conheciam dessa forma. Sempre tivemos um cuidado muito grande com o pé de manga que tem aqui, porque ele sozinho foi capaz de alimentar nossos ancestrais e continua alimentando as várias famílias que vivem aqui hoje. À medida que a mangueira dá flores e frutos, ela nos sustenta e nos estrutura: coloca-se manga em todas as refeições, no almoço, no jantar e na sobremesa. Também se usa a folha de manga no chão da casa de Candomblé, junto com folha de gonçalinho ou de aroeira, para purificar e estruturar o espaço. Quando você tira o sapato e pisa nas folhas de uma mangueira, você sai dali um outro ser humano.



No Quilombo Mangueiras, todas as famílias têm a responsabilidade de cuidar das crianças. Se eu estiver em casa e vir um menino passar correndo, eu tenho que tirar satisfação com essa criança. Tiro satisfação, mas nunca impeço a liberdade dela, porque faz parte do nosso aprendizado as crianças acessarem o território do quilombo sem a presença do pai e da mãe. Deixar os filhos livres para acessar o quilombo sabendo que quem está na porta vai olhá-los e não deixá-los sair para a estrada é uma prática que existe desde os primórdios do Mangueiras. Todos os adultos estão envolvidos em uma responsabilidade que, muitas vezes, eles nem percebem, porque isso foi enraizado neles desde a infância – é um processo impregnado de ensinamento ancestral.

Eu cresci correndo pelo quilombo e, quando saí para fazer minha formação em Radioterapia, não consegui ficar muito tempo longe. Eu me aposentei em 2016 e, em 2017, parei de

trabalhar na rede hospitalar para ficar com a minha mãe, com quem eu queria passar o tempo todo ouvindo e aprendendo. Mesmo que a minha irmã também estivesse próxima da nossa mãe há mais de 30 anos, ela escolheu aplicar todos os seus saberes na minha pessoa, e eu só percebi isso quando ela me ensinou a benzer. Minha irmã até gostaria de ter aprendido, mas a minha mãe escolheu passar o saber da reza, da benzeção e de catar folhas apenas para mim. Como sou formada na área da Saúde e meu ofício é remediar os pacientes, receber o processo de cura ancestral pela minha mãe através de seus saberes de benzedeira me impactou e me trouxe alguns conflitos.

Entender a função de cada planta e compreender que um processo de cura nunca é o mesmo para todas as pessoas é também questionar o mercado farmacológico. Essa é uma educação que minha mãe me trouxe e que a faculdade não me ensinou. Os professores simplesmente falavam: “Pega essa folha, soca bastante, coloca conservante e vamos encher alguns frascos”. A minha mãe, por outro lado, me fazia andar na mata e conhecer cada erva, cada função, cada quantidade e cada época certa de uso.

O trabalho de educação que a minha mãe fez aqui dentro do quilombo era sempre baseado na troca e na escuta. Muitas vezes, uma pessoa vinha para conversar com ela e falava, falava, falava, e minha mãe ficava apenas concordando. Quando a pessoa ia embora, eu dizia: “Mãe, você não falou uma palavra com essa pessoa!” E ela respondia: “Não, porque o que essa pessoa precisava era ser ouvida”. Isso é sabedoria, isso é terapia. Minha mãe dizia que nós temos dois ouvidos e só uma boca porque nem tudo precisa ser expressado com a palavra, nem tudo precisa ser dito. Hoje, eu tento passar para os mais novos o mesmo saber sobre o mundo que ela passou. Precisamos escutar os mais velhos, precisamos escutar os espíritos, precisamos escutar os elementos da natureza.

Quando os meninos da escola municipal da vizinhança vêm visitar o quilombo, eu apresento o território quilombola como um espaço de formação, falando sobre a fauna e a flora, o cuidado com esse local e o direito das pessoas a acessar um ambiente puro e sem degradação. Mostro que, enquanto a cidade apenas fala e discute as questões ambientais, nós estamos aqui experimentando a preservação na prática. A educação quilombola é bem específica, porque está completamente voltada para o mundo vegetal. A ansiedade dos jovens é tratada no ato do plantio e da colheita, porque se plantarmos uma mandioca hoje, nós só vamos colhê-la daqui a nove meses – o mesmo tempo que nós levamos para nascer. Além disso, nós sempre tentamos usar roupa de puro algodão para ensinar aos mais novos que nós também somos seres vegetais. Quando os meninos me perguntam por que somos seres vegetais, eu digo que é porque nós nos decompomos, assim como as folhas. Tem apenas duas coisas que não se decompõem, o cabelo e os dentes. Esses dois elementos que a terra, *Onilé*, não absorve de maneira nenhuma nós precisamos tirá-los depois de um tempo e incinerar, pois tudo o que a terra não come não pode ser cultivado dentro dela – assim como os metais e os plásticos.

Outra coisa que aprendi ouvindo minhas mais velhas foi o preparo do alimento. Minha matriarca dizia que eu deveria pegar só três folhas de taioba para alimentar cinco pessoas e eu não acreditava que era suficiente. Depois que ela picava tudo, as folhas pareciam se multiplicar, e realmente alimentavam as cinco pessoas. Dali eu passei a entender a importância de evitar a perda. As três folhas eram a quantidade certa para todo mundo se alimentar sem perdê-las, sem jogá-las fora. No quilombo, nada se perde. Se alguém descasca uma abóbora, pega a casca e coloca na composteira, ou dá para as galinhas, cujo cocô usamos no canteiro. A semente da abóbora colocamos para secar, para poder plantá-la.

Nós também somos sementes no momento em que replicamos as histórias que nos foram passadas. A minha mãe, apesar de ter feito a passagem, ainda fala comigo, ainda me passa seus saberes. É algo que as pessoas não entendem, mas dentro do processo em que eu me encontro, isso é normal.

Sempre digo aos mais novos para não perderem o vínculo com o quilombo, que nossa história ligada à ancestralidade faz a diferença na cidade. O quilombo é um espaço de formação a partir dos ancestrais, da fauna, da flora e de toda a vida que existe. Mas a vida que nos cerca não é a mesma daqueles que moram na cidade, pois é uma vida imbricada naquilo que não conseguimos visualizar – o imaterial, que fala o tempo todo conosco. Ele fala e nos orienta, mas não é através da audição. Ouvir o imaterial é um processo de aprendizado espiritual longo, no qual é preciso estar dentro da mata e ficar caladinho, atento à folha que cai, ao silêncio, aos bichos se mexendo no meio das folhagens. A espiritualidade está o tempo todo nos orientando, nos estruturando e nos educando. Só precisamos saber ouvir.



Quando Ooni Adeyeye Enitan Ogunwusi, rei da cidade nigeriana de Ifé e liderança espiritual do povo Iorubá, veio ao Brasil em 2018, ele nos deu de presente um baobá, que chegou ao Quilombo Mangueiras antes dele. Nós recebemos o baobá às seis e meia da manhã, pelas mãos da Mãe Sônia no Ilê Asé, nosso espaço sagrado, onde os orixás tomaram conta das pessoas que estavam ali.

Quando o rei chegou, nós sugerimos que ele apadrinhasse o baobá e desse um nome a ele. Esse foi um momento de revelação, um momento ancestral, porque Ooni deu a ele um nome conhecido por nós, que já evocávamos em nossas rezas aqui no quilombo no momento de catar folhas. Ele diz que o baobá traz

o nome de Babatunde, que segundo as histórias que os nossos mais velhos contam, morava no pé de um baobá. Mas quando Ooni nos faz entender que o próprio baobá era Babatunde, o ancestral para o qual sempre cantávamos no quilombo, nós compreendemos que o Mangueiras é um pedacinho da África, que o baobá é um pedacinho da gente e que a gente também é um pedacinho dele.

Desde que Babatunde foi plantado nas terras do Quilombo Mangueiras, sempre vamos até ele levar oferendas, porque o baobá também precisa se alimentar. Nós fazemos várias comidas, colocamos em seu pé, enrolamos nele um laço bonito e colocamos água, porque o baobá é uma árvore que retém muito líquido. O que colocamos hoje, amanhã já não está mais lá, porque ele se alimenta. O imaterial também se alimenta – mas isso é algo que só quem foi educado para fazer essas leituras é capaz de visualizar.

Há pouco tempo eu observei algo que minha mãe sempre me falava, mas eu ainda não estava preparada para ver com cuidado. Da última vez que eu e os meninos do quilombo plantamos mamão, nós anotamos no caderno que a plantação estava a 1,20 metros da casa de Exu. Quando o pé de mamão cresceu, voltamos para medir e vimos que ele estava a mais de dois metros de distância da casa. Percebi que o pé de mamão estava andando, ele não ficou parado no mesmo lugar onde nós o plantamos. Isso significa que não estamos em uma terra que está parada, nós pisamos em cima de vida. A terra está viva. Há certos lugares onde pisamos em que a terra está fria, e outros em que a terra está quente. Eu sempre digo isso para as crianças: “Observem, não fiquem o tempo inteiro de chinelo no pé, não! Pisem e sintam, porque o seu corpo também observa”.

No Quilombo Mangueiras sempre tem alguém dialogando com você de modo muito sutil, sem que você se sinta pressionado, lhe ensinando a observar com o corpo. Quando eu era

pequena, a minha mãe ia falando e eu ia atrás dela para saber algo mais, e seus saberes sempre estavam ligados à natureza, às águas e às pedras. Ela dizia que as pedras nascem e as pedras se criam, e isso é verdade. Nós acompanhamos esse processo através da produção da gamela para Xangô, no qual colocamos ali várias pedras roladas para, no final de dois ou três anos, as lavarmos com água quente e as devolvermos à gamela. Nesse processo, nós víamos várias pedrinhas pequeninas que no ano anterior não estavam ali. É como minha matriarca dizia: as pedras nascem e se criam. As pedras vibram, as pedras vivem.

Assim que o rei Ooni chegou aqui no quilombo, ele jogou Obì – um jogo secreto, coberto por um pano para ninguém ver –, e dessa leitura ele disse: “O meu pai está aqui, a energia do meu pai é impregnada nesse Quilombo”. Como Ooni é filho de Xangô, o único orixá que andou pela Terra e deixou filhos carnais, logo entendemos que ele estava falando da Pedra de Xangô que temos aqui no Mangueiras, e nos emocionamos. Nós choramos de emoção e de preenchimento, porque entendemos que o que bate no coração dele bate por aqui também. A mesma vibração que sentimos nas pedras do quilombo vibra também em seu corpo. É a ancestralidade que apareceu ali nos identificando como seres pertencentes uns aos outros. Essa é a força do imaterial.

Quando estávamos no processo de fazer o laudo antropológico do Território Quilombola de Mangueiras, a primeira coisa que os antropólogos me perguntaram foi como eles conseguiriam registrar o imaterial de que eu tanto falo. Pedi para eles irem embora, voltarem no dia seguinte às 18h30, deixarem o carro na beira da BR e subirem o quilombo a pé. Eu já sabia que esses profissionais estavam muito intoxicados pelos processos da cidade, que nos obstruem de várias formas e trazem muito conteúdo e informação. Quando eles chegaram no horário marcado, eu já os estava esperando na porta de casa, e um deles estava tremendo de medo, outro dizia que estava pasmo e o outro não conseguia

fazer leitura nenhuma. Eles disseram que, enquanto subiam, sentiram uma força que os mandava virar para trás, como se tivesse alguém andando atrás deles. Eles se viraram, mas não conseguiram ver nada. “Esse é o imaterial”, eu expliquei para eles. São os ancestrais que os recebiam todas as vezes que eles chegavam ao quilombo. Mas como todas as vezes eles entravam de carro, não conseguiam perceber nem sentir essa presença.

Eu costumo dizer para os mais novos do quilombo que o imaterial é acreditar naquilo que não se vê, mas se sente. Existem diversas formas de o corpo responder a uma intervenção do imaterial: o corpo arrepia, treme, boceja. Anos atrás, eu plantei no quilombo a muda de uma planta chamada betsy, para que pudéssemos fazer nossas rezas. No entanto, durante o cercamento do quilombo, o topógrafo que estava fazendo o serviço acabou roçando a muda. Vendo o quanto eu fiquei impactada, ele queria me reparar, me pediu perdão, mas esse tipo de coisa não tem reparação. O processo de reparação vai levar dois anos, porque eu vou ter que plantar essa espécie novamente para que ela dê folhas para eu rezar. Isso me impactou de forma espiritual, já que a minha mãe ensinou que, se você não tiver a folha, você não canta a folha; se você não tiver a folha, você não reza a folha; e se você não tiver a folha, ela não vai para debaixo da esteira do iniciado.

Mas a destruição da mudinha não impactou só a mim, porque o imaterial falou de forma tão forte que até o topógrafo sentiu. Assim que ele roçou a muda, ele ficou com a perna bamba e começou a tremer, como se tivesse entrado em estado de hipoglicemia. Quando eu cheguei para acolhê-lo, eu já senti o que ele tinha feito, e disse que ele havia roçado uma espécie que estávamos cultivando para rezar. E para isso, infelizmente, não há remédio. Ele teria que descansar, pedir um *agô* (licença), um *maleme* (perdão), para que o orixá tivesse misericórdia dele.

Quando penso nesse processo de cercamento do quilombo, eu bato de frente com a questão da materialidade e da imaterialidade. Pois como se cerca o imaterial? O imaterial não tem cerca, o imaterial avança, ele é livre, não tem portão. E isso eu aprendi com minha matriarca e com a minha mãe, de forma muito sutil, e levei anos para compreender e conseguir repassar aos mais novos. Antigamente, quando as pessoas chegavam com o desejo de determinar a área do quilombo, a minha mãe dizia: “O quilombo é até onde eu vejo”. Hoje, quando as crianças me perguntam se a casa delas, que está a 100 metros do Mangueiras, é quilombo, eu digo: “Tudo o que está a 100 metros do quilombo é quilombo. Quilombo é onde o imaterial está, e ele não tem limites”.



BOI ENCANTADO



GERCINO ALVES

Minha família chegou ao bairro da Várzea, em Lagoa Santa, no princípio de sua ocupação, quando celebraram ali a primeira missa. Quando criança, eu perguntava sempre para minha mãe: “Mamãe, de onde é a nossa família?”. Ela respondia: “Nós somos todos daqui”. “Mas e os avós?” “Todo mundo daqui”. Minha mãe era uma senhora da terra, daqui mesmo. Sua família é de pessoas com características bem antigas, até indígenas, mas não tenho muitas notícias dessa minha ancestralidade, porque ela vem de um tempo que não existe registro. Mas ser daqui ou ter a família toda originária daqui é algo comum, porque Lagoa Santa é a boca do Sertão, um dos primeiros lugares aonde as pessoas chegaram para entrar pelo Sertão afora.

O meu pai era vaqueiro e trabalhava em uma fazenda que se chamava Lapa Vermelha, na entrada da cidade. Seu trabalho era muito desvalorizado e ele recebia por mês o equivalente a meio salário mínimo daquela época. Para compensar o pouco dinheiro que ganhava, ele também plantava na fazenda enquanto minha mãe cuidava da casa de farinha. A minha família e alguns vizinhos da comunidade se juntavam aqui para fazer essa farinha, que era produção caseira. Posso dizer, sem dúvidas, que a casa de farinha sustentou toda a família.

Quando os vizinhos se juntavam para fazer a farinha, surgiam histórias e cantos relacionados à religiosidade e à benzeção. Isso era comum para nós, e foi assim que tive meus primeiros contatos com o costume das benzeções. Presenciar o ritual da bênção, para mim, era normal: em uma hora, minha mãe estava de um jeito e, de repente, ela já se concentrava para o trabalho. Na verdade, a medicina de Lagoa Santa sempre foi a dos benzedores. Havia várias pessoas, muitas inclusive famosas: uma delas era a Dona Aramita, que morava perto da nossa casa, e que recebia filas e filas de gente de Belo Horizonte, Jaboticatubas e adjacências para serem benzidas. Havia também a Dona Lourdes, que era uma sacerdotisa de Umbanda. Isso era muito comum nas

redondezas, era essa a nossa medicina. Algumas famílias – como a família mais antiga de Reinado da Várzea – ainda mantém como tradição essa arte da benzeção.

Aqui, no bairro da Várzea, nós sempre estamos em contato com a cultura e a religiosidade e, de certa forma, eu frequento muito esses lugares onde a religião se manifesta a partir das práticas culturais. Minha família inteira mora no entorno da Igreja de São Sebastião, que, para nós, é o espaço coletivo de manifestação da arte. Infelizmente, em Lagoa Santa, não tem um teatro, um centro cultural, nem lugares oficiais para eventos e trocas artísticas. Os espaços das culturas tradicionais, como o Candombe e a Folia de Reis, são as casas das pessoas. Isso se repete comigo, no momento em que eu construo um espaço de teatro, dança afro e capoeira na casa em que eu nasci.

O cotidiano cultural na Várzea é composto justamente por essa interseção entre o espaço privado e a vida coletiva, e por essa mediação entre as culturas: os candomblés, os mestres do Reinado, os mestres do Candombe e sua esfera política. O que é isso senão ação diplomática? Sempre digo que a coisa mais importante que o Reinado nos ensina é, além da fé, a política da diplomacia: desde que o reino é estabelecido, as embaixadoras e os embaixadores são escolhidos para levar adiante essas ações políticas de mediação. Eu aprendi muito com a Dona Isabel Casimira, rainha de Congo do bairro Concórdia. Isabel era a elegância pura, o supprassumo da diplomacia. Ao mesmo tempo em que ela estava na cozinha, estava na prefeitura, estava no Serro conversando com as lideranças e, logo depois, já vinha para Lagoa Santa me ajudar com o Festejo do Boi da Manta.

Nessa região sempre foram muito comuns as rezadeiras, as festas, as fogueiras de Santo Antônio, São João, São Pedro e o Reinado. Aqui é terra de Congo. Existem relatos de historiadores e cientistas que passaram por aqui há muito tempo, descrevendo as festas de Congo, assim como notícias de encontrarem mais

de 50 sítios arqueológicos de quilombos entrando para a serra. Na subida para o Sertão, há dois quilombos próximos e famosos: o Matição e o Açude, de onde vem a maioria do povo negro da região. Duas das maiores famílias de Jaboticatubas são de ancestralidade negra. A família de Machado, formada por negros libertos das fazendas da Serra do Cipó, é quem trouxe o Candombe, pai do Reinado daqui e de todo lugar. Eu não considero nossa comunidade um quilombo, mas os territórios onde vivemos são ocupados por pessoas que certamente trazem essa tradição. Há uns tempos atrás, isso tudo aqui era serra, território negro, um lugar muito rico na história do povo negro.



Uma das manifestações mais importantes que trouxemos para Lagoa Santa foi o Boi da Manta, que também se entrelaça com a história da negritude. Em cada lugar que existe o boi, ele se manifesta com a identidade do lugar que está em volta dele. Tem boi no Brasil inteiro, desde o Sul até o Norte e, em cada lugar, ele se manifesta de uma forma específica. O boi do Maranhão é bem diferente do boi do Pará, que é mais diferente ainda dos bois do Sul e do boi do Reinado. O boi caminha como se fosse o desbravador do Brasil, se transformando a cada lugar onde ele cria raízes. Ele é um ser muito importante na colonização e também na sustentação desse povo da terra no Brasil.

Conta-se que as primeiras aparições do Boi da Manta aconteceram no período da escravização do povo preto. Os negros costumavam ter uma cabeça de boi preparada igual a uma real, e também o couro do corpo. Quando os senhores precisavam transportar a boiada para outras fazendas ou vender o gado para outras regiões, os escravizados entravam em dupla debaixo do couro, se misturavam com a boiada e, assim, conseguiam escapar do cativeiro. O boi é estratégia, é ginga, é dança e resistência.

Nós estamos hoje em uma região que tem muitos bois. Em certo momento, Vespasiano teve 13 bois do Rosário. Confins tem um boi e Pedro Leopoldo também, que hoje em dia funciona como um trio elétrico com banda. Já o nosso boi é uma mistura, resultado dos cruzamentos entre a capoeira, o Reinado e as práticas da dança e do teatro. Na década de 1990, depois de descobrir a dança afro-brasileira através do Teatro Universitário da UFMG, me juntei com mais duas amigas, Alexandra Simões e Renata Otto, e formamos o grupo Irmandade dos Atores da Pândega para desenvolver um trabalho que falasse da cultura popular. Nesse momento – não sei por que cargas d’água –, nós resolvemos que o nosso espetáculo inaugural deveria ter como protagonista um boi.

No meio das nossas pesquisas, me disseram que uma senhora fazia um boi no bairro Concórdia, em Belo Horizonte, e eu fui lá ver como era o corpo desse boi. Foi então que eu conheci Dona Isabel Casimira, rainha conga do Reinado Treze de Maio, e ali mesmo eu tive uma orientação espiritual que me levou a ficar por lá. O que Dona Isabel e os outros do Reinado me ensinaram só poderia ter um pagamento: um retorno de colaboração e de trabalho dentro da casa deles, o que me permitiu também compor a guarda Treze de Maio e conhecer melhor o Boi da Manta do Concórdia. O Boi do Concórdia é, então, o pai do nosso boi, que também mistura referências do teatro, da Capoeira Angola e do Quilombo do Matijão.

Nosso boi se chama Boi Encantado, e nele não existem personagens estáticos. Os elementos e os personagens que vão aparecendo no festejo vêm da identidade de cada pessoa, do que cada um manifesta de si. Até hoje surgem personagens novos: além do boi, tem uma cobra gigante que aparece de vez em quando; tem o macaco que produzimos inspirado pelo macaco de São Romão; e tem as mulheres da Pândega, que são as mulheres resolvidas, que não levam desaforo para casa, aquelas que deixaram de ser

brancas para serem francas. Elas chegam aos botecos do bairro e já pedem uma cachaça para brigarem com os seus maridos – alguns, inclusive, já estão bêbados nesses momentos. Aqui em Lagoa Santa é cheio de gente bebendo cachaça no boteco, e quando o festejo passa, todo mundo quer entrar para dentro do boi.

Nós saímos daqui de casa, passamos na frente do sacolão, passamos em frente ao açougue, passamos na porta da igreja e de repente entramos em um boteco. Vamos incorporando as características de cada lugar e, para cada lugar, temos um canto diferente e um tipo de comportamento específico. O gosto por esse universo do boi aberto ao acaso vem das cantigas. Todos em Lagoa Santa crescem ouvindo aboio, ouvindo histórias e cantigas. A educação pela oralidade vem muito da música. É a nossa vida: assim como na roda de capoeira, a música e o boi são a repetição da vida, do cotidiano, do nosso microcosmo. O que o boi faz é repetir o trajeto da gente no mundo.



Nossas primeiras militâncias com arte e cultura popular foram através do Carnaval. Lagoa Santa teve um Carnaval de escolas de samba muito forte durante os anos 1970 e 1980, e toda a cidade participava – todas as pessoas, de diferentes classes sociais, estavam envolvidas com os bailes. O próprio Boi Encantado de Lagoa Santa nasceu em um sábado de Carnaval, quando nós cismamos de sair com ele na rua. Na verdade, sairíamos apenas com uma boneca, mas decidimos fazer um boi também, junto das crianças e dos jovens da vizinhança. Foi quando começamos a organizar oficinas com os mais novos, misturando Carnaval com o conhecimento do boi, da festa e do aprendizado. Isso já acontece há mais de 20 anos: a saída de carnaval é o aniversário do nosso boi.

Durante todos esses anos nós também saímos com o boi nas Festas Juninas. Isso começou quando eu fiz uma promessa de sair uma vez com ele no São João. As pessoas gostaram tanto que a promessa acabou, mas o boi continua indo. Sempre estão nos chamando para sair com o boi aqui e acolá: na Festa de Santana, na Festa de Santo Antônio, na época do folclore e também no Lapinha Museu Vivo, nosso encontro de educação, arte e celebração em torno dos mestres e mestras das culturas afro-brasileira e indígena, que são nossos doutores. O Boi Encantado sempre abre e fecha esse encontro. Tal como Dona Isabel me ensinou, o boi é para abrir festa. Então ele abre a festa.

O boi também passa por espaços religiosos, mas só quando somos convocados. Nessas ocasiões, eu vou timidamente, porque tenho muito respeito. É o cuidado que se deve ter enquanto pesquisador dentro de um terreiro ou de uma comunidade tradicional. Porque, para entender um pouco do que é pesquisar e trabalhar com o boi, eu já estou junto de Dona Isabel há 25 anos. Esse grande universo não pode ser entendido com algumas visitas, anotações, fotografias e pronto. O boi, o teatro, a capoeira e a dança, para mim, devem passar por essa vivência profunda de aprendizado entre os mais velhos e os mais novos. Não existe forma melhor de se aprender.

Eu passei cinco anos morando fora do Brasil e, quando eu retornei, comecei a trabalhar com oficinas em escolas particulares junto com o pessoal do Teatro Universitário. Voltando um dia para casa, após uma imersão com alunos de uma classe de renda mais alta de Belo Horizonte, cheguei à Lagoa Santa e vi cerca de 15 adolescentes ali, sem fazer nada. Esse encontro me impactou, e eu entendi que precisava trazer alguma coisa para os jovens da minha vizinhança. Afinal, eu estou desenvolvendo minha arte para dar para o meu povo – também para os outros, claro, mas principalmente para quem está perto de mim. Foi assim que nós começamos.

O teatro tem uma força muito grande, por ser uma manifestação política e não uma representação passiva de histórias. Acho até que pode ser uma responsabilidade do ator interferir nessa organização do mundo que colocam para nós. Tanto é que o teatro sempre é prejudicado em momentos de enfraquecimento da democracia, em que os detentores do poder usam as mesmas táticas, cortando as estratégias de libertação que a gente tem. A capoeira, por exemplo, foi por muito tempo proibida e até hoje é muito discriminada, assim como o Reinado. Hoje, felizmente, nós temos muitas políticas públicas, e a universidade fornece apoio técnico aos mestres e mestras dos saberes tradicionais. E isso não é de hoje: o Mestre Pastinha, grande detentor dos saberes da capoeira, também tinha esse apoio. Os intelectuais Jorge Amado e Pierre Verger sempre estavam juntos dos mestres populares, traduzindo a palavra deles.

As coisas vão se repetindo ao longo do tempo. Tal como nos rituais do boi que vai nascendo e renascendo, o mundo vai se repetindo. As mesmas coisas vão se refazendo e nós temos que estar sempre preparados para dialogar com tudo o que vem. A Capoeira Angola, uma das mais fortes escolas artísticas que nós temos em Lagoa Santa, também é assim. João Angoleiro, o grande mestre com quem aprendi a arte da capoeira, fala que o saber não vem só dele, mas é uma repetição e releitura dos conhecimentos dos mestres antigos. Capoeira é tudo o que a boca come, e como diz um certo ditado africano, o bode come onde ele está amarrado. Isso traduz muito a nossa história e a do Boi Encantado de Lagoa Santa, que manifesta exatamente as coisas que ele vive, carregando nas costas o contexto onde ele se insere.



Quando descobri a Capoeira Angola, comecei a trazê-la para o meu terreiro, e isso foi juntando os meninos. Começamos a fazer

oficinas de capoeira, misturadas a outras de teatro e de construção do boi, e para os jovens foi uma maravilha. A capoeira traduz o atrevimento da juventude, que é o mesmo atrevimento do boi, porque quando ele chega, ele muda tudo. Em qualquer lugar que chegar o boi, o clima muda, a situação muda. E o jovem tem essa mesma irreverência, ele quer mudar tudo, quer fazer as coisas acontecerem.

O boi sempre trouxe essa característica de força da adolescência e da juventude de Lagoa Santa, mas também dos mais velhos, porque se não tivermos a orientação daqueles que vieram antes de nós, tudo vira bagunça. A capoeira e o boi perpassam gerações e vivem justamente do encontro entre elas: os meninos vão crescendo, vão virando pais e mães de família, até que chegam outros. Hoje em dia, são os filhos deles que vêm para brincar de boi, todo mundo vai se agregando.

O Curupira tem um simbolismo maravilhoso, que é como um totem do nosso povo: o olho que está no futuro e o pé que aponta para trás. Para você ser futuro e modernidade, nessa ótica de tempo cronológico, não precisa abandonar o que está atrás. O pé virado para trás mostra a sua ancestralidade em uma nova perspectiva. As pessoas que são referências para a gente têm isso, o Mestre João Angoleiro é isso: às vezes ele é um senhor, às vezes é um menino. Em certos momentos ele joga com uma agilidade maravilhosa e, em outros, é um grande sábio antigo. A Dona Isabel tinha isso também. Uma vez a cadeira em que ela estava sentada quebrou, e ela logo fez um movimento que nós fazemos na capoeira, de apoiar a mão e girar em volta do corpo. Ela repetiu esse gesto e falou: “Se eu não ficasse olhando vocês jogarem capoeira, a essa hora eu estava no chão”.

Mesmo quando a pessoa vai envelhecendo, não pode perder a sua juventude, a sua força, a sua vitalidade e a sua criatividade. E a arte traz isso: independente se ela é popular ou se é erudita, ela traz essa força do novo, a capacidade de estar sempre

se reinventando. Isso também move nossa arte, porque é uma forma de manter os jovens perto e até dar condições para eles desenvolverem, dentro das novas linguagens, essa gramática ancestral, esse pé do Curupira apontando para trás. O olho no futuro seria o olho na câmera, o olho no celular – mas com fé, com o pé firmado no terreiro.

O teatro também é isso, você fica velho, fica novo, experimenta todas as idades, incorpora tudo. O teatro-dança-popular nos permite vivenciar todas essas imagens e figuras, que são nossas referências ancestrais, no tempo do agora. Quando vamos para a cena, quem é que chega ali ao boteco? Quem é que chega à igreja? Quem é que chega a uma casa de família para se manifestar? São todos esses arquétipos do nosso povo, jovens e velhos, que vêm de dentro das nossas tradições: é o bastião da folia, é o velho folião, é o menino, é o embaixador do Reinado, é o capitão do Congo ou a dançarina do frevo. Quando eu danço com o boi e o interpreto, eu estou trabalhando com uma ancestralidade. Quando eu falo dos vaqueiros e dos boiadeiros, eu me lembro do meu pai. Eu trago a presença dele e também de outros vaqueiros, que talvez estivessem nos livros que eu li ou nas histórias que ouvi.



Hoje, no bairro da Várzea, a criatividade não para. Seja na capoeira, no boi ou no teatro, as pessoas vêm chegando e trazendo novas ideias, novas manifestações artísticas e culturais, como a viola e o samba de roda. Nisso está um poder muito grande do coletivo, porque uma pessoa sozinha não sabe de tudo. Eu, para saber o que eu sei, precisei não só dos meus mais velhos, mas também dos jovens, dos amigos e dos artistas parceiros da vizinhança. A cultura que se desenvolve aqui em Lagoa Santa é muito importante e precisa ser valorizada. Nossa missão é, antes de tudo, fortalecer o que é interno. Acabamos de sair de

uma pandemia, de um momento em que nos voltamos para dentro. Nós viramos de novo uma ostra para podermos continuar a nos abrir, expandir e ampliar essas experiências tão ancestrais e caras para nós. O mundo traz para nós uma reflexão intensa, mas todas as atitudes tomadas a partir dessa reflexão precisam ser coletivas.

O bairro da Várzea, a cidade de Lagoa Santa e todas as grutas da região são um museu-natureza formado pelas pedras, pelas árvores, pelos bichos e pelas ruas que carregam uma força ancestral. Eles trazem a carga dos povos que viveram por ali, uma força viva. Não são territórios estáticos, mas lugares vivos, carregados de ancestralidade, de uma carga antiga que transborda de vida. Apesar de atualmente estarem transformando tudo em estradas, a vitalidade da região segue resistindo. E nossa missão segue igualmente na base da resistência: nossas oficinas, cursos, ações e festejos são justamente o reconhecimento da vida que está dentro dos lugares, mas também dos mestres.

Fala-se que, quando morre um velho, morre uma biblioteca, pois se o conhecimento não puder ser transmitido oralmente, se não houver ouvintes para absorver o saber oral, ele se perde. E o que nós procuramos fazer é criar ouvintes. Aqui, o conhecimento ancestral está pulsando através da arte, nós o estamos vivenciando. Estamos o tempo todo nos alimentando dessa força que é a nossa ancestralidade africana, que é a ancestralidade de Luzia (a ossada da mulher mais antiga encontrada por aqui), a ancestralidade dos povos negros que vieram e ainda vêm para a região.

Lagoa Santa deveria ser um lugar muito forte em educação. Por que não se investe em uma educação universitária em um lugar de tamanha importância cultural? É como dizia o antropólogo Darcy Ribeiro: as pessoas que detêm o poder precisam de mão de obra, e não de pensadores culturais. Precisam que continue a ter lenha para queimar os fornos e fazer mover esse sistema. No entanto, embora não haja incentivo à educação formal

neste lugar, nós temos nossas mestras e mestres, e são elas e eles que detêm conhecimento. E cabe a nós continuarmos a apresentar esses mestres e mestras para os mais jovens, para que eles tenham esperança nessa intelectualidade, nessa sabedoria ancestral. Para que eles tenham a certeza de que, enquanto nos é dificultado o acesso a uma educação escolar e universitária, nós temos aqui uma outra universidade. Nós temos o Seu Badu, do Quilombo Mato do Tição, que é um senhor sem estudo formal que dá consultoria às universidades sobre a agricultura e a homeopatia. Nós temos João Angoleiro e tivemos Dona Isabel, líder, organizadora de tudo o que conhecemos. Temos um grupo enorme de mestres da tradição como exemplo de força e de realeza. E isso transborda para o boi, para o Reinado, para o Carnaval e todas as outras manifestações, ressoando através dos nossos afoxés. Nós estamos aqui fazendo, meio aqui, meio ali; vai para frente e depois volta; começa, retorna e inicia de novo. É como nós costumamos dizer: a nossa resistência é artística, e o nosso tempo é circular.



CULTIVAR O FORNO

SEBASTIANA LÚCIA
DA SILVA

Sempre fui faxineira e continuei trabalhando com limpeza mesmo depois de me aposentar. Mas o que eu gosto mesmo de fazer são fornos de barro e quitandas. Isso é o meu encanto. Eu já gostava de fazer essas coisas, mas à medida que fui parando com o trabalho de faxina, os fornos e as quitandas foram tomando o meu tempo livre em casa. Já fiz fornos para muita gente e, quando me mudei para a Ocupação Esperança, em Santa Luzia, logo fiz um de cupinzeiro. Fui ao mato, quebrei o cupinzeiro, trouxe para casa e fiz.

Eu não sei ler, mas sempre aprendi rápido vendo os outros fazendo. As quitandas, eu aprendi a fazer tudo sozinha, vendo um vídeo pelo celular ou cismando que iria fazer da minha cabeça. Na hora em que eu decido que vou fazer alguma receita de determinada forma, eu vou lá e faço. Cozinho biscoito de polvilho, broa de fubá e biscoito frito para vender na vizinhança, e as quitandas que as pessoas mais compram são aquelas que a massa leva erva-doce ou leite condensado. Esfirra eu conhecia e tinha vontade de aprender também, e acabei descobrindo como fazer pelo celular. A de carne eu faço com aquele biquinho, parecendo uma cabeça de boi, e a de frango eu faço de outro jeito para diferenciar. Como a procura é grande, minha irmã sempre vem e me ajuda muito. Ela passa o ovo, deixa a massa crescer no sol e me auxilia na preparação. Às vezes, ficamos a tarde inteira fazendo as quitandas.

Já os fornos de barro eu sempre soube fazer, aprendi com meus pais. Só não fazia muito antes porque trabalhava fora e não tinha tempo. Mas depois que comecei a produzir e a mostrar para o pessoal, passei a fazer com mais frequência. Nos últimos tempos, fiz um no Ateliê de Cerâmica Saracura Três Potes, em Brumadinho, outro para uma escola na Pampulha e vou fazer um terceiro para uma mulher de Entre Rios de Minas. Os que faço para as outras pessoas são muito parecidos com o que fiz em minha casa. Os fornos sempre saem muito iguais, mesmo que, a

cada vez, eu use o barro específico de cada lugar. Para dar certo, só é preciso que o barro venha de uma terra boa, que tenha liga – ou, como costumo dizer, uma “terra liguenta”.

O forno que fiz em casa usando cupinzeiro, eu já havia visto minha mãe fazendo. Já tinha visto também em outros lugares, porque na roça é muito comum usar cupinzeiro para fazer fornos. Lembro que, às vezes, minha mãe demorava a assar coisas no forno, e as galinhas faziam ninho dentro dele. Um dia, quando acordamos, tinha um gato dormindo dentro dele, porque estava quentinho. Hoje em dia fazemos até uma tampa para que o forno fique sempre limpinho.

Antes desse forno de barro que tenho hoje, construí e desmanchei mais outros dois, todos de cupinzeiro. Porque quando estamos construindo uma casa, nada fica no lugar certo, sempre é necessário mudar algo de lugar. Para construir o primeiro forno aqui de casa, eu peguei um cupinzeiro que tinha no terreno ao lado, que na época era só mato. Eu o quebrei e dentro dele tinha uma aranha caranguejeira enorme, junto com uma infinidade de cupins. Tinha tanto cupim que, quando cheguei em casa, tive que deixar os pedaços descansarem, porque os cupins mordiam e picavam. Deixei de repouso uma noite até que os cupins voltassem para os buraquinhos deles na terra. Só aí consegui fazer a base, pegar os pedaços e ir juntando com barro. Como o cupinzeiro é redondinho, ele já é quase um forno. Se você bater com cuidado e abrir uma boca sem quebrar, é só fazer uma chaminé e pronto – o resto os cupins já se encarregaram de fazer.



Eu nasci em Salto Grande, interior de Minas Gerais, próximo de Ipatinga. A vida era muito difícil naquele cerradão de plantação de mandioca e banana, não tinha esse negócio de cozinhar a gás, era fogão à lenha mesmo. Por isso, nós já cozinávamos muito, já

fazíamos tudo o que fazemos hoje. Eu fui aprendendo de cabeça, porque eu não tive ensino. Na época, meu pai era fichado em uma firma e, por isso, nós mudávamos muito de cidade. Moramos em Ouro Preto, Mariana, Itabira, Itabirito e Amarantina. Nós sempre morávamos nesses interiores bravos, e gostávamos muito de mexer com barro. Quando moramos na região de Mariana, nossa casa era bem afastada da cidade, então meu pai fez para nós uma casa de esteira de bambu e barro. Ele foi ao mato, pegou o bambu, o rachou no meio, amassou para tirar aqueles nós, teceu as esteiras e ia pregando na parede com cipó-de-são-joão. Enquanto isso, nós barreávamos tudo, até o chão. Eu pegava bosta de boi com terra de formiga, misturava até formar aquela meleca e passava no chão, e ia desenhando com a mão. Eu gostava muito de fazer isso antes de o barro secar.

Se meu pai construía as casas para nós, éramos eu e minha mãe as responsáveis pelos fornos. Nós sempre fazíamos os fogões à lenha das casas. Não havia diferença entre o barro que usávamos para fazer o forno, o barro que passávamos no chão e o barro que cobria as esteiras na parede. Era sempre o barro de formigueiro, ou a terra de formiga, que é a melhor, pois tem uma boa liga. Para saber qual é o barro bom, basta pegar a terra e passar na mão. Se ela tinge sua mão, tem aquele aspecto “liguento”, é o barro certo.

Eu aprendi isso com a minha mãe, e sei que ela aprendeu com a minha avó na roça. Mas minha mãe era atentada e preguiçosa, e não gostava de fazer nada. Ela contava que, quando meu avô saía com os filhos para plantar milho, ia à frente furando os buracos e as crianças atrás colocando semente e tampando. Ela pegava as mãos cheias e colocava dentro do mesmo buraco para acabar logo. Quando o milho nascia, da linha dele saíam aquelas moitas enormes que dava para abraçar. O meu avô gritava: “Aposto que isso aqui foi a bruxa que fez”, e ela ficava bem escondida.

A terra e o barro sempre estiveram presentes por onde minha família passava. Quando morávamos em Ouro Preto, era puro

minério. E na região de Mariana, a todo lugar que íamos, nós pegávamos um terrão, e ficávamos brincando o dia inteiro com aquelas pedras de topázio imperial saídas das minas. Aquilo parecia um palácio, cheio dessas pedras bonitas que valem muito. Meus irmãos brincavam de rodar pneu, batendo com um pau rua afora, enquanto eu, com as canelas todas pretas, coletava as pedras de topázio do chão de terra vermelha. Hoje em dia não temos mais nada daquilo.

Quando viemos para a Ocupação Esperança, a poeira que grudava em nós na região de Mariana era a mesma que grudava aqui. Meu irmão já morava aqui, e a ocupação estava apenas começando. Na época, meu irmão me chamou para ocupar também um terreno, e tive muito medo e muitas dúvidas, porque eu morava em um apartamento de três quartos no Planalto. O apartamento era todo mobiliado, tudo o que era bom eu comprava com meu salário de diarista de segunda a segunda. Mas eu morava de aluguel, e queria um lugar só para mim, um lugar que eu pudesse chamar de meu, sem risco de sair.

Quando eu vim para a ocupação, não tinha nem rua aberta. Eu olhava, voltava para casa e ficava pensando se valia à pena largar tudo para enfrentar toda essa terra, todo esse mato com carrapato, bicho de pé, tudo quanto é. Todas as vezes que eu falava com Deus, eu perguntava: “Senhor, é isso que o Senhor quer para mim hoje? Aonde o Senhor está querendo que eu vá?” E todas as vezes aparecia uma pessoa que me conhecia: “Lúcia, estou sabendo que você vai construir, que você arranjou uma casinha para você. Lá em casa tem um monte de areia, tem brita, tem telha, se quiser pode ir pegar”. Isso aconteceu tantas vezes que eu cheguei à conclusão de que era isso mesmo que Deus queria para mim.

Na época, os coordenadores da ocupação me deram um pedaço de terra de 9 por 11 metros. Eu medi direitinho, porque eu não queria tirar a terra de ninguém. Depois que eu fechei tudo, eles perguntaram: “Por que você não pegou aqui atrás? Você

não pegou essa parcela aqui do lado”. Eu falei: “Não, eu peguei somente o que me cabia”. Foi só isso. No início, eu ainda continuei no apartamento e vinha construir aos poucos, porque minha filha estava grávida e não podia ficar dormindo em uma barraca. Quando eu terminei de construir dois cômodos, nós já viemos para cá. Vendi tudo o que não dava para trazer, e só ficou a cama, a geladeira e o enxoval da minha filha. Nós ainda ficamos um tempo no chão batido, a minha filha dormia na minha cama e eu dormia no chão. Essa peleja durou um ano, junto com as passeatas. Nós sofremos demais com as ameaças, as balas de borracha, a polícia nos cercando e o movimento fechando as avenidas. Por muito tempo, não conseguíamos dormir. Mas estou aqui até hoje, e digo que quem me deu a casa na ocupação foi Deus. Eu não saio daqui não, só se Ele quiser que eu saia.



Hoje em dia é meu marido, que é pedreiro, que me ajuda a fazer os fornos. Como a armação do forno é de madeira, mais difícil de fazer, é sempre ele que constrói. Depois nós fazemos um forro de tijolo por cima e passamos cobrindo com barro. É assim que se constrói um forno, tijolo e barro, tijolo e barro. Do barro eu gosto bem feitinho e bem colorido, porque com o tempo a poeira chega e vai tirando a cor do forno. Quando tem barro branco, mais resistente, nós usamos, mas aqui na ocupação eu nunca vi. O que usamos aqui fica em uma matinha próxima da minha casa, lá no fundo da ocupação na parte mais alta. Nós pegamos o barro em um barranco, e ele tem uma cor linda! Minha vontade é de pintar a minha casa toda com ele: é só misturar o barro com cola que dá para pintar as paredes todas.

Meu marido costuma trabalhar com forno de carvão, porque em Peçanha, a cidade onde ele nasceu, o pessoal faz muito carvão. Já eu sou mais do barro, é o que eu sei fazer. Existe um modo

certo tanto para construir o forno de barro, quanto para usá-lo, mas não é difícil. Quando ele está muito quente, é o momento de raspar a brasa, porque se colocar algo para assar com a brasa dentro, as coisas vão queimar nessa temperatura. Depois de raspada a brasa, é preciso esperar alguns minutos para esfriar, e para medir a temperatura eu uso uma folha verde. Vou jogando a folha dentro do forno e contando até dez. Dependendo do tempo que ela leva para murchar, eu sei o quão quente o forno está. Se a folha murchar rápido, eu não coloco nada para assar, mas se ela demorar a murchar, já está no ponto bom. Quando o forno está muito frio, eu deixo o carvão dentro dele até esquentar, e depois jogo tudo para o canto. Isso porque para as coisas assarem bem não precisa ter nenhum carvão, basta que o forno esteja quente.

Todo forno de barro funciona dessa forma. Quando se assa alguma coisa, é preciso tampar a chaminé para o calor não sair. Eu costumo, inclusive, tampar com um pano molhado, porque assim o pano não queima. Geralmente colocamos também uma placa de metal para proteger o fundo, e uma tábua de madeira para ajudar a firmar o que vamos assar lá dentro. Isso ninguém me ensinou, eu aprendi fazendo da mesma forma que eu fazia na roça.

Tudo o que eu faço hoje vem do jeito que fazíamos quando morávamos na roça, onde as coisas eram naturais. Eu gosto de tudo natural, desde o barro que uso para fazer fornos até as comidas da horta que eu cultivo em minha casa. Eu gosto muito das minhas plantas, gosto de estar sempre no meio do verde. Na Ocupação Esperança, tem uma horta comunitária, mas ainda assim eu gosto de ter a minha própria. Quase ninguém mais tem horta em casa, porque as pessoas têm preguiça, preferem comprar alimentos processados. Já eu faço questão de ter a horta muito bem cuidada. Geralmente a minha horta dá tanta coisa que eu acabo distribuindo para os vizinhos. Quando eu percebo que a pessoa não tem dinheiro para comprar, aí é que eu dou mesmo!

A maioria dos ingredientes que eu uso na horta e nos meus quitutes vem da vizinhança: eu deixo as cascas de ovos velhas em cima do forno até ficarem torradinhas, prontas para nutrir as plantas, uso terra preta do barranco junto com folhas secas para plantar, e colho bananas das bananeiras que crescem aqui perto. A terra aqui é uma das melhores, e tudo o que eu preciso o chão me dá. Se eu precisar de barro, vou até o barranco, tiro um pouco com uma colher de pedreiro e passo na peneira para ela ficar bem lisinha. É assim que ela dá mais liga.



Outro dia eu estava ensinando os alunos e seus pais em uma escola a fazerem um forno. Eles juntaram todos os materiais que nós precisaríamos como barro, madeira e tijolo, para que eu pudesse dar o curso. No fim, meu marido e eu só precisamos levar as ferramentas. Quando eu disse que poderíamos fazer o forno usando tijolo furado, eles se espantaram, porque achavam que só era possível fazê-los com blocos refratários. Mas os meus são feitos de tijolo furado. No início eles trincavam, mas agora não trincam mais. Eu já queimei o que tinha que queimar, e eles estão bem curados, têm uma vida inteira de resistência. Só preciso, de vez em quando, tampar algum buraco com barro, ou passar água barreira neles para dar uma cor.

Como essa escola já tinha uma horta onde as crianças plantavam trigo, o pessoal quis fazer um forno para eles colherem e cozinhareм tudo ali mesmo. O forno foi feito no chão da horta, durante dois dias de trabalho. Primeiro, meu marido preparou a mesa de madeira, enquanto eu ficava com os meninos peneirando a terra para o barro. Fomos fazendo vários montes de terra para ir colocando nos tijolos. A porta do forno, meu marido fez com bambu. Ele colocou um arco de bambu aqui e outro ali até formar a porta, seguindo a curva do buraco do forno.

Nenhuma das crianças tinha visto um forno de barro na vida, foi a primeira vez. Elas ficaram muito interessadas e participaram de todo o processo de construção: peneiraram areia, arrumaram a cozinha do almoço, ajudaram a colocar o barro – do que elas mais gostaram, aliás, foi pegar no barro e pisar nele. Para elas, tudo vira brincadeira. No fim, elas ficaram tão cansadas que disseram que se precisassem fazer outro forno, não teriam energia para isso.

Quando terminamos a construção do forno, colocamos fogo para ele ir secando e puxando a umidade do barro, porque ele precisa estar seco para ser usado. Nesse processo, as professoras ficavam me perguntando por que o forno estava rachando, e eu disse que era assim mesmo que acontecia. O barro vai secando, encolhendo e rachando, e por isso é necessário ir tampando os buracos que surgem com barrela. Fazer forno é um processo cuidadoso, não se pode jogar o trabalho todo fora porque ele trincou. É um outro tipo de cuidado. É preciso sempre cultivar o forno, assim como nós cultivamos um milho na roça.

Conversando com as crianças, uma delas me perguntou de onde surgiu o forno de barro, e eu contei que é uma técnica de muitos anos atrás, feita pelos quilombolas. O forno de barro é da nossa origem mesmo, do povo preto, e de sua relação com outros bichos. O próprio forno de cupinzeiro é isso: os bichinhos tecem tudo, não deixam nenhum burquinho. Tudo o que precisamos fazer é barrear o cupinzeiro por fora e pronto, ele dura muitos anos. Os cupins são muito espertos, são melhores que nossos pedreiros. Eles pegam o barrinho, o transformam numa cola e vão fechando todos os buracos. Eles são muito inteligentes.

É por esse motivo que o forno é vivo, porque foi construído por seres vivos e precisa que nós sempre cuidemos dele, mesmo depois de pronto. Precisamos encher de lenha, tampar as trincas, refazer a cor, ou seja, continuar o trabalho dos cupins, da mesma forma que os quilombolas faziam há séculos atrás. Acho que o mais importante desses saberes quilombolas é estar

muito próximo da natureza. É respeitar e conseguir coexistir com os outros seres sem depredar o ambiente deles. É como cultivar um forno de barro, basta tirar apenas o necessário para o próprio sustento, mantendo tudo vivo ao redor: as plantas, os bichos, a terra.



A CIÊNCIA ESTÁ
NAS MÃOS DE
QUEM SEGURA
O MARTELO

EDUARDO EVANGELISTA

O bairro de São Cristóvão, na Serra de Ouro Preto, foi a maior área de mineração de ouro da região no século 18, principalmente entre o começo dos anos 1700 até o início dos 1800. A partir do momento em que esse tipo de mineração parou aqui em Ouro Preto, por volta de 1820, essas áreas foram sendo abandonadas. A cidade retoma seu crescimento a partir da patrimonialização na década de 1930 e, em 1937, com a criação do Iphan, começa a ser tombada. Ou melhor, a cidade formal (o centro onde está o casario) é tombada, e parte da serra permanece abandonada até 1950, quando começa a ser reocupada por causa de um novo ciclo econômico que se instaura em Ouro Preto, o ciclo do alumínio. Com esse fluxo, muita gente dos distritos vem para Ouro Preto e os espaços antes minerados passam a ser ocupados com moradia, incluindo a região onde hoje fica São Cristóvão. Eu sou nascido e criado nesse bairro, onde também desenvolvemos o atual trabalho com a Mina Du Veloso.

O bairro, para mim, sempre foi um lugar de lazer. Como um menino negro de família simples, nunca tive recurso para tirar férias e viajar, então nossas férias de infância se passavam nessas regiões onde, antes, acontecia a mineração. Caminhávamos pelos aquedutos do bairro achando que eles seriam o caminho que nos levaria até a Lagoa Azul. Essa e outras lagoas aqui do entorno são locais de preservação de água construídos aproveitando os poços que existiam na natureza. A gente ia brincar nesses espaços por causa da água, sem saber muito bem o que era aquilo, e só depois fui entender que esses caminhos, na verdade, eram os aquedutos que, ao transportar a água de um lado para o outro da montanha, viabilizaram o desmonte da encosta. Nós sempre passávamos por essas áreas com intuito de lazer e de recreação.

Nosso jardim de infância, o antigo João Bolinha, onde aprendi a ler, funcionava dentro de uma estrutura de mineração chamada mundéu, uma grande barragem que ficava no sopé da montanha para receber a lama aurífera que vinha do alto. Hoje ela se

chama Escola Padre Carmelo, e ainda funciona. Quando somos crianças, as coisas têm uma outra escala de tamanho. Lembro que ficávamos assustados quando entrávamos dentro do mundéu. Essa estrutura é composta por blocos de pedra enormes, do tamanho de uma geladeira, todos encaixados. A gente ficava se perguntando o que era aquilo, que obra era aquela que parecia ter sido feita por gigantes. As professoras falavam que era coisa dos antigos povos escravizados, e ponto.

Percorrendo o bairro, começamos a acessar os lugares onde ficavam as galerias subterrâneas. Esse era um motivo de medo porque, às vezes, enquanto brincávamos lá dentro, a vela apagava, o fósforo molhava e ficávamos perdidos nas galerias. Chegando em casa, ainda apanhávamos, porque as mães diziam que não podíamos entrar nesses lugares perigosos. Muitas pessoas diziam que ali havia espíritos e almas penadas, ou relacionavam esses lugares de mina ao sofrimento dos nossos ancestrais, então queriam que a gente os evitasse. Porém, como toda boa criança que se preze, continuávamos desobedecendo nossos pais e entrando nas galerias.



Com o passar dos anos, eu entrei na universidade para cursar Engenharia Civil e, quando me formei, comecei a pesquisar a Serra de Ouro Preto através de um projeto de extensão. Aprendi como funcionava a mineração e, a partir daí, fui tendo alguns *insights* da época de criança: o sistema de aquedutos, as caixas dos tanques, os reservatórios, as galerias subterrâneas, foi tudo voltando à minha cabeça. Entendi, por exemplo, que comecei a aprender a ler e a escrever dentro de um mundéu, e ninguém me falava isso. Aos poucos, entendi que não existia só aquele caminho por onde eu passava quando criança, mas que todo aquele espaço com o qual eu convivia fazia parte de um sistema

de desmonte de rochas para apurar o ouro. Comecei, então, a ver a serra como essa máquina de extrair ouro, e a partir desse projeto de extensão, fiz minha pesquisa de mestrado inventariando as estruturas do bairro São Cristóvão.

No tempo em que fazia essa pesquisa, em 2009, tive a oportunidade de comprar o imóvel onde está localizada a Mina Du Veloso. Era a casa da Dona Maria Clara, que na época já tinha 90 anos e não morava mais no bairro. A casa se transformou no nosso centro de pesquisa sobre a região e a mina. Ao longo dos trabalhos, os moradores do bairro nos ajudaram bastante: juntávamos uma equipe de amigos da minha geração daqui do bairro, uns um pouco mais novos, outros um pouco mais velhos, e ficávamos nos lembrando desses espaços e tentando entender sua função. Fazíamos trilhas na Serra de Ouro Preto, onde a comunidade nos apresentava as partes que nós não conhecíamos. Cada vez que fazíamos isso, nós íamos trazendo mais informações e juntando o quebra-cabeça.

Descobrimos que o bairro de São Cristóvão era pertencente, em um primeiro momento, a Antônio Ramos Reis, um português muito influente, que chegou a ser o homem mais rico de Minas Gerais no período áureo da mineração. Quando ele morre, deixa a mina como herança para José Veloso do Carmo, o Coronel Veloso. Em 1819, quando o modelo de mineração manual já estava em declínio, o coronel falece, e como não teve filhos e não deixou herança para ninguém, esses espaços ficaram abandonados. Foi quando os ingleses começaram a chegar aqui e mecanizar as minas.

Em nossas pesquisas no bairro São Cristóvão, vimos também que as pessoas que trabalhavam na Mina Du Veloso, nesse processo criminoso de escravização, eram as mesmas que realizavam as construções no centro da cidade. Quando, em 2010, começamos a fazer um trabalho de recuperação da mina junto com os amigos do bairro, decidimos usar as mesmas técnicas

construtivas desses nossos antepassados. Recuperamos a galeria subterrânea e construímos o receptivo todo em estrutura de madeira, semelhante às estruturas das casas setecentistas locais, com apliques na fachada.

O Mestre Godoi, vivo até hoje, é o carpinteiro que fez a estrutura da mina. Ele mora aqui do lado e aprendeu com seu pai, que aprendeu com o pai dele, e assim por diante. Eu sempre falo com ele para não morrer antes de formar uma outra pessoa, porque ele é o único que sabe fazer estruturas de peso. Seu perfil não é o de uma pessoa musculosa que parece mexer com peças grandes; ele é franzino, mas carrega consigo esse saber de levar as peças até o alto da estrutura e encaixá-las. Tem também o Mestre Duca, que é mais da alvenaria e das outras especialidades de uma construção. Quando os dois se juntaram, sugeriram reformar também a nossa casa usando pau a pique na fachada, deixando a estrutura toda aparente para as pessoas poderem ver. Fomos montando a casa de forma que ela também virasse uma marca dessa ciência de construir edificações.

A partir de 2014, abrimos o espaço para visita com a função turística, principalmente, de educação patrimonial. Além das técnicas de mineração e metalurgia que vemos dentro da mina, mostramos também as técnicas de construção do receptivo em nossas visitas. Por mais que essa história tenha ficado abandonada por séculos, as estruturas se mantiveram devido à técnica com que foram realizadas, o que fez com que a mina se tornasse um grande livro a céu aberto para contar a história da ocupação do território, tanto da extração do ouro quanto das questões sociais relacionadas aos nossos parentes escravizados.



A África e o Brasil têm um substrato geológico muito parecido, porque estiveram conectados em um mesmo supercontinente

em tempos antigos. Quando os africanos chegam aqui, reconhecem essas semelhanças, e com seu conhecimento milenar de extração de ouro, identificam que esse mineral está dentro das rochas com quartzo – algo impossível de identificar atualmente sem a ajuda de um microscópio. Aqui na universidade foi feito todo um trabalho complexo de pesquisa que mostra a localização do ouro em determinadas camadas, mas os africanos já sabiam disso, tanto que abriram as minas para buscar essas camadas no interior da montanha e realizar o processo de mineração. Quando consideramos todo o ciclo da mineração do ouro, são de importância primordial os saberes dos povos negros.

Essas pessoas trazidas à força para a região de Ouro Preto vieram, basicamente, da Costa do Ouro, também chamada de Costa da Mina, que hoje abrange Benin, Togo, Gana, Nigéria, Camarões e Mali. Por volta de 1700, se inicia um grande fluxo de saída de navios dessa região, trazendo os chamados negros de mina, que são extremamente conhecedores das técnicas de extração de ouro. Muitos foram capturados no interior do continente, principalmente na região do Mali, do Rio Níger, onde já faziam isso há muito tempo. No grande Império do Mali, eles exploravam não só o ouro, mas também o sal através de galerias subterrâneas. Chamavam esse elemento de sal de plataforma, um sal que está dentro do continente e não no mar, e que era muito mais valioso que o ouro. Nessa época, os europeus sabiam que seu ouro vinha do continente africano, pois já faziam muitos negócios na região. Quando tem início o ciclo de extração nas Américas, os europeus voltam a esse lugar não mais para fazer negócio, mas para sequestrar o conhecimento cultivado dentro dos corpos dos negros de mina, que tinham muito conhecimento de mineração.

Uma referência em nossa pesquisa é o livro *Pluto Brasiliensis*, escrito por Wilhelm Ludwig von Eschwege, naturalista alemão

considerado o pai da geologia no Brasil. Ele foi uma das primeiras pessoas a vir estudar o substrato geológico do país, por volta de 1811, incluindo a região de Ouro Preto, que era o grande local da mineração no período. Ainda que contaminado pelo racismo científico, Eschwege não consegue deixar de escrever em seu livro que a história deve aos negros a implementação da bateia e da canoa, ferramentas importantes de mineração com as quais era possível tirar o ouro mais fino de dentro da terra. Começamos a pinçar esses pontos do livro em que Eschwege fala sobre a expertise do povo negro e fomos criando o conceito de *Outro Preto*, que procura mostrar toda a ciência e conhecimento técnico que os africanos trouxeram para nossa cidade.

Além da engenharia de minas e das técnicas de mineração, os povos que vieram da África também deixaram em Minas Gerais o legado da metalurgia do ferro, que hoje é o carro chefe das economias dos municípios mineiros. Os grandes ferreiros africanos eram de Gana, onde já dominavam técnicas de fundição do aço, que era o auge da evolução da metalurgia. Fundir bronze, ouro e todos esses outros metais para eles era fácil. No entanto, não falamos sobre a contribuição desses africanos, embora tenham sido eles que trouxeram para cá os conhecimentos necessários à mineração – inclusive, porque, naquele momento da história, um fundidor europeu não viria para o Brasil trabalhar.

O lema da nossa atual Escola de Minas diz o seguinte: “com a mente, o martelo”. É importante sempre lembrar que quem estava segurando o martelo eram esses africanos, e foi o seu conhecimento que fez com que a Escola de Minas fosse construída em Ouro Preto em 1876, 11 anos antes de a capital se mudar para Belo Horizonte. Não fazia sentido começar uma escola de engenharia em um lugar que deixaria de ser capital, e ela só ficou aqui por causa desse conhecimento alocado no espaço.

Essa história não costuma ser contada, mas boa parte dos negros em Ouro Preto já eram libertos no auge do ciclo do ouro.

O conhecimento estava em suas mãos e, por causa desse saber, muitos donos de mina os alforriavam. Não adiantava tratá-los com desdém ou desumanidade, porque se a pessoa se negasse a tirar o ouro, todo o processo acabava. O que os donos de mina poderiam fazer? A tecnologia estava toda no cérebro dos negros. Um bom exemplo é o Chico Rei, grande líder que a partir de seu conhecimento fez minas improdutivas voltarem a produzir. Com sua sabedoria, ele comprou a sua liberdade e a dos seus e foi um dos responsáveis por construir o processo do Reinado, que alguns conhecem como Congado, mostrando que essa ciência vem dos povos negros.



Hoje fazemos questão que a Mina Du Veloso seja um lugar de pesquisa, pois acredito que com essas investigações mostramos muitas pontas soltas da nossa estrutura histórica e acadêmica que precisam ser atadas. O círculo acadêmico nunca olhou para Ouro Preto com os olhos necessários. A engenharia se volta à mineração ao invés de se voltar para as áreas de risco, enquanto a história continua olhando para a Europa ao invés de olhar para a África.

Nessa pesquisa, vemos como os negros e negras que estavam nos trabalhos de construção tinham ciência do que estavam fazendo. Não tinha europeu que pegasse em ferramentas, isso era coisa de pessoas consideradas inferiores. Nós que trabalhamos na construção até hoje convivemos com essa questão: ninguém se lembra de quem é o pedreiro ou de quem é o mestre de obras. Lembram-se do arquiteto, às vezes do engenheiro, mas não de quem realmente colocou a mão na massa. Isso é fruto do processo preconceituoso de formação desse nosso Brasil.

No passado, isso era muito mais forte, porque quem fazia trabalhos manuais era considerado alguém da subclasse. Hoje não há mais o processo de escravidão, mas essas questões ainda continuam. Basta comparar o salário de um pedreiro ao salário de um

engenheiro ou de um arquiteto. Os últimos recebem bem mais por aquilo que fazem, porque estamos acostumados a achar que o trabalho intelectual vale mais. Mas os trabalhos manuais têm uma sabedoria, uma iniciação que é tão ou mais complexa que o trabalho intelectual. Eu trabalhei por um tempo como servente de pedreiro e pude ver a dificuldade. Empilhar tijolo com tijolo, pedra com pedra, não é para qualquer um. Quem somos nós sem os pedreiros, sem os carpinteiros e sem os mestres de obras? Sem a sabedoria deles, nós não conseguimos fazer nada.

Quando estávamos realizando o trabalho de recuperação da estrutura subterrânea da mina, sempre nos perguntávamos como era possível essas pessoas construírem o que construíram usando somente ferramentas simples. Quando pensamos em tecnologia, o que nos vem à mente são os aparatos e maquinários complexos, mas, na época, a ciência que os construtores africanos tinham já era tecnologia, e das mais avançadas. É uma arquitetura feita com o que se tinha na mão, e não com o que se especifica e manda trazer de fora do país. E toda essa essência preciosa está aqui, hoje, viva.

É esse o tipo de coisa que conseguimos aprender à medida que a Mina Du Veloso vai se tornando um lugar de referência e pesquisa. É um lugar de partilha, de compartilhamento de ideias e de mudanças em prol de uma aplicação melhor dos conhecimentos e saberes que acumulamos ao longo da vida e que precisamos sempre repensar. Quando se estuda a mineração do ouro a partir do espaço que temos hoje, é possível não só entender o passado, mas criar conexões com o presente; é possível compreender melhor o lugar onde nós estamos pisando. Sabe quando muda uma chave na sua cabeça? Para mim, a mina foi a grande chave que me fez perceber o quanto o Brasil ainda continua no mesmo processo colonial dos tempos de quem realmente construiu a Ouro Preto que conhecemos hoje.

Como entender a história de Ouro Preto sem saber de onde a cidade começou, quem organizou o terreno todo e colocou tudo de pé? Para dar conta de juntar essa trama que envolve a cidade, é preciso ser especialista em multidisciplinaridade e juntar tanto as histórias da serra quanto as do centro. Ouro Preto tem várias obras primas: tem a Igreja de São Francisco de Assis, construída com a mais alta técnica da época, referência em arquitetura, cantaria, escultura e pintura. Em se tratando de engenharia, o conjunto de aquedutos faz da serra um local sem igual no Brasil.

A parte patrimonializada da cidade, inserida nos livros de belas artes, é reconhecida historicamente tanto pelas técnicas construtivas, quanto pelas ornamentações. Impressionada pelas semelhanças entre a arquitetura de Ouro Preto e a arquitetura europeia, a elite cultural, então representada pelos modernistas brasileiros, decide que era a partir dali que eles iriam contar nossa história, a partir da nossa proximidade com a Europa. Mas quem, de fato, construiu essa cidade? Quando eu guio as pessoas pelo Centro Histórico, digo a elas para olharem atentamente não as igrejas, mas os muros. O muro de cima, o muro de baixo, o muro que dá suporte àquele aterro, o que sustenta uma estrada por cima e outra por baixo. Vou chamando a atenção justamente para essas obras de engenharia feitas por nossos ancestrais negros e negras, para fazer as pessoas enxergarem que Ouro Preto também tem um legado negro forte tanto na arquitetura, quanto nas artes.

Dizem que o Aleijadinho era mulato. Ele foi assim nomeado pelos colonizadores, com esse termo que diz respeito àquele cujo pai todo mundo conhece e cuja mãe ninguém sabe de onde veio – nome que essa bagunça étnica que temos no Brasil dá para filho de português e africana. Seu pai, como todo mundo sabe, era Manoel, um português chegado aqui de navio. E a mãe, de onde

veio? Entre as várias pessoas que recebemos aqui na mina, sempre há muitos moçambicanos. Ao verem as peças esculpidas em pedra-sabão, essas pessoas sempre contam que é uma matéria também muito usada para artesanato em Moçambique, desde os tempos antigos. Ninguém conhece quem tenha trabalhado com pedra-sabão na Europa, então, o conhecimento que Aleijadinho tinha de esculpir a pedra-sabão não veio de seu pai, arquiteto, nem dos livros que ele leu nas bibliotecas dos Inconfidentes. Na minha visão – e essa é uma teoria –, a mãe do Aleijadinho é quem tinha o conhecimento para lidar com esse material. Quem geralmente passava mais tempo com a criança? Talvez nos momentos que tinha brincando, ensinando, modelando, sua mãe foi quem o preparou para virar o grande artista que foi. E seu nome não é sequer mencionado em nenhuma fonte histórica.

Dentro da cidade patrimonializada, que todo mundo reconhece como herança europeia, ainda resiste uma presença forte da negritude que a construiu. Na Igreja de Santa Efigênia, que foi recentemente restaurada, descobriram ornamentações ligadas às culturas negras de várias regiões, como búzios e outros símbolos adinkra comuns em países africanos. Na Igreja da Chapada de Lavras Novas é possível identificar esses símbolos com mais facilidade. Sua entrada, esculpida em pedra-sabão, traz toda uma simbologia adinkra, como chifres de carneiro e os cajados de Exu. Como o distrito está afastado do centro da cidade, minha tese é de que lá os negros puderam colocar essa simbologia mais à vista. Já no centro, essas referências estão mais escondidas (muitas vezes nos gradis das casas) e, por isso, é preciso um tempo maior para reconhecê-las.

Por causa dessa visão eurocentrada de patrimonialização, todas essas histórias foram, por muito tempo, apagadas. Considero que desconstruir essa situação é uma função nossa, e é por isso que faço questão de propagar informações e de compartilhar as histórias que conheço com mais pessoas, para

começar a fazer essa desconstrução. Isso não é só incumbência de quem trabalha na mina, mas é uma missão de todos. Sendo um arquiteto e professor negro e conhecendo o outro lado dessa história, como eu poderia continuar repetindo a ideia de que Ouro Preto é formada por uma arquitetura colonial portuguesa? Precisamos cortar esse vocabulário das escolas de Arquitetura, de Engenharia e de Artes; tirar da cabeça das pessoas a ideia de que os telhados de Ouro Preto são coloniais, os calçamentos são coloniais, os cafés das pousadas são coloniais. Esse filtro foi colocado há muito tempo por quem quis apagar a presença do povo preto da história do nosso país, e as pessoas se acostumaram a não questionar.

Ao invés de valorizar o colonial – que não trouxe nada além de exploração e violência –, é nossa missão fazer emergir a importância dessa inteligência africana fantástica envolvida na construção do nosso país. Uma espécie de engenharia orgânica que usava, com muita inventividade, apenas o que se tinha à mão: pedra, argila e sabedoria.



UM
PROJETO
PARA A
VIDA

POLIANA SOUZA

Nós, que estamos à frente das lutas por moradia, costumamos dizer que existem dois lugares muito bem delimitados nas cidades: a área de rico e a área de risco. Não existe rico em áreas de risco e nem pobre em áreas de rico. São nas favelas, ocupações urbanas e regiões periféricas onde se concentram as maiores áreas de risco, pois a chance de haver ali um desastre ambiental é muito maior do que nos bairros onde os ricos moram. Por mais que haja pessoas ricas morando em mansões incrustadas em ribanceiras, suas casas nunca vão cair, porque essas regiões têm investimento, recurso público implementado e um planejamento que favorece que essas pessoas estejam ali. Nas periferias é diferente, o que temos é um total abandono do poder público.

Em uma de nossas ocupações na região da Izidora, localizada na Regional Norte de Belo Horizonte, estamos lutando há sete anos para que a prefeitura faça uma obra de contenção em uma encosta – obra que eles sempre fazem nos bairros mais favorecidos da cidade. Em nossa última reunião com a prefeitura, havíamos avisado que, com a chuva, uma das casas iria cair. Eles falaram que não tinham recursos, e a casa realmente caiu. Em outra ocupação, metade de uma área verde erodiu com a chuva. Nós chamamos a Defesa Civil para solicitar uma obra que desse firmeza à terra e eles disseram para colocarmos uma lona. Até hoje estamos esperando a visita deles, que nunca aconteceu. É assim que as áreas de risco são criadas, com a falta de manutenção, investimento, cuidado, coleta de lixo e esgoto. Com grande indiferença, o poder público cria áreas de risco para criminalizar o povo e, depois, culpabiliza as catástrofes climáticas.

Não criar condições para que as pessoas morem em determinada região ou deixar de fazer qualquer tipo de intervenção para que essa área não venha a ser uma área de risco não é um acaso, é tudo planejado. Trata-se de esperar que o lugar fique impróprio para moradia para que as pessoas tenham que sair, porque não interessa ao poder público criar novas áreas de moradia para as

peessoas pobres. Na Vila Esperança, região do Anel Rodoviário, a mesma lama e o mesmo entulho da enchente de dois anos atrás estão lá, no mesmo lugar. Nas próximas chuvas, aquele entulho vai correr para o Arrudas que, por sua vez, vai inundar, causando o mesmo estrago de antes, e as pessoas vão dizer que é culpa de quem mora na beira do Anel.

Essa região das ocupações da Izidora não é área de risco, mas se não houver uma intervenção que seja justa, honesta, de qualidade, daqui a dez anos a situação pode ser outra. Talvez metade das famílias que estão aqui hoje não possam mais ficar porque o lugar se transformou em uma área de risco. E vão culpar o povo, dizer que é o povo que escolhe mal onde mora, que o povo não tem consciência e que, quando morre, é porque foi morar na encosta. É assim que eles fazem.

Mas onde o poder público falha, a comunidade precisa se levantar. Muita gente criminaliza as ocupações urbanas sem saber que moradia digna é um direito de todos, previsto na Constituição. E se atualmente existem, na maior parte das capitais brasileiras, muito mais imóveis vazios e ociosos do que gente sem casa, é nosso dever ocupar esses espaços e fazer aquilo que a política infelizmente não faz por nós. Para aqueles que acham que somos vândalos e que desvalorizamos os lugares que ocupamos para morar, aqui vai uma história que prova justamente o contrário: as ocupações urbanas são um laboratório do que o planejamento de nossas cidades deveria ser, principalmente em termos ambientais.



Antes de entrar para o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), um movimento nacional que reivindica o direito de morar dignamente, eu também tinha certo preconceito a respeito das ocupações urbanas. Nasci em Ibirité em uma época que não tinha nem maternidade e nem cartório. Quando eu tinha dois anos,

meus pais se mudaram para o bairro Goiânia em Belo Horizonte, para morar no fundo do quintal da minha avó, em um cômodo sem banheiro. Nessa época as pessoas tinham quintais enormes e os filhos iam casando e se aglomerando nesses quintais.

Quando completei nove anos, minha mãe decidiu sair da casa da minha avó, e assim começou a nossa saga do aluguel. Morei em quase todos os bairros de Belo Horizonte, onde eu ficava cuidando dos meus irmãos enquanto minha mãe ia trabalhar de doméstica. Por esse motivo, não consegui terminar a minha escolaridade, só estudei até a oitava série. Aos 16 anos, casei com meu primeiro namorado e logo tive um bebê. Morava em um cômodo no quintal da minha sogra, exatamente como a minha mãe. Nessa época, tentei voltar para a escola, frequentei a sala de aula com minha filha algumas vezes, mas o professor me mandava sair dizendo que escola não era creche. Costumamos dizer que a vida é um ciclo, você vive e revive a mesma história várias vezes. Repetir a trajetória difícil da minha mãe e, ainda por cima, ver que ela continuava na mesma situação, me incomodava muito. Foi aí que conheci o movimento de luta por moradia.

Na primeira reunião que fui com minha mãe, não sabia nada sobre a luta do povo sem teto. Achei que iriam pegar meu nome e telefone e me dariam, em um futuro próximo, uma casa do programa Minha Casa, Minha Vida. Mas a minha expectativa foi quebrada quando a porta-voz da reunião disse que o objetivo ali era todos se juntarem e tentarem acessar as políticas habitacionais e que, se não fosse possível, iriam fazer uma ocupação para retomar o que é nosso por direito. As pessoas que estavam participando há mais tempo do movimento já sabiam o que era uma ocupação, e uma delas fez um comentário que me marcou: “Pode ser que haja violência contra nós, mas se um morrer, todos os outros terão uma casa para morar”. Isso virou uma chave na minha cabeça, e me fez frequentar todas as reuniões onde fui entendendo melhor sobre a luta.

Participar das reuniões era um processo de formação importante, porque nunca tive acesso na escola a questões que sempre me intrigaram. Por que tem tanta terra vazia e as pessoas não têm casa? Por que tanta gente precisa morar de favor? Na minha cabeça, eu morava de favor porque minha mãe e meu pai não conseguiram trabalhar o suficiente para comprar uma casa. Pensava dessa forma equivocada, e nas reuniões fui entendendo que o problema era muito mais profundo. Compreendi que eu não era a única nessa situação, e que, inclusive, eu me somava a uma grande parte da população. Se essa grande maioria se juntasse, talvez conseguisse uma solução para o problema da moradia.

Em abril de 2012, fizemos a primeira ocupação, a Eliana Silva, em uma parcela de terra devoluta na região da Izidora, no Barreiro. Foi minha primeira luta e me encantou, porque foi um processo de trabalho coletivo. Entramos durante a noite no terreno e, quando o dia clareou, vi que tínhamos montado um bairro em poucas horas. Quando o helicóptero da polícia chegou clareando tudo, já havia mais de 300 barracas de lona montadas, uma cozinha coletiva, uma espécie de creche para que crianças como a minha filha pudessem ficar. Vi nesse processo a solução para resolver de vez o problema da minha vida, da vida da minha mãe e das outras pessoas que estavam ali. Diferentemente do programa habitacional, onde existe uma fila e uma disputa enorme para participar de um sorteio, ali no movimento todas as pessoas estavam juntas, nas mesmas condições e com as mesmas possibilidades.



Desde 2012, se formaram na Izidora sete ocupações que abrigam hoje cerca de oito mil famílias: Eliana Silva, Paulo Freire, Nelson Mandela, Horta 1, Horta 2, Camilo Torres e Irmã Dorothy. Cada uma delas tem um tempo de vida, uma história específica de

nascimento e diversas singularidades. No entanto, apesar de ser um desafio fazer com que tanta gente tenha consciência para poder cuidar desse espaço enorme, todos concordam que morar dignamente significa muito mais do que apenas ter um teto.

Por que no bairro dos ricos é possível ter árvores na rua? Por que no bairro dos ricos é permitido ter espaços de lazer para as crianças? Por que no bairro dos ricos as pessoas moram perto das matas e dos parques? Nós não vivemos essa mesma situação: na favela é tudo barraco e quanto mais barraco, melhor, porque, de fato, as pessoas precisam. Mas o direito de morar também deveria englobar o acesso a tudo o que o restante da cidade tem, e o MLB sempre busca estimular as pessoas a pensarem para além da conquista do teto, imaginando qual bairro elas gostariam de morar, com segurança, qualidade de vida e espaços verdes.

Diferentemente da atitude do poder público – que tira das pessoas o direito de sonhar com o bairro porque impõe um modelo único de vizinhança e de moradia – o movimento considera que quem ocupa também sonha com uma casa condizente com o tamanho da família, com um quintal bem cuidado e com um bairro de qualidade. Quando vamos escolher um terreno para ocupar, trabalhamos para entender, primeiramente, o seu histórico. O terreno da Eliana Silva, por exemplo, era uma terra devoluta do Estado, doada para particulares construírem em um prazo de dois anos, mas que em 20 anos não fizeram nada. Ou seja, um terreno fruto da especulação, da grilagem, e que precisava ser retomado. A primeira coisa que identificamos ao entrar ali era a presença de uma nascente e de uma área verde gigante, cujo destino e preservação precisavam ser discutidos com as famílias.

Em um segundo momento, depois do reconhecimento do terreno, entra o papel da coordenação do movimento e da assessoria técnica de pensar o projeto da divisão dos lotes, o trabalho de conscientização sobre a área verde existente, o espaço que pode virar um pomar, o tamanho da rua, a importância de ter ou

não uma rua, o tamanho das casas, a necessidade de cada um ter uma entrada individual, ou ainda de informar que determinada árvore não pode ser cortada porque é importante ter uma sombra. A partir daí, os perfis das famílias vão se desenhando e se relacionando com o projeto: a família que tem um perfil de mais cuidado com a natureza acaba ficando mais perto das áreas verdes, porque sabemos que ela vai ter um olhar mais cuidadoso. Outra família que tem necessidade de acesso mais rápido ao asfalto acaba ficando mais perto da rua. Vamos colocando as pessoas mais próximas daquilo que elas têm condição de contribuir e de cuidar mais – o que não significa que o processo de cuidado não seja coletivo. Aquele que mora nas áreas mais altas precisa entender que a ação de jogar o esgoto na rua vai prejudicar aquele que mora na área mais baixa, assim como determinadas famílias precisam entender que certas áreas verdes não podem ser ocupadas.

Na Eliana Silva, tentamos conscientizar as pessoas desde o início de que a mata não pertencia a ninguém, nem mesmo ao movimento. Era uma área coletiva importante de ser mantida, porque se propuséssemos para a cidade o cuidado com essa parcela, nós receberíamos mais apoio público. Percebemos também que essa mata não era apenas da Eliana Silva, mas circulava por outras ocupações. Isso nos colocou um grande desafio, pois não adianta preservarmos a mata em uma ocupação, sendo que a outra continua jogando esgoto. A luta por esgoto, inclusive, não pode ser exclusiva apenas da Eliana Silva, que resolveu o problema de forma alternativa. Diante da impossibilidade de jogarmos o esgoto na rede da Copasa, nós construímos tanques de evapotranspiração. Mas não adianta resolver essa questão apenas na Eliana. Na ocupação Nelson Mandela, por exemplo, as pessoas têm que jogar o esgoto dentro do córrego, reproduzindo um modelo de cidade imposto, já que nenhuma alternativa de coleta de esgoto foi oferecida para elas.

Obviamente ninguém quer morar perto de um lugar que cheira mal, que tem rato e cobra, e que, quando chove, inunda e as pessoas perdem tudo o que têm. Não são elas que escolhem essa situação, essa é a cidade imposta para elas. Por mais que elas tenham reivindicado um sistema de esgoto, o poder público fecha os olhos para o pedido delas. O que fazemos dentro das ocupações é um trabalho contínuo de entender que, independente do governo, nós podemos ter uma condição de vida melhor, podemos ter esgoto e áreas verdes perto de casa, podemos, sim, morar ao lado de um parque ou uma floresta.

A própria ideia de pensar a mata que interliga as ocupações da Izidora como um parque é interessante e já circulou entre nós, mas é algo com o qual as pessoas não se identificaram. Em seu imaginário, um parque é algo que não é para elas, é algo a que elas não têm pertencimento. Mas os moradores começaram a chamar a região de “Vale das Ocupações”, porque para eles a ideia de um vale com nascente, árvores frutíferas e lugares para as crianças brincarem não é apenas possível, como já existe. Esse conceito partiu dos próprios moradores, e hoje é algo que usamos para unificar as ocupações em torno da mata e coletivizá-la ao mesmo tempo. Atualmente, o que caracteriza o Vale das Ocupações é justamente a área verde que interliga todas as ocupações da Izidora. A mesma mata e a mesma água passam por todas elas, mas em cada ocupação elas têm funções diferentes. Na ocupação Paulo Freire, temos a iniciativa das hortas comunitárias e dos criatórios de tilápia na beirada da mata, que usam a mesma água que passa aqui em cima na Eliana Silva onde as crianças brincam. Aqui, o pessoal quer ter um espaço de lazer, com fogão à lenha e umas cadeirinhas. Na Nelson Mandela, onde fica a área da nascente, as pessoas estão querendo fazer uma trilha de acesso mais preservada e, na Horta, o pessoal quer fazer um viveiro de peixes. Cada ocupação usa a mata de acordo com

suas necessidades, mas o que permanece em comum é a ideia de que o cuidado com esse verde é missão de todo mundo.

Se no senso comum os parques precisam ser intocados, no vale é possível morarmos, usarmos e preservarmos. É possível habitar esse lugar ao mesmo tempo que o mantemos digno para que não precisemos morar em condições impostas pelo sistema: em áreas de risco, áreas precárias, áreas insalubres. Nós não queremos que morar na beira de um córrego signifique morar ao lado de um esgoto, na iminência da erosão e da enchente. As ocupações não são projetos provisórios de moradia, são espaços definitivos para os quais nós buscamos melhoria, porque é nas ocupações que queremos construir nossas histórias. Nós não queremos sair daqui e ir para outro lugar, não existe oferta melhor do que as ocupações.



Um dos maiores desafios do MLB dentro das ocupações é a continuidade do trabalho comunitário. Uma coisa é as famílias recém chegadas, morando no barraco de lona na terra, e outra é as pessoas em suas casas consolidadas, já nas ruas asfaltadas. Nós precisamos o tempo todo reaprender a nos movimentarmos e a mantermos essas pessoas na luta, porque é difícil discutir a falta de moradia depois que elas já conseguiram suas casas. Agora que as famílias do Vale das Ocupações estão mais estabilizadas, o objetivo central é a regularização da região. Estamos tentando mobilizar as pessoas para garantir o título de posse, para que ninguém mais corra o risco de ser despejado, entendendo também que a luta não se encerra nisso, porque o direito de morar dignamente vai muito além de um título de posse. É o direito ao saneamento básico, à educação de qualidade, ao transporte de qualidade. Precisamos, sim, discutir a mobilidade na cidade, porque não adianta ter uma

casa aqui no Barreiro se as pessoas não tiverem condições de ir ao centro de Belo Horizonte para trabalhar.

Depois da regularização, ainda faltam o esgoto, a energia elétrica, a entrada dos correios, a regularização de um CEP, a coleta de lixo: cada ocupação se encontra em um momento diferente. Na Eliana Silva estávamos focados em resolver a energia, até que outra comunidade começou a ficar sem água e o foco da luta mudou para lá. Dentro dessa perspectiva de planejamento de guerrilha, entendemos que a luta não se encerra com a casa construída, e é preciso ser muito criativo nesse trabalho comunitário para manter o povo no centro dos debates, da discussão e das decisões. O Vale das Ocupações não é um projeto de cinco anos, nem de dez, nem de 20, é um projeto para a vida.

Nós temos um parque ecológico gigante logo ao lado das ocupações, o parque da Vila Pinho. Mas se você perguntar aos moradores do Vale se eles frequentam o parque, vão dizer que não. O parque é um lugar de difícil acesso, perigoso (já mataram e assaltaram muitas pessoas ali), os brinquedos são quebrados, tudo é sucateado. Será que as pessoas vão querer um espaço desses do lado de casa? A resposta óbvia é não! Mas esse outro conceito, de um vale que é o quintal das pessoas, um quintal coletivo onde todos intervêm, desperta muito o interesse do pessoal das ocupações. Uma vez nós tentamos fazer um parquinho na Eliana. Fizemos um monte de brinquedos, pintamos muro, colocamos pneus e gangorras. Não durou nem um mês, porque o parquinho não tinha sido feito com as pessoas, não tinha sido pensado com elas e, portanto, não pertencia a elas. É preciso fazer junto com as pessoas, produzir de modo que elas se sintam responsáveis por aquilo.

A construção de um Vale das Ocupações mais verde, capaz de lidar com as questões urgentes que a emergência climática nos impõe, também precisa entrar nesse modo criativo e adaptativo de envolver os moradores. Nós não podemos obrigar as pessoas

a terem um quintal na casa delas. Não podemos obrigar que em cada porta a pessoa plante uma árvore, porque isso passa a ser tão impositivo que, assim como na cidade formal, não vai dar certo. Se quisermos que um novo modelo de cidade funcione, não será pela lógica da obrigação, mas pela lógica da necessidade de cada um. Quando nasce uma criança nas ocupações, as pessoas colocam no grupo de WhatsApp que estão precisando de boldo, poejo ou funcho. Sempre tem alguém que planta essas coisas e, ao invés de a pessoa dar só a planta, ela dá também a muda. Isso vai se enraizando aos poucos na cabeça das pessoas, a partir da própria necessidade delas.

Hoje eu posso dizer que 80% dos quintais da Eliana Silva têm algum cultivo importante. No processo mesmo de asfaltamento, muitas pessoas fizeram jardins lindos na porta de casa, que às vezes ocupam a calçada inteira, já que aqui as pessoas costumam transitar pelas ruas. Não é todo mundo que faz isso, mas só de ver o outro fazendo, o desejo de replicar aquilo é despertado nas pessoas. É um processo natural, sem ser impositivo: tratamos da questão ambiental sem necessariamente falarmos dela com ares de imposição. A área verde sempre aparece por iniciativa de um ou outro morador, e acaba ficando no imaginário de todo mundo. Se alguém disser: “Isso vai ser um parque, e a partir de amanhã todos vocês vão plantar dessa forma”, não vai funcionar, porque as próprias pessoas precisam chegar a essa consciência – até porque ninguém é sujeito da libertação do outro. As pessoas precisam ir se emancipando, se entendendo, se vendo enquanto sujeitos capazes de organizar seus espaços. Na ocupação Paulo Freire, nós fizemos um plantio coletivo com as crianças que deu muito certo. Você anda na rua e tem maracujá, goiaba, pitanga e acerola, e as crianças brincam embaixo dessas árvores e comem essas frutas. Na Eliana, por sua vez, nós tentamos plantar frutíferas e os meninos acabaram com as árvores.

É preciso intensificar essa discussão o tempo todo, sem a nossa imposição. Temos usado o termo do “embelezamento” nas assembleias, o que tem sido muito aceito pelas famílias. As pessoas querem morar em um lugar bonito, e os olhos delas brilham quando falamos de embelezar as ocupações. Elas estão fazendo passeios, plantando na porta de casa, pintando seus muros e melhorando a estética da vizinhança. Essa é uma sementinha que permite às pessoas sonharem, porque construir cidade é sobre construir imaginários, coletivamente. Nós não sonhamos apenas e decidimos implementar. Precisamos criar nas pessoas o desejo de que as coisas aconteçam, se isso fizer sentido para elas. Um parque ou um vale só pode ser construído a partir da necessidade das pessoas, da sua vontade e do seu desejo.



Se não fossem as ocupações urbanas, eu tenho certeza de que não teria área verde nenhuma aqui mais, porque a mata não é de interesse das empresas do entorno. A nascente que encontramos aqui nascia antes há aproximadamente um quilômetro de onde nasce hoje. Ela foi sendo assoreada, muito antes da nossa chegada, pelas empresas da região.

Quando chegamos à Izidora, não havia nenhuma construção no território. Não era uma área verde coberta pela mata, mas não tinha nada construído, só capim. Com a chegada das ocupações, a sensação inicial era de que a área havia sido desmatada, pelo volume de barracas e casas que foram sendo erguidas. No entanto, depois de 2013, vimos que a área foi sendo reflorestada, porque a mata foi entrando para dentro das ocupações com o plantio nos quintais e nas ruas. Aqui, as pessoas não arrancam árvores para construir. Elas constroem, mas mantêm as árvores e cuidam do restante. O verde vai criando força junto das ocupações.

Quem pega uma imagem aérea da mata que fica próxima à Eliana Silva em 2010 e compara com a mesma imagem hoje, vai ver que ela se adensou muito. Quando chegamos, o pessoal falava que só tinha mato queimado, porque a vizinhança vivia botando fogo e jogando entulho e lixo. Atualmente nós temos uma mata fechada, quase uma floresta, e uma bióloga fez recentemente alguns estudos que provam que existem até cervos, tucanos e micos dentro do local. As ocupações não acabaram com a diversidade do terreno, pelo contrário, estão trazendo mais vida animal e vegetal para o nosso cotidiano. A ocupação Paulo Freire, por exemplo, era um buraco montado para ser um estacionamento de ônibus. Hoje ela é toda arborizada, as árvores estão crescendo e os moradores estão plantando. Esse é o conceito delas sobre o que é morar bem. As pessoas não querem morar mal, então vão cuidar do espaço onde vivem e onde sabem que terão uma perspectiva de vida e de futuro.

Na Eliana Silva nós temos uma briga infundável com a prefeitura, que veio aqui algumas vezes para cortar a árvore sob a qual fazemos nossas assembleias. Os agentes da prefeitura vieram dizendo que precisam cortar porque o fio de energia elétrica passa por baixo da árvore, mas os moradores não deixaram cortar. Não é a árvore que tem que sair, é o fio que precisa mudar de lugar ou ser soterrado. Na Rua Zumbi dos Palmares, recentemente asfaltada, o agente queria cortar outra árvore para passar a rua. A lógica da cidade é essa, se tem uma árvore no meio do caminho do asfalto, eles vão lá e arrancam. As ocupações vão na contramão disso. Os moradores da rua decidiram que a árvore deveria ficar, e que era o asfalto que deveria ser deslocado. E assim ficou: o asfalto faz a curva onde a árvore está.

Se pararmos para ver as imagens de Belo Horizonte de dez anos atrás e compararmos com as imagens atuais, vamos nos assustar com o quanto a cidade se desertificou. Todos os dias é uma árvore que tomba porque um morador reclama que os

galhos estão entupindo as calhas de seu telhado. Mas a nossa lógica é contrária à lógica da cidade. Nós não ocupamos os terrenos ociosos simplesmente para construir nossas casas. Depois que ocupamos, trabalhamos para trazer de volta a vida ao ambiente em que vivemos, justamente porque acreditamos que todos temos o direito de morar com dignidade. E morar com dignidade, para nós, é trazer a mata, as nascentes, as plantas e os animais para perto de nós. Não é o movimento de moradia que invade a área verde, é a área verde que invade a ocupação. Nós falamos isso o tempo todo para as pessoas: o verde precisa invadir nossas vidas.



PERDER O
ESCURO É
PERDER A
ANCESTRALIDADE

DIÓGENES PIRES

Quando olhamos para o céu hoje, o que vemos é apenas uma pequena parcela dele. Enxergamos tão pouco desse universo acima de nós que não é exagero dizer que perdemos a referência do que o céu significou para nossos antepassados ao longo da história humana. Se voltássemos ao tempo, antes da luz elétrica, enxergaríamos um céu bem diferente do que temos hoje.

Durante séculos, nós, seres humanos, usamos o céu para saber quando era melhor caçar, quando era melhor pescar, quando era melhor plantar. Usamos o céu, inclusive, para agradecer aos deuses pelo que tínhamos aqui na Terra. As Três Marias, que conhecemos bem, ficam no Cinturão de Orion, são aquelas três estrelinhas que sempre nascem no leste e se põem no oeste, conhecidas desde a astronomia dos povos árabes, que foram uma cultura astronômica muito antiga, anterior à dos próprios gregos. Se voltarmos ainda mais ao passado, através da Epopéia de Gilgamesh (um livro de contos muito maravilhoso dentro da mitologia do povo sumério), conseguimos inferir que a constelação que chamamos de Orion já estava mapeada naquele momento. Vários povos, inclusive os Guarani daqui do Brasil, usavam as Três Marias para determinar exatamente o ponto leste e o ponto oeste, ou os solstícios e os equinócios.

O professor universitário e astrofísico Germano Afonso, descendente do povo Guarani, foi quem me apresentou pela primeira vez a astronomia dos povos indígenas, para quem a maioria das constelações representam animais. Temos a constelação da Ema, a do Veado, a da Cabeça da Anta – entre várias outras que podem compartilhar, inclusive, as mesmas estrelas. As constelações da Ema e a do Veado, por exemplo, compartilham estrelas do Cruzeiro do Sul. Vejam que aprendizado maravilhoso: para os povos Guarani, não tem problema constelações se sobreporem, ou uma constelação ser um pedaço da outra, porque se tudo vive em harmonia na Terra, tudo vive, também, em harmonia no céu.



Essa Astronomia do céu tupi-guarani, muito avançada, me tocou profundamente, e foi ela que abriu as portas para eu começar a ler sobre a Astronomia de outros povos. Convivendo com essas pessoas, eu fui entender que essa cultura eurocêntrica, da ciência moderna como verdade absoluta, acabou sufocando a Astronomia dos povos originários, sejam os da América do Sul, os da África, os aborígenes da Oceania, enfim. Para o senso comum, Astronomia é sinônimo de ciência moderna, e todo o conhecimento astronômico que está fora dessa esfera não é legítima. Eu não enxergo dessa forma. Já que a ciência também é cultura – e as culturas são várias –, a Astronomia pode ser vista como tal. Quando nos abrimos para essa ideia, podemos aprender coisas incríveis não só sobre o céu que não vemos mais, mas sobre o próprio chão onde pisamos.

Nosso céu já era mapeado por diversos povos desde 6 mil anos antes de Cristo, quando os antigos observavam determinadas estrelas e marcavam a passagem do ano a partir de seu movimento. Para uma estrela ocupar a mesma posição no céu em que ela estava quando foi mapeada pela primeira vez, demorava o que chamamos de um ano sideral.

Os gregos, por exemplo, marcavam o ano pelo movimento das Plêiades, um aglomerado de centenas de estrelas – apenas oito delas visíveis por nós. Os Guarani marcavam seu ano por esse mesmo conjunto de estrelas, que eles chamavam de Eixu, que significa “vespeiro”. Quando Eixu estava alto no céu, era a época que começava a ter muito mosquito por causa da chegada das chuvas. Os Tabwa, que ocupavam o território onde hoje é o Congo, chamavam as Plêiades de Bulimina, termo que se refere ao cultivo, anunciando a estação chuvosa para as pessoas se prepararem para o plantio anual. Já os Xhosa, do sul da África, usavam as Plêiades para marcar a data da cerimônia de

circuncisão nas crianças, e as chamavam de Eyesilimela, que significa “estrelas escavadoras”. Todas as vezes que as Plêiades estavam altas no céu, anunciavam a necessidade iminente de cavar o solo, para que a água das chuvas vindouras pudesse entrar na terra e favorecer um cultivo melhor.

A constelação de Órion, novamente, também muito facilmente percebida no céu por ser uma das mais brilhantes, era referência para os antigos astrônomos. Para os Tabwa, ela representava um caçador, exatamente como na cultura grega. O caçador era aquele que se orientava muito bem, que guiava as pessoas. Da mesma forma, os Guarani chamavam o Cinturão de Órion de Joykexo (que conhecemos como Três Marias), a indígena mais bonita dos tempos míticos que costumava guiar as almas das pessoas pelo caminho dos mortos, que é exatamente a linha de leste a oeste.

Se pararmos para observar todas essas coincidências (que, aliás, são tudo, menos coincidências), vamos perceber que esses conjuntos característicos de estrelas, tão importantes para diversos povos ao longo da história, são sempre associados aos acontecimentos cotidianos das comunidades. Isso significa que existem práticas culturais, sociais e até econômicas sobre as quais o céu teve uma influência. Uma influência muito grande, porque ele era um grande mapa.

Para vários desses povos antigos e os povos originários que ainda hoje estão presentes em nossas vidas, as narrativas estão escritas no céu. Elas são contadas e recontadas através da oralidade, e não escritas. O céu é um livro gigante que está aberto para todos, para que possamos contar nossas próprias histórias. É uma espécie de livro aberto para cada comunidade interpretar de acordo com sua própria cultura. Quando começamos a mergulhar na astronomia dos povos originários, percebemos que não é mais possível desassociar o que é ciência do que é vida cotidiana. Quem faz essa distinção somos nós, mas esses povos

têm muito a nos ensinar. Ciência e cultura, ciência e magia, espiritualidade e vida cotidiana são componentes da mesma matéria. Tudo está conectado – conexão que nós, ao não olharmos mais para o céu, estamos perdendo aos poucos.

Hoje nosso céu está muito poluído, não só pela presença de gases, mas no sentido de luminosidade. À medida que começamos a iluminar nossas cidades, o céu foi ficando cada vez mais sem estrelas – as pessoas costumam dizer que ele ficou mais escuro, menos iluminado. Mas a verdade é que ele está ficando mais claro! Nós temos lâmpadas em tudo quanto é lugar, jogando luz para todos os lados, inclusive para o alto. Essa luz toda se reflete nos gases atmosféricos voltando para nós, ofuscando nossa visão e nos impedindo de enxergar com clareza o céu. É dessa forma que perdemos o brilho das estrelas: quando olhamos para o céu noturno, vemos poucas estrelas, somente aquelas que são mais brilhantes.



A perda de contato com as estrelas pelo fim do escuro diz muito sobre como o ser humano está ocupando o território terrestre. Cada vez mais, só queremos lutar contra a escuridão, colocando mais postes de luz e mais painéis de LED. Qualquer pessoa que passa na frente de um painel de LED acaba não conseguindo enxergar direito. Imagine o impacto disso? A Via Láctea e as Plêiades, referências tão importantes para os antigos, não são mais visíveis nas cidades, e é por isso que ninguém mais as conhece. Muito em breve, vamos perder totalmente a nossa relação com o céu, a ponto de enxergarmos apenas o Sol e a Lua.

Até o desenvolvimento da tecnologia também sufocou essa relação com os astros: eu pego aqui o meu celular e posso ir para qualquer lugar através do GPS. Eu não preciso mais olhar para as estrelas para saber qual é a direção que eu quero seguir.

Não precisamos ficar olhando para o céu para poder plantar. Temos uma indústria que não precisa ficar ligada sobre a época do solstício ou do equinócio, ou o melhor momento para plantar determinado vegetal, porque já desenvolvemos conhecimento e tecnologia suficientes para plantar qualquer coisa em qualquer época. Só isso já nos faz perder um pouco dessa espiritualidade estelar, tão presente nas culturas dos povos originários e determinante para as sociedades antigas.

Falar do fim do céu escuro é falar do fim de uma relação imprevisível que temos com os primeiros *Homo sapiens* que olharam para o céu. O céu é muito democrático, está ali para todo mundo e, por detrás das fortes camadas de luz, é o mesmo céu de quando o primeiro ser olhou para ele. Perder, portanto, essa relação com o céu é nos afastarmos do vínculo com as culturas dos povos originários, as várias culturas de Astronomia que se desenvolveram ao longo de nossa história. Perder o escuro é perder a ancestralidade.

O pior de tudo é que nós não nos importamos com isso. Você não vê ninguém falando disso. Claro que os tempos modernos trazem para nós outros problemas, muito mais urgentes do que deixar de ver alguma estrela. É mais importante eu trabalhar para poder comer ou deixar de ver uma estrela? É algo complexo de se considerar. Mas, se pararmos para pensar, perder a ancestralidade significa deixar a própria cultura para trás, significa ofuscar essas questões das gerações que virão depois de nós. Apesar de todos os problemas do mundo, felizmente ainda tem gente que vive para poder falar do que quase ninguém considera importante. Ser professor me levou a mostrar a importância de falar sobre a cultura estelar de povos excluídos da modernidade. Levou-me a mostrar para os outros que, muitas vezes, considerar o que as pessoas acham desimportante pode ser a chave da nossa ligação com a Terra. E que perder o céu escuro é, sim, perder a nossa cultura.



Não entendo por que existe essa rixa exacerbada entre o povo que se diz brasileiro e os povos que eles não consideram que sejam brasileiros, como as comunidades indígenas. O brasileiro é fruto da miscigenação, não existe ninguém “puro” neste lugar – seja lá o que isso signifique. Se alguém aqui é puro e dono desta terra, são justamente os povos indígenas.

O xamã e pensador yanomami Davi Kopenawa sempre fala que nós, que moramos nas cidades, não temos dimensão da importância que a Terra tem. Ele sempre diz que ele não existe sem a Terra e sem o território. Se pararmos para pensar que alguém considera que não existe sem o lugar onde está pisando, entendemos que a relação dele é muito mais profunda do que podemos tentar conceber. No seu livro *A queda do céu*, ele vai dizer que precisamos cuidar da terra para que o céu não caia sobre nossas cabeças, ou seja, o que está lá em cima depende de tudo o que está aqui embaixo. Quando ele fala da queda do céu, ele está querendo falar do fim de tudo, e para podermos evitar esse fim, precisamos ser mais conhecedores de nós mesmos e das relações que o céu exerce sobre a Terra.

Os astros exercem força gravitacional uns sobre os outros. O Sol e a Lua exercem força na Terra, e ela também exerce a mesma influência sobre eles. A Lua interfere no aumento ou diminuição das marés, e também no movimento das areias, do chão. Do mesmo jeito que existe maré de água, há também maré de terra, onde é possível ver uma elevação leve do chão. Tudo isso é ação e reação, um planeta influenciando o outro – influência descrita há muito tempo pelo físico Isaac Newton. Mas antes mesmo do Newton, a ideia da influência do céu sobre a Terra já era muito conhecida: os povos antigos olhavam para o céu, entendiam a posição das estrelas e começavam a escrever mapas e calendários. Começavam a entender em que momentos do ano

há chuva e que épocas são mais secas, para definirem quando e onde plantar. É uma relação natural que sempre tivemos com o que hoje chamamos de estações do ano.

Tem uma determinada época do ano em que Belo Horizonte fica cheia de ipês floridos. Isso não é resultado da ação humana, mas das estações, da posição em que a Terra se encontra ao redor do Sol. Hoje nós quase não percebemos essas influências, mas elas foram essenciais para o desenvolvimento do ser humano desde quando ele começou a observar o céu. Meu antigo mestre Germano uma vez perguntou: “Imagine-se no meio da floresta, se preparando para caçar à noite. Qual a melhor lua para se poder caçar?” Todo mundo respondeu que é a lua cheia, já que ela ilumina mais a noite. Mas todo mundo estava errado. Ele disse que não era a lua cheia, porque nessa lua os animais estão mais ariscos, pois não conseguem dormir direito. A melhor lua é a minguante, porque os animais estão mais calmos.

Assim como a caça, existem muitos conhecimentos práticos sobre a influência do céu na Terra que nós, pessoas brancas, nunca imaginamos. Para o povo Guarani, por exemplo, a constelação que nós conhecemos como Escorpião é a constelação da Jararaca, porque quando ela está alta no céu, na época do inverno e da seca, aparecem mais cobras na mata. Esse exemplo mostra que não é só a influência física que existe entre os planetas e a Terra, mas a influência direta do céu sobre a vida no chão. Os povos indígenas sabiam – e ainda sabem – qual é a melhor época para caçar determinado tipo de peixe ou quando plantar determinado tipo de vegetal. Eles sabem, de acordo com a luação e com as constelações que estão no alto do céu, quais épocas são melhores para cada coisa. Isso para nós é invisível, mas para eles é uma relação visceral. O céu faz parte da vida no chão, da relação dessas comunidades com seus territórios.

Ampliar a luz sobre a Astronomia dos povos originários é, mais uma vez, dar acesso a riquíssimos conhecimentos ancestrais, que

muitos de nós ainda veem com preconceito. Falar de Astronomia na perspectiva de outros povos é uma porta para a divulgação da ciência como um todo. E o conhecimento é a chave para esse céu não cair sobre nossas cabeças, como preveniu Kopenawa. Através do conhecimento tem-se pensamento crítico, destroem-se o preconceito e o senso comum. O próprio método científico é feito para isso: a ciência moderna tem método, justamente para provar ou não certas verdades instituídas, que obviamente variam com o passar do tempo.

Falar sobre o céu do ponto de vista desses povos é mais uma porta para lembrarmos que nossa construção de Brasil foi baseada em uma visão preconceituosa sobre vários grupos – menos sobre o povo branco, é claro. Trazer essa conversa é gerar conhecimento e construir cada vez mais uma visão menos intolerante sobre aqueles que vieram antes de nós. Olhar para fora da Terra é oferecer mais um caminho, dentre tantos outros, para que essa discussão seja colocada. Eu, na minha figura de astrônomo e professor de Física, acredito que a Astronomia Cultural é isso: trazer para a mesa de conversa a importância de rompermos os preconceitos, e devolvermos ao céu o caráter democrático que ele sempre teve.





PEGAR
DO CHÃO,
CONSTRUIR
RAÍZES

CENIR SILVA

Eu comecei a trabalhar quando ainda era bem nova, aos 11 anos de idade. Fiz um pouco de tudo em uma padaria, trabalhei como doméstica e com venda de produtos do Paraguai, história comum a muitas meninas de família pobre que vinham do interior para tentar a vida em Belo Horizonte. Mas o meu fascínio mesmo sempre foi outro: a construção civil. Eu sempre tive muita curiosidade e interesse pelas obras que via na cidade, achava fascinante quando via um terreno que não tinha nada e, de repente, surgia uma casa ou um prédio. Eu sempre pedia ao meu irmão, que era pedreiro, para me ensinar o que ele sabia, mas ele nunca quis – falava que construção civil não era coisa de mulher. Mas o que, afinal, tem que ser coisa de mulher?

Quando minha mãe se aposentou, conseguiu uma habitação no Barreiro, onde a Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (Urbel) iria realizar um projeto de moradias populares por meio da autogestão, no qual o grupo de moradores participava do planejamento e da construção de suas próprias casas. Depois de um tempo, ela não quis ficar ali. Comprou um terreno em Esmeraldas e eu acabei ficando no lugar dela no Barreiro. Quando me mudei para lá, as pessoas já estavam construindo suas casas: durante a semana a construção era feita com mão de obra remunerada, mas nos sábados, domingos e feriados todos nós, que moraríamos ali, também trabalhávamos. Como eu estava desempregada, ia para a obra todos os dias, e foi assim que eu comecei.

Na época, conheci a Margarete Leta, uma arquiteta da Universidade Federal de Minas Gerais que ajudava muito na construção do conjunto e que montou um curso de alvenaria estrutural. Eu perguntei se mulheres poderiam participar e ela falou: “não podem, devem!” Desde então, eu não parei mais. Fiz o curso de alvenaria com ela, seguido de um curso de elétrica no Colégio Técnico da UFMG (Coltec) e, ainda, outro de construção no Escritório de Integração da PUC-MG, onde também me

tornei monitora. Hoje, tenho orgulho em dizer que já trabalho com obras há 25 anos, além de dar cursos e oficinas para mulheres em uma ONG chamada Arquitetura na Periferia.

A construção civil envolve muitos saberes que só podem ser aprendidos através da prática. Todo dia tem coisa nova. Enquanto fazíamos o mutirão no Barreiro, fui me envolvendo com outras obras pela cidade e aprendendo novas técnicas de construção. Desde então, um cliente foi indicando outro. Na primeira obra que fiz por indicação, o cliente quase não acreditou que seria uma mulher a responsável, porque na época era raro ver mulheres em obras.

Já fiz várias casas e prédios do zero, incluindo um conjunto habitacional onde trabalhei como encarregada. Tenho uma chácara em Esmeraldas onde a casa já tinha a parte estrutural pronta. Eu ampliei, coloquei varanda, construí uma área gourmet. Fiz todo o acabamento, instalei portas e janelas e escolhi tudo a partir do meu próprio gosto. Eu tenho essa vantagem: posso fazer minhas escolhas por mim mesma e, às vezes, com a ajuda dos meus filhos. Atualmente, trabalho mais com reforma, sempre pegando cerca de duas ou três obras por vez e, entre elas, passo alguns dias em casa – também trabalhando! Fico em casa, mas não é à toa. A mulher nunca está à toa, ainda mais se for mãe.

O projeto de moradias populares da Urbel deu origem ao conjunto Urucuia, onde moro até hoje, mas também tenho minha chácara em Esmeraldas, no mesmo terreno que minha mãe deixou depois de falecer. Fico transitando entre as duas, dependendo da proximidade dos trabalhos. Quando venho de Esmeraldas para trabalhar em Belo Horizonte, eu preciso sair às quatro e meia da manhã para chegar a tempo na obra. Para eu não ficar muito cansada, acabo dormindo duas vezes por semana no Urucuia. Eu conheço todo mundo ali – nem sempre de nome, mas sei quem é quem. Os vejo pouco, porque saio cedo para trabalhar e só chego à noite, mas todos temos contato e trocamos

mensagens, já que a maioria dos moradores atuais participaram juntos dos mutirões de construção das casas.



O canteiro de obras é, muitas vezes, um espaço bastante individualista, o que acaba gerando problemas, já que cada pessoa pensa de uma forma diferente. É comum ter brigas e confusão quando as pessoas não conseguem entrar em um consenso. Além disso, quem manda é o engenheiro ou o mestre de obras, e quem está ali trabalhando – o servente ou o pedreiro – não pode opinar. Eu acho isso muito errado, porque apaga a sabedoria dessas pessoas que sabem muitas coisas e podem ensiná-las aos outros. Quando a obra é feita a partir de mutirões autogestionados, a conversa é bem diferente. As pessoas têm mais autonomia, conseguem trabalhar em grupo, expõem suas opiniões e tomam decisões em conjunto, enquanto, no modo tradicional, sempre tem alguém que manda e alguém que obedece.

Quando trabalhamos em grupo, nós conseguimos conversar, entrar em um consenso, fazer acordos que beneficiam todas as pessoas. Nós aprendemos, inclusive, a lidar melhor com as diferenças do outro. Isso foi um diferencial muito grande para mim, porque, quando começamos a trabalhar com obras, não somos nós que decidimos, mas uma série de outras pessoas envolvidas. Se não soubermos lidar com isso, acabamos tendo problemas. Eu aprendi, lidando com as outras pessoas nos mutirões, que precisamos ter paciência, aprender a conversar e tentar contornar algumas situações. Principalmente negociando.

Nos processos de autogestão, todas as decisões são tomadas em assembleia, onde se define o que vai ser feito a partir de votações – principalmente como o recurso financeiro vai ser usado. Como a verba para essas obras geralmente vem da prefeitura e é muito reduzida, essa decisão coletiva sobre quais as prioridades

para destinar o dinheiro é muito importante. Justamente pelo fato de o dinheiro ser curto, acabamos não tendo muita opção de material. Para fazer reboco, por exemplo, usamos areia e cimento mesmo. Não temos aquela argamassa pronta para reboco, que é muito mais prática e agiliza o trabalho. É como se estivéssemos ainda na época das construções em pedra, sem muito maquinário disponível: não temos betoneira e nem tantas ferramentas adequadas, tudo é feito na força do braço. Às vezes eu até disponibilizo alguma ferramenta que tenho, para facilitar o trabalho das meninas. No fim, a gente acaba se virando, e a dinâmica funciona. De forma precária, mas funciona.

Às vezes o dinheiro é tão curto que precisamos improvisar com aquilo que temos disponível, nos tornamos verdadeiros equilibristas para trabalharmos com a realidade da escassez. Por outro lado, essa necessidade de tomar conta dos recursos que estão sendo usados faz com que tenhamos uma consciência muito grande sobre os materiais, o que é o oposto da forma como as empreiteiras tradicionais constroem. A construção civil é o mercado que mais produz lixo no planeta atualmente. Esse pessoal quebra tudo, destrói tudo, descarta tudo, troca de material o tempo inteiro. Nos mutirões, principalmente nas ocupações urbanas onde as pessoas têm menos recursos, não existe esse desperdício, nós damos um jeito de utilizar tudo que temos sem jogar nada fora. Inclusive, nas reformas onde eu trabalho, eu procuro não danificar nem destruir nada para conseguir doar. Eu doo tudo porque sei que muita gente precisa, desde portas e pias até bancadas e armários. Eu não jogo nada fora na caçamba: ou vai para o pessoal das ocupações, ou para os meninos que trabalham comigo.



É difícil ser mulher e estar à frente do canteiro de obras. Não porque ele é um ambiente masculino – esse desafio de estar

dividindo a obra com um tanto de homens é o de menos para mim; inclusive, já trabalhei em uma obra com 600 homens, e só eu de mulher. Não foi fácil, mas essa não é a maior questão que as mulheres têm que lidar. A parte mais difícil é acharmos alguém responsável para cuidar dos nossos filhos enquanto estamos trabalhando. Conciliar tudo isso é, para mim, a verdadeira dificuldade: trabalhar para manter a casa e conseguir alguém para cuidar dos filhos, e continuar cuidando da casa e dos filhos após chegar do trabalho. Isso, realmente, os homens não têm noção de como funciona.

Hoje, no entanto, meus quatro filhos já são grandes, e eu não tenho mais essa dificuldade com eles. Quando eu comecei a trabalhar na construção civil, a minha caçula tinha três meses. Eu ficava enlouquecida, preocupada com eles em casa sem a minha presença. Nunca foi fácil, mas tenho orgulho de dizer que eu consegui passar por tudo isso. Uma das minhas filhas mora em Uberlândia e trabalha com vendas, enquanto o meu menino atua como instrumentador cirúrgico na área da saúde, mas já trabalhou comigo em algumas reformas. Ele trabalhou por pouco tempo, pois, além de não saber nada de construção, ele não gostava. Minha filha mais velha, por outro lado, acabou fazendo Arquitetura. Antes, ela trabalhava no Ceasa e começou a fazer Engenharia de Mineração, mas não gostou. Passou a fazer Design de Interiores até que acabou entrando para a Arquitetura, profissão que ela ama. Atualmente, ela tem uma parceria com uma colega que se formou junto com ela, e se dão muito bem fazendo projetos juntas. Já propus para ela montarmos um negócio nosso, e estamos amadurecendo a ideia.

Quando penso em trabalhar com a minha filha, me vem a certeza de que formar mulheres – principalmente as da periferia – para construírem suas próprias casas é algo muito potente. Nós somos tão capazes quanto os homens, e precisamos ocupar

esse espaço que também é nosso. É muito importante inserir mais mulheres nessa área, pois, além de ser um empoderamento enorme, elas ganham mais autonomia sobre suas vidas. É muito gratificante quando muitas que achavam que não serviam para a construção civil, começam a aprender o ofício e falam: “Nossa, eu sou capaz!”

Nos cursos de formação dentro das ocupações urbanas que eu participo como professora, eu procuro mostrar para as mulheres o pouquinho do que eu sei. Na parte teórica, elas aprendem a desenhar, e fazem o projeto da forma que elas gostariam que fosse a casa delas. Primeiro, desenhamos as casas da forma como são hoje, para depois pensarmos em como elas podem ser no futuro. Depois de algum tempo nessas aulas teóricas, partimos para as aulas práticas, onde elas aprendem a fazer contrapiso, reboco, assentamento de cerâmica, piso, revestimento, massa corrida e pintura. Cada uma dessas etapas, nós fazemos na casa de uma das mulheres, e os temas e a duração dependem das necessidades do grupo.

Sem dúvida, as formações fazem com que essas mulheres desenvolvam mais autonomia. Elas se sentem mais realizadas por poderem fazer o que desejam, por entenderem o que querem que seja feito. Quando elas não têm esse tipo de formação, geralmente não conseguem nem explicar o que estão querendo. Isso muda muito depois que elas conseguem visualizar como é a obra em si. Mesmo que elas não saibam fazer, vão conseguir explicar para os pedreiros e vão ver se tudo está sendo executado da forma que desejaram. Mas grande parte delas se implica nas obras, aprendem e fazem, principalmente quando se trata das ocupações urbanas. Algumas delas não dão conta, mas ajudam indiretamente peneirando areia, carregando algo mais leve ou preparando comida para as outras. Elas vão para a cozinha porque sabem que todo mundo que está trabalhando precisa se alimentar. Isso também é participar.

Hoje eu trabalho nas ocupações Dandara, Paulo Freire e Eliana Silva, mas em breve o pessoal vai iniciar uma nova ocupação cujas lideranças, a maioria mulheres, já fizeram curso comigo. Embora meus clientes demandem mais reformas, no contexto das ocupações as mulheres geralmente têm que pegar a obra do chão. Quando falamos “pegar do chão”, queremos dizer começar do zero, desde a fundação, o que parece um desafio, mas é muito mais rápido. Na reforma, é preciso fazer a demolição daquilo que já está pronto para depois refazer, enquanto pegar do chão não exige demolir. Entretanto, começar do zero é outro processo que precisa de muito mais atenção, principalmente em relação à parte estrutural. Não podemos errar, pois, se o fizermos, algum problema grande vai aparecer pela frente.

Mas quanto maior o desafio, maior a recompensa. Formar essas mulheres, para mim, é um jeito de elas aprenderem a fazer algo para si mesmas, para continuarem seguindo suas vidas de uma forma mais confortável, além de terem mais chances no mercado de trabalho. Porque, quando elas se formam, não conseguem emprego rapidamente, é muito difícil. Para se trabalhar em uma construtora grande, é preciso ter muita experiência. Se você conseguir pessoas boas para lhe fazerem deslanchar, é mais simples. Mas, se encontrar um mestre de obras ruim que não abre esse caminho, ele vai lhe colocar para fazer apenas coisas menores, e não lhe deixa crescer na empresa.

Por isso, é importante que essas mulheres aprendam a parte teórica, mas também tenham a oportunidade de colocar a mão na massa. Tem uma menina da ocupação Eliana Silva que trabalha comigo há dois anos, e ela aprende muito. É um jeito de formar a pessoa profissionalmente, de eu ajudar a construir o futuro dessas mestras de obras espalhadas por Belo Horizonte. Hoje já tem ótimas empresas que estão abrindo esses espaços

para as mulheres. Em um futuro próximo, eu imagino esses processos de aprendizado com os quais eu estou envolvida se espalhando. Imagino outras mulheres como eu aprendendo, ensinando e seguindo em frente – tanto na vida profissional, quanto na pessoal.

Ensinar a construir edifícios é um passo importante, inclusive, para o empoderamento e a autoconfiança. Uma parte dos meus ensinamentos é justamente não abaixar a cabeça para os homens, não só os homens que estão no canteiro de obras. As alunas acabam aprendendo a lidar melhor até com os maridos em casa, porque elas passam a enxergar o quanto elas conseguem ir mais longe. Muitos maridos falam que a mulher não é capaz, têm ciúmes do sucesso das esposas. Aqui, no nosso canteiro, elas conseguem enxergar que são capazes, e isso faz uma grande diferença. Algumas delas se empoderaram tanto que até separam do marido! Tem uma aluna de Ravena que percebeu o quanto seu marido, um desses caras turrões, sempre a colocava para baixo. Ela se separou, voltou a estudar, e sua vida hoje está muito melhor.

Não tenho dúvidas de que pegar uma obra do chão com essas mulheres é algo que me alegra, porque significa que estamos plantando uma casa para alguém, puxando ela do chão mesmo! Estamos tirando um lar lá de baixo e levantando. Para as mulheres que são lideranças das ocupações e que lutam cotidianamente por uma moradia digna, passar a ter um chão é garantir um futuro para elas e suas famílias. Pegar do chão a moradia de outras mulheres, possibilitar que elas tenham seu próprio chão, significa muito para mim e para elas, principalmente quando não têm nada. Eu fico muito feliz em estar ali com elas e não meço esforço nenhum para ajudar.

A felicidade delas é algo que me impressiona e me motiva. Tem mulheres que choram de ver que estão começando a fazer as coisas para si mesmas, que estão dando sequência a algo

que foi iniciativa delas próprias. Isso, para elas, representa tudo. É um recomeço da vida, uma mudança de posição em relação ao mundo, porque ter um chão é abrir a possibilidade de criar raízes. Estamos juntas construindo raízes.



O NOSSO
PALCO
É A RUA

RUSSO APR

Nunca gostei muito da escola, e a escola também nunca gostou muito de mim. Fui expulso mais de dez vezes e frequentar esse espaço, para mim, nunca foi prioridade. Minha sorte foi ter trabalhado na infância, porque a contrapartida para fazer cursos e trabalhar no Sistema S era continuar estudando. Sempre fui obrigado a estudar, e a escola me segurou por muitos anos. Ao mesmo tempo, ela não me segurou no formato da educação, porque a linguagem não dialogava com a minha realidade. Eu não entendia muita coisa da escola, tinha dificuldade em assimilar os assuntos, porque sempre chegava muito cansado por causa do trabalho.

Muita gente não vê na escola a possibilidade de crescimento, porque a educação formal às vezes não nos prepara para sermos autônomos e livres, mas para integrar uma linha de produção como aquelas de fábrica, para trabalhar em serviços braçais, repetitivos e que não fazem a gente refletir nem se sentir humanizado. Acho que “humanizado” é a palavra certa, porque quando eu conheci o pensamento do educador Paulo Freire, comecei a entender que não nascemos humanos, mas nos tornamos humanos a partir das relações. A educação tem esse papel de nos humanizar a partir das trocas com os outros.

Eu sou natural de Nanuque, no Vale do Mucuri. Minha mãe é dessa quebrada, descendente de italianos, e meu pai é descendente de negros e indígenas. Tenho essa miscigenação em toda a minha família. Saí mais claro, mas me identifico e me construí enquanto ser humano dentro do movimento negro. Quando eu saí de casa, morei um tempo com a minha avó e depois fui morar sozinho para dar meus corres. Me virei sozinho durante muito tempo, e posso dizer que grande parte da minha formação foi na rua.

Nunca imaginei que iria fazer faculdade, já que me formei no segundo grau e saí da escola sem nem saber ler direito. Eu só fui

me alfabetizar e começar a estudar fora da escola, lendo livros de uma galera militante que tinha uma história muito parecida com a minha, como Che Guevara, Paulo Freire, Grandmaster Flash, Afrika Bambaataa e Zumbi dos Palmares. Grande parte dessas pessoas veio de lugares muito simples e humildes, e a luta delas sempre foi em prol do outro, de uma outra perspectiva de mundo. Comecei a ficar viciado em leitura, e a escrever muita poesia – o que foi forjando, pouco a pouco, a minha personalidade dentro da cultura hip-hop.

Quando resolvi tentar a universidade, me inscrevi para fazer Cinema, mas não fui escolhido e acabei entrando para a Pedagogia. Eu pensei: “Quer saber? O que estou ganhando agora é porque eu comecei a agarrar as oportunidades. Vou aceitar o que vier para mim e depois eu decido o que fazer com isso”. Na Pedagogia, me apaixonei pela Ciência da Educação e decidi que era isso que eu queria para minha vida. Percebi que, com a pedagogia, é possível dialogar com o cinema, dialogar com a história, com a escola e também com o hip-hop.

No ensino fundamental e médio, minha nota era sempre abaixo de 60, e os professores só me empurravam para o ano seguinte porque não aguentavam mais me ver na escola. Já na faculdade, a minha média era de 97 pontos. Eu queria mostrar para a minha família e para a minha quebrada que eu não era aquela pessoa derrotada que eles achavam que eu era. Eu lutei muito para isso e luto até hoje, pesquiso muito para fazer as coisas e tento fazer isso com os meus alunos também. Tento sempre chamar a atenção deles para a importância do currículo, de um projeto de vida, de um plano de futuro. Por mais que eu saiba, por experiência própria, que engatilhar uma vida de estudos é difícil, eu busco cada vez mais ser um bom educador para que eu possa falar disso com os meus alunos. Pois, se falamos para os outros fazerem algo que não fazemos, não adianta nada.

O Coletivo Terra Firme é uma escola de arte, comunicação, cultura e cidadania que eu criei em 2016. Estamos na divisa entre Barreiro e Ibirité, onde as escolas são muito precárias e praticamente não existe política pública alguma voltada para a questão da cultura e tampouco para a educação. O Coletivo Terra Firme é um coletivo de coletivos, uma escola para a formação de grupos que já existem aqui no Barreiro, como saraus de poesia e batalhas de MCs. Eu vou até essa galera, percebo o trabalho que eles estão fazendo e pergunto o que estão precisando. A partir disso, eu busco recursos e parcerias para poder ajudar no que falta para eles.

Mais do que um conjunto de aulas, gosto de pensar a escola no formato de projetos, porque neles há mais liberdade para desenvolver atividades com os estudantes. Desde 2016, nossa caminhada se constrói ao lado dos jovens locais, fortalecendo-os aqui dentro com cinema, fotografia, audiovisual, produção musical e outras coisas, de forma que eles consigam utilizar a cultura como mecanismo de educação. Nossa intenção é formar uma galera que vai poder contar sua própria história e fazer, de alguma forma, com que as periferias tenham acesso a ela. É preciso que os jovens da favela também produzam cinema, música e livros. É preciso ter mulheres faveladas atrás das câmeras contando sobre a própria realidade, porque não dá mais para continuarmos tendo nossas histórias contadas por pessoas brancas. Precisamos que nossas mulheres trans, nossa juventude preta e a galera da macumba passem a produzir suas próprias narrativas, sem depender de mais ninguém.

Hoje o Coletivo Terra Firme funciona como uma escola para essas pessoas, mas uma escola que está fora do formato do MEC. Aqui não temos para-casa, tudo o que eu desenvolvo com os jovens é voltado para a vida. Eu falo para eles que, aquilo

que aprendemos aqui, vamos levar para o nosso cotidiano. Para mim, a escola é o lugar da construção do empoderamento, de aprendermos a não deixar ninguém nos silenciar. O que os alunos quiserem falar, aqui é o espaço para isso.

A escola tem um papel fundamental dentro das periferias, porque é um espaço principalmente de encontro. Todo mundo se encontra na escola, e tudo o que acontece na comunidade passa por ali. A escola tem essa dimensão de trazer pessoas e de dialogar com elas. Porém, o grande erro do ensino formal é não entender a potência que a escola tem de influência e de construção humana. Querendo ou não, a escola ainda é uma reprodutora direta de infinitos preconceitos, e o professor tem um papel muito forte de entender essa condição e, a partir daí, desconstruí-la de dentro. O professor que aprofunda, que dialoga, que tem a oportunidade de conhecer a realidade de dentro da escola e ao redor dela, consegue realmente desenvolver um processo educativo. Já o educador que vai para a escola dar a sua aula e ir embora, sem levar em conta a realidade do estudante, não chega nem perto do ideal de educação.

Na maior parte das vezes, não é o aluno que é ignorante. Pode ser que, durante a aula de Matemática, em vez de ele estar prestando atenção, está preocupado com seu irmão, que pode estar no beco ao lado, sofrendo o risco de tomar um tiro na cara; ou com sua irmã, que está em casa sofrendo assédio; ou com o fato de que a comida não vai chegar ao seu fogão. Essa é a cobrança que vivemos todos os dias por morar em um lugar onde, infelizmente, grande parte da violência é velada. Talvez, para muitos alunos, a matéria não seja então mais importante que entender o que está acontecendo em sua realidade. Cada comunidade, cada periferia, cada casa, cada ser humano tem sua própria realidade. O educador que não está disposto a levar em conta esse processo não consegue desenvolver uma educação que realmente vá promover uma mudança social.

A educação só existe por causa da cultura, e a cultura é tudo o que nós somos, nossos modos de fazer e de existir. Eu não consigo pensar em educação hoje sem música, sem teatro, sem poesia, sem a escrita urbana, sem a escrita cotidiana. E a educação formal perde muito em não reconhecer essas relações, porque até hoje insiste em colocar as pessoas dentro de caixinhas, querendo definir com quem elas têm que andar, o que elas têm que comer, a forma de se vestirem. É sempre um adulto querendo dizer para um adolescente ou para uma criança o que elas têm que ser. Dessa maneira, perdemos a oportunidade de aprender com a juventude, principalmente aquela da periferia – e não discutir sobre isso automaticamente faz com que a gente não evolua enquanto ser humano.

Não é possível praticar uma educação na favela sem usar a música, o rap, o hip-hop ou a poesia marginal. A nossa escola e o nosso palco são a rua, as praças, as quebradas, os becos – lugares aonde, infelizmente, a política pública não chega, o que não significa que não haja ali uma explosão enorme de inventividade e cultura. O funk e o rap são muito respeitados na favela e, hoje, a poesia marginal também, por causa do slam, uma competição de poesia falada. Há cerca de 15 anos nós começamos a desenvolver essa discussão sobre o slam e a poesia marginal dentro dos becos e bares da favela, e agora estão começando a sair alguns livros sobre isso. Hoje estamos produzindo uma porrada de zines em Belo Horizonte, e até pouco tempo isso não fazia parte da nossa vida. Não tínhamos o hábito da leitura, e ler um livro dentro da comunidade era algo raro. Hoje, no entanto, eu não consigo ver outra coisa que não seja o livro: nós queremos publicar tudo, seja no zine, seja na parede com grafite, seja no próprio rap. Quem canta rap tem essa necessidade de ter um encarte com a letra escrita, que também pode ser usado como material pedagógico dentro da sala de aula.

A poesia, o filme e a literatura têm ocupado cada vez mais espaço na favela, o que me coloca sempre a mesma pergunta: como a educação formal não percebe a linguagem que a periferia produz o tempo todo através do rap, do funk, da poesia marginal e do rock? Nos editais culturais mais recentes, essas linguagens vêm sendo pontuadas, e cada vez mais os incentivos valorizam a produção de mulheres, da galera favelada, de coletivos pretos, das pessoas LGBTQIA+. Algumas políticas culturais têm visto possibilidades de mudança real a partir dessas linguagens de periferia. Mas, se a escola não viu isso ainda, é porque o tempo todo essas culturas são criminalizadas e marginalizadas. Então, não é a escola que está abrindo esse espaço, mas é o jovem dizendo constantemente que ele quer caminhar nessa pegada. Muito em breve, trabalhar a cultura da periferia dentro da sala de aula já não vai ser mais uma escolha da escola, mas uma escolha da juventude.

Quando nós produzimos junto com o estudante e ele coloca no papel suas ideias, essas ideias passam a existir. Quando você escreve algo e recita, aquilo já não é mais só seu. A sua inquietude, os seus desejos e as suas vontades já não são mais seus, eles passam a ser coletivos. Quando eu leio uma dessas letras de rap ou poesia produzidas na quebrada, eu vejo que o que está acontecendo no Barreiro é diferente do que acontece em Venda Nova, no Santa Tereza, no Aglomerado da Serra, em Nova Contagem ou no Morro Alto. Cada realidade é uma realidade que precisa ser compartilhada.

O rap me deu voz ativa para começar a falar sobre a minha realidade na favela onde eu vivo, enquanto o hip-hop abriu portas para que eu conhecesse o movimento negro – até então eu não sabia que existia racismo. O hip-hop tinha uma abertura muito grande para falar sobre muitas coisas, mas não falava sobre machismo ou sobre homofobia. Inclusive, essa possibilidade nem existia. Eu fui muito perseguido na minha quebrada por começar a desenvolver essa discussão sobre a homofobia,

porque a galera falava que eu iria para o inferno por defender os gays. A religiosidade sempre esteve muito presente nesse diálogo da comunidade e está presente até hoje, assim como o tráfico de drogas que continua a exercer muito poder sobre as pessoas. Para fazer qualquer coisa na quebrada, é preciso dialogar com as três linguagens tradicionais que dominam esse território: a polícia, o tráfico e a igreja. Se você não conseguir fazer a ponte entre esses três rolês, infelizmente você não consegue desenvolver nada.

Eu não tenho nada contra o tradicional, gosto de tradição e também gosto do radical. Pouca gente pensa sobre isso, mas a palavra “radical” vem de raiz. Perder nossas raízes é jogar fora a nossa história, mas precisamos sempre lembrar que a tradição só existe porque é atualizada o tempo todo. E uma coisa que as culturas tradicionais – principalmente as de matriz africana – nos ensinam é que não existe espaço de diálogo que não seja baseado na diversidade. E a multiplicidade de vozes e manifestações culturais que a favela produz (ou seja, a poesia marginal, a escrita periférica, a voz feminina preta ou a produção LGBTQIA+ favelada) é um dos rumos que temos não só para repensar a escola, mas para reconstruir nossas raízes. Os estudantes estão dizendo isso, os jovens estão dizendo isso, nossas comunidades estão dizendo isso, e eles precisam ser ouvidos.



Eu acreditava que o mundo acabaria no ano 2000. Me lembro de ficar desesperado, porque a igreja me fez acreditar nisso. Sempre conto essa história para os outros refletirem, porque apesar de ter sido enganado, dizem que não se pode questionar o pastor na igreja. É por isso que eu tenho minhas críticas a todas as religiões, por acreditar que a liberdade de criticar é o caminho que devemos seguir. E, para criticar alguma coisa, você

tem que estudar de onde você vem. Mas quando eu vou falar de onde eu venho, eu fico no limbo, porque a nossa história foi toda apagada. Eu não sei quais etnias, por exemplo, originaram a mistura do meu sangue, sei apenas que tenho sangue negro e sangue indígena. A luta ancestral desses povos foi o que hoje me dá liberdade para falar o que eu penso, apesar do silenciamento que, o tempo todo, faz parte das nossas vidas.

No nosso cotidiano, o tempo todo, as mulheres são silenciadas; nós, favelados, somos silenciados; o Congado é silenciado e perseguido; a Umbanda, o Candomblé e as religiões de matriz africana são silenciados e perseguidos. O que nos dá força para ter voz ativa, então, é a ancestralidade, que hoje é indígena principalmente. Nós estamos em uma terra totalmente indígena, com mais de 270 etnias, e não conhecemos nada dos povos originários. Não há praticamente nada nas escolas que conte as histórias dos nossos ancestrais, o apagamento da nossa história é total. Automaticamente, só é possível quebrar esse silenciamento quando entendermos a importância de resgatar a nossa ancestralidade. A partir do momento em que entendermos que a nossa verdadeira ancestralidade é africana e indígena, vamos poder começar de novo.

Por que o tambor nos toca tão forte quando a gente o escuta? Porque quando um tambor bate, o nosso pé e a nossa bunda têm vontade de mexer, mesmo para as pessoas que são brancas na cor da pele? Isso está muito relacionado à nossa ancestralidade, ou seja, as nossas famílias, os nossos pais e as nossas mães cresceram ouvindo o tambor. O tambor é a base do Brasil. O que move a nossa cultura, tanto na raiz de matriz africana quanto na raiz indígena, é musical e é corporal.

Eu não consigo enxergar o hip-hop hoje sem a lente da ancestralidade. O hip-hop nasceu com os Griôs do oeste da África, que iam contando a sua história através das músicas. A história de matriz africana não está muito relacionada à escrita literal, que

é produto do eurocentrismo. A Europa historicamente dominou a escrita e, através dela, passou a ditar e contar a nossa história. Grande parte dos livros, da literatura, da inteligência e da intelectualidade sempre esteve ligada aos brancos, enquanto o restante das pessoas era considerado selvagem. O indígena era selvagem, o africano era selvagem, o macumbeiro era selvagem. Todo mundo que transmitia conhecimento através da oralidade era considerado inculto, e isso acontece até hoje com quem se expressa pelo hip-hop ou pela escrita marginal. Muitas pessoas falam que nós escrevemos e falamos errado. Mas a gente não fala errado, a gente fala por misturas culturais, pelo encontro das nossas ancestralidades apagadas pela branquitude.

É exatamente porque esses apagamentos continuam persistindo que nós, povo da periferia, temos que tomar de assalto os espaços literários. Por isso a escrita é tão importante: não só a escrita de pessoas de periferia como eu, de pele clara, mas das pessoas de pele escura, das pessoas do Candomblé e da Umbanda, porque o Candomblé é milenar e a Umbanda é brasileira. Essas pessoas não só têm muito a dizer como são a nossa cultura viva. É o Congado, é a folia, é a capoeira. É essa cultura que talvez seja uma válvula de escape para que possamos evoluir sobre o quão linda é a nossa história, que ainda continua viva na sabedoria dessas pessoas. Cantar isso em versos, documentar isso em filme, colocar essas pessoas na frente e atrás das câmeras para que elas contem essas histórias é o único caminho possível para a mudança que precisamos.

Eu não consigo fazer nada sem pedir a benção e sem pedir licença aos orixás, que eu não conheço tão bem, mas percebo sua importância. Eu sinto essas entidades o tempo todo na fala, no som, nas águas, na violência urbana, na forma como nós lidamos com a mediação de conflitos dentro da quebrada. Essas entidades estão o tempo todo entre nós, e isso é obviamente uma questão espiritual. Alguns vão querer levar para o lado

evangélico, outros vão querer levar para o lado católico, mas eu prefiro me aprofundar na religiosidade que vem de nossa matriz ancestral, inclusive trazendo nossa herança para a sala de aula. Não escutar a ancestralidade indígena, não escutar os quilombolas, não escutar a terra nem a natureza é fechar o caminho para nossa evolução enquanto espécie humana.



A educação que eu penso hoje não consegue ser desenvolvida sem que a escrita dialogue com a oralidade, porque a periferia ainda tem dificuldade com a escrita e com a leitura. Muitas vezes, o conteúdo em sala de aula é difícil de ser acessado, pela forma com que ele ainda é reproduzido e pela forma como as pessoas escrevem. Eu acho que o educador tem o papel não necessariamente de levar o conhecimento, mas de compartilhar o conhecimento. Eu nunca parto da ideia de escrever coisas para essa juventude. Pelo contrário, eu busco ser o mediador desse conhecimento que é coletivo, usando a ajuda inclusive de outros jovens. Se eu for ser professor de uma turma de dez estudantes, por exemplo, eu não vou desenvolver aulas para os dez estudantes. Eu vou, primeiramente, fazer um diagnóstico, saber o que cada um desses jovens sabe, para criar processos em que os que sabem mais vão compartilhar com os que sabem menos, e os que sabem menos vão ensinar aquilo que eles sabem aos outros em um processo de troca.

Primeiramente, eu tenho que saber quem são meus alunos, de onde eles vêm, qual a sua origem, qual a sua realidade, e, a partir daí, eu vou trazer novos processos para que todos aprendam juntos. Um menino de nove anos pode ensinar um cara de 15, de 20 ou de 50 anos. Os meninos hoje já acessam o celular e ensinam tudo para a mãe, ou seja, essa separação de tipos de conhecimento por faixa etária não faz tanto sentido. Se o menino estiver

com sete anos e já quiser entrar na matemática para desenvolver a raiz quadrada, por que não? Ele pode aprender vivenciando isso na prática, trabalhando com a questão do dinheiro e da economia doméstica. Nós só vamos aprender isso vivenciando na prática, com outras linguagens educativas que estão fora da sala de aula, dentro dos meios de produção e construção da vida de cada um.

O hip-hop é tudo isso: no hip-hop você desenvolve a matemática nessa lógica do empreendedorismo, na execução da métrica, da rima e da contra rima. Você desenvolve o português, que é a própria escrita em si, quando incentivamos os alunos a expressarem sua individualidade a partir da escrita de seus versos. A mesma coisa é a geografia, a história, as ciências, que podem ser desenvolvidas a partir da experiência do sujeito no mundo. Eu acho que, em todo final de ano, em vez de termos um monte de livros de pesquisa de outras pessoas, poderíamos produzir o nosso próprio material, um conjunto de livros feitos pelos próprios estudantes a partir do que eles vivenciam no dia a dia. Óbvio que eu não vou descartar os saberes que a academia produz todos os dias, mas entendo que esse não é o único meio de se desenvolver educação, principalmente na quebrada.

A educação do Brasil é muito diversa: o Nordeste fala de um jeito, nós falamos de outro, os caras do Sul falam de outra forma. Não dá para centralizar a educação e pensá-la de uma forma única. Assim como a juventude é diversa, a educação também é diversa. A escola em que eu acredito é, então, uma escola construída dentro de uma comunidade que valoriza a individualidade de cada um. Eu não penso uma escola, eu penso várias escolas, eu penso várias juventudes, eu penso várias culturas. No plural. Essa é a educação em que eu acredito e com a qual eu sonho. E, todos os dias, eu tenho vivido ela na prática.



TRADIÇÃO É TRANSFORMAÇÃO

JOÃO DINIZ

A Cavallhada de Mateus Leme tem 142 anos de existência, mas a história desse festejo é muito mais antiga. Ela vem da Idade Média na Europa, quando o Império Otomano (representado pelos mouros) e o Império Cristão (representado pelos cruzados) guerreavam pela posse dos territórios nas proximidades de Portugal, Espanha, Grécia e Turquia. No século 8, os otomanos tomaram a cidade de Constantinopla, que hoje é Istambul, e começaram uma grande expansão de seu império pela Europa: conquistaram uma parte considerável do Mediterrâneo, sobretudo o sul de Portugal e Espanha, que antes eram regiões católicas.

A partir de então, tem início uma série de batalhas que duram até o século 15, chamadas pela História de Guerras da Reconquista, em que os cristãos retomam pouco a pouco os territórios conquistados pelos otomanos. Durante esse período, cada território que tinha sido recuperado pelos cristãos começa a celebrar o Dia da Reconquista, simulando a guerra entre os impérios Católico e Otomano em forma de festa. Essa é a origem histórica do festejo que, transportado para a América pelos portugueses e espanhóis, ganha o nome de Cavallhada.

Com roupas coloridas e montados em cavalos enfeitados, os cavaleiros do festejo se dividem em dois grupos, os mouros e os cristãos. Armados com revólveres, lanças e espadas, eles simulam as guerras medievais frente a todo um grupo de personagens como as princesas, os embaixadores e os reis. No final da festa, os cristãos ganham a batalha e convertem os mouros ao catolicismo.

No Brasil, a Cavallhada ganha uma feição mais popular, principalmente em Pirenópolis, Goiás, pois o festejo se envolve com outras cosmologias, como a indígena e a afro-brasileira, trazendo mais cores, enfeites e máscaras, tanto para as pessoas quanto para os cavalos. Dizem até que as máscaras surgiram para que os pobres, negros e indígenas pudessem participar da festa. Como, no início, ela era reservada apenas aos ricos e brancos, essas

peessoas se mascaravam e cobriam todo o corpo de enfeites para não serem reconhecidas, podendo, assim, festejar em liberdade.

Em Mateus Leme, a Cavallhada sempre esteve ligada à paixão e ao afeto, e foi assim desde o princípio. Há muitos anos atrás, a família do Chico Arrojo, da nossa região, foi assistir a Cavallhada de Pirenópolis, e se apaixonou pela apresentação. Através de um livro antigo que descrevia todas as partes e os acontecimentos da Cavallhada, essa família se reuniu com seus amigos e parentes e conseguiram reproduzir a festa em Minas Gerais. Foi, ao tirar essa ideia do papel, literalmente, que conseguiram criar a Cavallhada de Mateus Leme.

Em nossa tradição, a Cavallhada também se tornou uma festa religiosa, pois durante o folguedo nós celebramos o padroeiro de Mateus Leme, Santo Antônio – é por isso que ela sempre acontece no final de semana mais próximo ao dia 13 de junho, que é o dia de nosso santo. Antigamente, quando uma família alcançava uma graça, ela custeava a realização da festa, o que acabou trazendo o caráter da fé. No entanto, como eram as famílias mateus-lemenses que bancavam todos os custos da Cavallhada, não existia uma regra com relação ao período de realização da festa. Ela dependia do valor arrecadado e, algumas vezes, acontecia anualmente, outras para além de dois anos.

Ao longo dos anos, os moradores da região também começaram a ajudar. Para a festa se manter, os fazendeiros das cidades vizinhas vinham para Mateus Leme e traziam prendas: um trazia um porco, outro um bezerro, outro uma galinha. A partir disso, acontecia um leilão, atualmente parte da tradicional festa, que ajudava a família festeira a custear a Cavallhada na cidade. Hoje, graças a essa mobilização histórica, junto ao fato de sermos reconhecidos pela Prefeitura e pela Câmara dos Vereadores – que nos fornece uma subvenção –, a festa é garantida e acontece todos os anos.

Apesar de sermos descendentes da Cavallhada de Pirenópolis, a nossa festa tem algumas diferenças. Aliás, sempre quisemos

visitar Pirenópolis, mas nunca conseguimos: como a festa demanda muito trabalho, fica complicado sair de Mateus Leme para visitar outro festejo na mesma época. Temos muita vontade de visitá-los, apresentarmos a nossa para eles e conhecermos as diferenças. Em Pirenópolis, os corredores cavalgam mascarados, e os enfeites são mais multicoloridos. Já a nossa Cavalhada, como foi apadrinhada pela Polícia Militar, usa a farda como indumentária, além de espadas doadas por ela e revólveres de espoleta. A cor marrom da farda da Polícia Militar nos lembra o lado mouro da cavalhada, e a farda branca, proveniente da Marinha, é utilizada pelo lado cristão. Apenas os reis têm farda diferente – o rei mouro tem as vestes vermelhas e o rei cristão porta vestes azuis.

Assim como a nossa veste acompanhou a evolução das fardas militares ao longo dos anos, os enfeites também foram se transformando pelos próprios integrantes da festa. Antigamente, eles eram feitos de papel crepom, mas, quando chovia, tudo desmanchava com a água. As pessoas buscaram outros materiais e acabaram encontrando um plástico que remetia a um enfeite de papel. Era um plástico não muito solto, que não voava tanto quanto o papel, mas que deixava a festa linda e não estragava com a chuva. Depois vieram outras evoluções: do enfeite de fita de plástico passamos para o enfeite de bolinhas plásticas. A nossa festa é sempre assim, nós mantemos as tradições, as cores e os padrões, mas deixamos a imaginação dos corredores fluir de acordo com o passar do tempo.



O primeiro evento que dá início à Cavalhada é o ritual da buscação de bandeira, que é sempre decorada com a imagem dos santos que cultuamos – Santo Antônio, padroeiro da cidade, e São Sebastião, co-padroeiro. Nesse rito, que funciona como um grande desfile pela cidade, vamos até a casa da família festeira

onde é celebrada uma missa e depois escoltamos a bandeira do santo em procissão até a Matriz de Santo Antônio, onde ela é hasteada. Nessa procissão, os cavaleiros que acompanham a bandeira carregam uma lança e uma lanterna, e são seguidos por um grande público composto por fiéis de várias cidades. Antigamente, os corredores carregavam velas enfeitadas de papel, mas como elas às vezes pegavam fogo e assustavam os cavalos, decidimos transformá-las em outra coisa. Substituímos por lanternas que funcionam com um esquema elétrico que um dos integrantes – o saudoso Tõe Trovão – desenvolveu, pois na época não existiam aquelas pilhas pequenas. Nós usamos esse sistema elétrico até hoje, depois de 30 anos.

É uma grande honra fazer parte da família festeira do ano e receber a bandeira em sua casa, pois toda a festa gira em torno dos esforços desse grupo de pessoas. No dia do festejo, realizamos uma missa na porta da casa da família festeira, em homenagem a seu trabalho, onde a bandeira com a imagem do santo fica exposta para as mais de mil pessoas que participam. A missa de São Sebastião costuma ser feita na sexta-feira e a de Santo Antônio, no sábado. Depois que a missa é celebrada, retornamos para a igreja em procissão trazendo um andor do santo para fazer o levantamento da bandeira junto a uma queima de fogos. Todo o percurso é escoltado pelos participantes montados a cavalo e pela banda municipal de Mateus Leme, de modo que nossa Cavalhada não funciona sem a mesma. Não podemos simplesmente colocar nossas músicas em um *pendrive* e dar o *play*, pois a participação da banda ao vivo faz parte de nossa tradição. A música se entrelaça a todas as etapas do festejo: acompanha a buscação de bandeira até a igreja e faz parte da alvorada que acontece dentro da festa.

Na terça-feira, quando a festa acaba, entregamos a bandeira para a próxima família festeira, que irá acolher o festejo no ano seguinte. As pessoas que desejam pegar a bandeira colocam o nome de sua família em uma lista, que neste momento já definiu

os anfitriões dos próximos dez anos. A entrega da bandeira para a próxima família também é feita através de um cortejo, seguido de queima de fogos e reza do terço.

Da Cavalhada de Mateus Leme, parece que todo mundo é dono, porque a população se envolve de forma muito intensa. Todos ajudam em todas as etapas, principalmente nos dias de festa, quando enfeitamos as ruas por onde a procissão vai passar. As ruas se enchem de bandeirinhas colocadas pela diretoria do festejo junto com a família festeira e as pessoas da cidade, que doam seu tempo para poder ajudar. É uma festa que une muito as pessoas: todo ano são doadas mais de 20 prendas de leilão, como galinhas, bezeros e porcos para fazer a festa acontecer. A cidade inteira dá um pouco de si para que a Cavalhada aconteça, não em troca de dinheiro, mas por amor e vontade de não deixar perder a maior representação cultural que temos hoje em nossa cidade.

Não existe outra manifestação cultural ou religiosa em Mateus Leme que atraia mais público do que a Cavalhada. Às vezes é necessário tomar decisões que não vão agradar a todos, pois é impossível deixar uma cidade inteira feliz. Certa vez, tivemos que trocar a festa de lugar. Ela era realizada em um campo de futebol que não tinha mais estrutura para receber a Cavalhada, e nossa diretoria a levou para outro campo com uma estrutura muito melhor. Muita gente não gostou, e houve até boatos de que ninguém mais participaria do evento. No entanto, contrariando essa ideia, nós acabamos tendo lotação máxima no campo novo, a ponto de precisar fechar os portões porque não havia condições de entrar mais ninguém ali dentro.

É quase um milagre a festa acontecer todo ano, mesmo com dificuldades que sempre aparecem. Aliás, na nossa Cavalhada, já aconteceram vários milagres, inclusive com um membro da nossa diretoria. Na época, ele tinha 22 anos e teve um mal súbito, que o fez ficar cego, agressivo e sem reconhecer ninguém.

Nenhum médico conseguia chegar a um diagnóstico sobre o que havia acontecido com ele, mas tinham certeza de que ele ficaria com sequelas motoras e na visão. Os doutores haviam avisado para sua família que se preparasse, pois ele não voltaria normal para casa. Mas ele voltou, e nessa época a bandeira de Santo Antônio estava na casa deles. Não por acaso, esse jovem nasceu no dia de Santo Antônio, e voltou para casa no dia em que a missa seria celebrada ali. Só quem viu e passou por isso sabe que isso é um milagre. E para nós é muito emocionante ver alguém se curar por causa da nossa fé coletiva.



Meu avô correu a Cavallhada por três anos e eu fui o primeiro neto dele a seguir os seus passos. Eu sempre tive o sonho de correr para homenagear meu avô, além do fato de eu gostar muito do festejo. Desde os nove anos de idade eu ia nos ensaios com meus primos que corriam na Cavallhada, e tentava sempre participar de alguma forma: dava água para os corredores, ajudava a pegar a lança e auxiliava nos bastidores para que o ensaio fluísse de uma forma boa. Aos 11 anos, consegui entrar na Cavallhada, e corri por 12 anos seguidos até virar embaixador. Neste ano, eu completei 23 anos de participação e alguns outros como presidente da organização do evento. Hoje meu avô não está mais aqui, mas considero que consegui realizar seu sonho de fazer parte da organização da festa. A Cavallhada faz isso conosco, envolve o nosso sentimento de família e de tradição de uma forma que não se pode explicar, apenas sentir.

Meu filho nasceu em agosto de 2018, e em abril de 2019 o nome dele já estava na lista para se tornar corredor. Se ele vai correr ou não, é uma decisão futura dele, mas eu fiz a minha parte. Levamos sempre as crianças para os ensaios e organizamos algumas barraquinhas com música ao vivo para que toda a

família possa estar presente nesses momentos sem se preocupar. Também temos visitado as escolas municipais da cidade para dar palestras, e convidamos todo mundo a participar. Estamos sempre interagindo com os mais novos – é uma forma de levar a tradição até as crianças e despertar nelas o amor e o interesse pela Cavallhada. No dia do festejo, é a coisa mais linda do mundo, porque os meninos montam em vassouras ou cavallinhos de pau e ficam brincando de Cavallhada. É nossa forma de incentivar para que a tradição continue viva nas próximas gerações.

Atualmente, temos uma longa lista de espera para aqueles que querem entrar como corredores. Devemos ter cerca de 15 pessoas aguardando para correr, além de uma lista de princesas escaladas até 2035. As próprias famílias participantes vão incentivando que seus mais jovens participem nos anos seguintes. Para se classificar dentro da Cavallhada, existe uma hierarquia que envolve o tempo e a capacidade de cada pessoa. Quando surge uma vaga, nós analisamos se o corredor está apto a se apresentar, pois é uma celebração longa e cansativa, tanto para os corredores quanto para os cavalos. Os candidatos participam de três ensaios, nos quais todos esses aspectos são avaliados pela diretoria. O nosso rei mouro atual, por exemplo, correu 19 anos antes de poder se tornar rei, e tem 22 anos de Cavallhada no total. Na nossa tradição, ninguém é tirado da equipe. Cada pessoa vai correr enquanto tiver capacidade e vontade de participar. Quem está ali hoje, batalhou e mereceu um lugar na equipe, e só sai dali quando quiser passar o cargo para outra pessoa – é uma longa, mas prazerosa preparação.

Os próprios cavalos, que são as estrelas da festa, precisam ser muito bem cuidados e também preparados, como os cavaleiros. Cada cavalo geralmente pertence ao seu corredor, que é cuidado especialmente para a Cavallhada. Os corredores mantêm os cavalos o ano todo para que eles estejam preparados para correr no ano seguinte. É sempre necessário fazer uma avaliação dos

animais, porque não é qualquer cavalo que corre e nem aceita todas as partes da Cavalhada. Os corredores viram e rodam muito, e não são todos os cavalos que aceitam isso. Muitos se espantam também com o barulho dos fogos de artifício, e é por isso que fazemos, com todo o cuidado, vários treinamentos ao longo do ano para que os cavalos não se prejudiquem durante o festejo.

O meu papel na Cavalhada hoje é, junto com a diretoria, conseguir realizar o evento da melhor maneira possível. Isso inclui desde a organização das barraquinhas nos ensaios até a cavalaria, além da escolha dos próximos corredores e das princesas. Contratamos também os fogos de artifício e organizamos a ornamentação do campo. Desde o início do ano, nossas reuniões se tornam semanais para dar conta da complexidade do evento. Somos apenas 14 pessoas, mas consideramos que, apesar de tomarmos a frente da celebração, a cidade inteira acaba nos ajudando.



Durante o período de pandemia da Covid-19, nós tivemos que reinventar nossa festa. Junto com a igreja e a Prefeitura de Mateus Leme, decidimos que faríamos o cortejo respeitando o distanciamento, com todo mundo de máscara, do jeito que deveria ser. Entretanto, estendemos o caminho do cortejo, algo que estamos realizando até hoje e se tornou parte da tradição. Esse novo cortejo se parece com a buscação de bandeira, e é realizado uma semana antes da festa. Com os corredores fardados e os cavalos enfeitados, nós passamos dentro das principais ruas da cidade, na área central, por cerca de seis quilômetros. É uma forma que encontramos de levar a Cavalhada para as pessoas que não podem sair de casa. Levamos as imagens dos santos e os andores, e o padre vai abençoando as casas de cada um.

Quando realizamos esse cortejo pela primeira vez, nos emocionamos muito, porque as pessoas enfeitaram as portas de suas casas. A queima de fogos que acontecia na praça da igreja acabou acontecendo na porta da casa de cada família, pois elas mesmas compravam os fogos e soltavam na hora em que o cortejo estava passando. Nós víamos senhoras, senhores e pessoas cadeirantes que não tinham condição nenhuma de ir à missa e nem ao campo de futebol chorando na rua. Vimos pessoas ajoelhadas no chão, nos agradecendo por termos passado na porta da casa delas. Fizemos também uma *live* que chegou a 17 mil visualizações. Deu muito trabalho, mas é isso que nos mantém com força para continuar a fazer a festa. Não somos pagos em dinheiro, mas com a gratidão das pessoas.

Ao vermos as portas das casas lotadas durante esses cortejos, isso nos traz um sentimento de acerto. Dá um alívio e uma gratidão, uma emoção que parece fogo dentro da gente. Agora que a pandemia passou, nós não podemos mais parar de fazer esse cortejo, porque ele leva a festa para a casa de quem está acamado, de quem não tem condições de participar plenamente, de quem não tem condição de receber a bandeira em sua casa. É isso que estamos passando para frente, e não importa se muitos criticam dizendo que nós estamos mudando a tradição. A tradição, quem constrói, é a fé do povo, e não podemos tirar isso de ninguém. No fim das contas, o que importa é levarmos adiante uma tradição que, apesar de mudar, se adapta para acolher cada vez mais pessoas. Tradição é transformação.

Quando mudamos o campo de futebol onde acontecia a Cavalhada, nós tivemos muitos problemas. Eu precisei fazer muitas *lives* explicando para as pessoas o porquê havíamos feito isso. Demarcamos o campo antigo com cal e fizemos um sobrevoo de drone mostrando que, se colocássemos a estrutura de arquibancada necessária, ela corria o risco de cair dentro do ribeirão, que na época sofria com muitas enchentes. O Corpo de Bombeiros

não iria aprovar e, se aprovasse, a arquibancada poderia cair e machucar muitas pessoas. Eu falei para todos: “Gente, eu estou aqui como voluntário, mas não estou aqui para ser preso e nem ser responsável por machucar alguém”. Foi muito difícil fazer essa alteração, pois muitas pessoas achavam que estávamos deturpando a tradição. Porém, quando eu vi o campo novo lotado no dia da festa, sem caber mais ninguém, eu desabei de emoção. Foi um alívio gigantesco, porque eu me sentia mal em ser o responsável por mudar o lugar de uma festa que acontecia no mesmo espaço há mais de 70 anos.

Mesmo com tantas mudanças que a vida nos impõe, a Cavalhada de Mateus Leme segue se consolidando como parte da nossa cultura. Em 2022, nossa festa foi convidada pelo Governo do Estado para fazer a escolta das partituras originais do hino nacional no bicentenário da Independência do Brasil. Fomos até a Praça da Liberdade, em Belo Horizonte, para escoltar nosso hino. Isso para nós foi uma enorme conquista, pois colocamos a nossa Cavalhada e a nossa cidade nas principais páginas do Estado e do Brasil como a atração cultural que iria guiar o hino nacional, que é uma das mais importantes representações culturais do nosso país. É uma projeção que passa da escala de uma cidade para um estado inteiro, o que fez com que muitas pessoas passassem a conhecer o que estamos fazendo em Mateus Leme. Essa é uma forma de consolidar uma das tradições culturais importantes de Minas Gerais, uma maneira de eternizar a nossa passagem tanto na festa, quanto na Terra. Várias gerações depois de nós conseguirão ter acesso ao que estamos fazendo hoje, com subsídios para manter viva essa nossa tradição movente, que se adapta a seu tempo e a suas condições. Nossa Cavalhada é algo que está ali, filmado e escrito, e ninguém mais consegue apagar.





O CERRADO
É UM
PEDAÇO
DE MIM

SHIRLENE SABINA
DOS SANTOS

Não é segredo para ninguém que nós, povo preto, praticamente fomos proibidos de exercer a nossa fé pela Inquisição. Entretanto, todos nós sabemos, também, que nossa resistência foi maior ainda, e a ancestralidade até hoje anda conosco em nossos corpos, nossos saberes e nossos quilombos. O Quilombo do Açude é um território extremamente sagrado, principalmente na área que margeia o córrego, onde nossos irmãos africanos construíram dois açudes e uma parede linda, feita com chibanca de madeira de serra. É um lugar muito respeitado por nós, que conhecemos a história e que ainda vivemos ali.

Mas não foi só essa herança material que nossos irmãos nos deixaram: esse território é o motivo de continuarmos firmes na nossa fé, no contato com nossos antepassados e com a ancestralidade, principalmente para mim, que estou um pouco mais conectada com a espiritualidade e com a responsabilidade que essa conexão traz. Eu sei manipular as águas santas do córrego e o barro de suas margens, ciência que minha mãe passou para mim. Não se usa o barro somente para construir, mas também para o sagrado religioso, durante as benzeções.

Nesse território sagrado, tudo está conectado: as pessoas, as casas, as plantas, o chão e as águas. As casas antigas do quilombo se davam do outro lado do córrego e eram construídas de pau a pique na frente, e de pedra nas costas. Isso desde os antigos, há mais de 200 anos atrás, quando nosso povo foi levado para lá e começou a erguer o quilombo. Hoje o quilombo é muito exposto, mas antigamente era diferente. Nossos sábios contam que às três horas da tarde já não se enxergava nada de tanta mata que tinha em volta. O quilombo ficava escondidinho e era bem protegido, porque ninguém encarava a mata densa. Quem veio primeiro foi meu bisavô Serafim, rei dos negros da África, e vovó Raimunda, que era europeia e veio junto com os bandeirantes.

Não se fala muito sobre minha bisavó Raimunda ser europeia, mas ela foi uma figura importante no quilombo, que hoje é uma

comunidade matriarcal. Minhas tias Mercês, Vilma e Dindinha Lena são as matriarcas e estão todas aqui, de pé. São elas e as outras mulheres que vão para o campo de batalha, que derrubam tudo e levantam de novo. É isso mesmo, porque os homens daqui são muito tranquilos.

O verdadeiro território do Quilombo do Açude é muito grande, mas o espaço demarcado e ocupado hoje é pequeno, porque parte do nosso povo foi despejado pelos fazendeiros. A família da Dona Geralda, minha mãe, resistiu, assim como as famílias de Sabino Félix, meu avô, do tio Kaká e de Dindinha Inês, que já desencarnou há um tempo. Isso se chama resistência: eles resistiram por nós, e até hoje a gente resiste, com muita luta.

A cultura de resistência do Quilombo do Açude é principalmente musical, porque o Candombe, a nossa festa em homenagem a Nossa Senhora do Rosário que existe desde o povo da senzala, faz parte da história de nossa comunidade. O Candombe é uma festa de alegria e cura, maravilhosa e secular, e é também uma religião entoada com tambores e caixas batuqueiras, que são caixas feitas de couro. Os meus ancestrais foram perseguidos por causa do Candombe, e tiveram que reerguê-lo ao longo da história para que pudéssemos continuar a praticá-lo. Eu, como candombeira, filha de candombeiros, posso falar do Candombe, porque ele é meu, faz parte de onde eu estou e de quem eu sou. Por isso, falar dele, para mim, é bem fácil e bem difícil, pois minha vivência religiosa no quilombo está muito ligada a ele. Não tem nada mais gratificante do que festejar o Candombe e agradecer os ancestrais pela fauna e pela flora riquíssimas que temos no quilombo.



Benzer é um dom que eu recebi da minha mãe, pois sempre a via benzer os outros. Hoje, também sou benzedeira e raizeira – o que

não é uma tarefa fácil, mas é algo que eu amo fazer. Na hora da benzeção, eu nunca estou sozinha, recebo todo o saber do meu guia espiritual. Eu não benzo incorporada, mas sinto a conexão com ele, e isso já vem desde pequeninha. Às vezes, quando eu preciso de uma planta para benzer, cortar cobreiro ou fazer um banho de ervas, meu guia já sabe onde aquela planta está, e me leva até ela.

As plantas cuidam da alma, são um pedaço de mim. Na verdade, o Cerrado todo é um pedaço de mim e da minha família. Minha mãe fazia as terapias com plantas e meu pai cultivava arroz onde hoje é o Parque Nacional da Serra do Cipó. Atualmente, a área está fechada pelo Ibama, para ver se a natureza se recompõe, pois vários turistas predatórios foram lá e arrancaram muitos cipós que não deveriam ter sido arrancados. Nos tempos do meu pai, entretanto, havia ali uma plantação enorme de arroz e feijão.

A caminhada para lá era longa, cerca de oito quilômetros: nós saíamos do quilombo, atravessávamos a estrada, entrávamos dentro da Mata Atlântica e fazíamos o restante do caminho pela antiga Estrada Real. Meu pai sempre me levava por esse caminho, e foi assim, entre os cinco e seis anos de idade, que eu passei a ter os primeiros contatos com plantas medicinais, como o cipó-de-são-joão. Na época de São João, entre junho e agosto, as folhas do cipó caem e ficam só as flores, bem laranjas. É um espetáculo, a coisa mais maravilhosa que existe! Essa flor é muito boa para gripe, porque é expectorante e anti-inflamatória. Só é necessário saber usar, porque geralmente são dosagens bem pequenas. Você pica a flor, põe em uma xícara com uma colher de sopa e bebe, de preferência sem açúcar – normalmente preferimos trabalhar os remédios com melado da cana ou do mel.

O cipó-de-são-joão foi meu primeiro contato com as plantas do Cerrado, mas depois vieram muitas outras. Geralmente, todo mundo tem uma planta que ama mais. Eu amo todas, mas a dom-bernardo e a espinheira-santa são as plantas que eu tenho

mais proximidade. A dom-bernardo é boa para o depurativo do sangue, para furúnculos e para a desinfecção dos órgãos. Tem também a azedinha-do-campo, que é ótima para úlcera e gastrite; e a bananinha-do-cerrado, que é uma planta medicinal um pouco complicada de usar. É uma planta que requer muito cuidado, porque ela cura, mas pode deixar sequelas.

Pela minha experiência, ela tem um composto que é muito parecido com a baba do quiabo, que tem o efeito de limpar demais. Então, se a pessoa tiver algum problema médico, a bananinha pode agravar esse problema, porque o corpo fica vulnerável. Apesar de tudo, a bananinha-do-cerrado é uma planta muito benéfica para quem sabe trabalhar com ela e fazer o remédio como deve ser feito. Se me perguntarem se podem beber os chás de qualquer jeito, eu digo que é melhor não beber. Eles têm suas propriedades benéficas, mas é preciso saber como usar e o tempo de uso. Às vezes, pessoas que eu conheço, que são minhas amigas, chegam perto de mim e pedem: “Me dá um chá?”. Eu falo: “Eu vou te dar, mas você vai respeitar. Agora, se você não for respeitar, eu não vou te dar”. Tem todo um porquê do uso, todo um segmento para cada planta medicinal.

O barbatimão, assim como a bananinha, também precisa de cuidado. Ele é cicatrizante, mas precisa ser usado na medida certa para os banhos e para jogar por cima dos machucados. Ele é ótimo para banho de assento e para o cocho dos animais, porque combate as pragas e parasitoses de galinhas e cachorros. Na Serra do Cipó, muita gente pega o barbatimão, o quebra e o coloca dentro da água do cocho das galinhas para elas beberem e não adoecerem. É assim que os antigos falavam para fazermos.

O cravo e a flor-de-laranjeira, que encontramos bastante no Cerrado, também são bons remédios. A laranja-creme, que muitos conhecem como limão-cravo, não se usa, mas a laranja-campista e a laranja-serra-d'água são ótimas para fazer chá. Tudo na laranja é benéfico, até a casca. Se você estiver dentro do mato e

não tiver repelente, você pega a casca da laranja e passa na pele. Dessa forma, você não pega carrapato, bicho-de-pé ou mosquito. Nós sempre usávamos esse repelente que a natureza nos dava quando estávamos plantando na roça.

Muita gente olha para o Cerrado e vê somente secura, vê as árvores mais encurvadas e não percebe a riqueza que existe ali. O Cerrado é seco só por cima. Por baixo, ele tem uma camada de cascalho, depois uma de piçarra (que é uma terra muito fininha e pobre) e, por fim, uma argila que lacrima o tempo todo, onde fica o aquífero. Ele guarda bastante água, mas seca muito rápido. Na Serra do Cipó, por exemplo, a água mina de novembro a fevereiro, mas se der cinco dias de sol, a água acaba. Sobra só a umidade, que fica retida no solo e nas pedras. Por isso eu sempre digo que a vegetação do Cerrado é a mais difícil de se refazer, porque ela cresce para baixo, e não para cima. Se você deixar o aquífero aberto ou arrancar as raízes das plantinhas (como a azedinha ou a jalapa, que é uma raiz doce boa para diabetes), acabou. Elas não vão voltar. O Cerrado é um lugar de vegetação seca e frágil, mas muito rica, porque ela sempre aprendeu a resistir.



Da mesma forma que as plantas do Cerrado crescem muito mais para baixo para encontrar a água do aquífero, nós, do Quilombo do Açude, crescemos buscando tudo o que precisávamos na beira das águas do córrego. Ele representa tudo para nós, e sempre foi uma fonte de refazimento alimentício e espiritual. Na beira do córrego nascia inhame (que é depurativo), banana, taioba, amora e maracujá. Eu lembro que, quando estávamos passando muita fome, mamãe e tia nos levavam para lá, pegavam aquele tanto de maracujá e nos davam para chuparmos. Eu tenho forte essa lembrança de quando eu era pequenininha, de quando o maracujá era a única refeição que tínhamos.

Além de ele sempre ter matado nossa fome, não tenho palavras para expressar o quão sagrado o córrego é para mim. Hoje, que tenho a espiritualidade mais forte, eu vou à beirada do rio buscar uma cura para alguém que precisa, uma planta medicinal como o cipó-mil-homens, a erva-de-bicho ou o chapéu-de-couro. Às vezes, eu entro no córrego, lá no fundo, e vou andando dentro d'água. Nós temos essa mania, principalmente em épocas de seca, quando se pode entrar mais ainda no fundo. Antigamente, nós fazíamos isso para não sofrermos represália dos fazendeiros que se incomodavam com nossa presença em suas terras: já que a água é um bem comum, território de ninguém, não havia problema se andássemos dentro dela. Naquele momento andar na água era uma defesa, mas agora sabemos que estávamos sendo tratados com o benefício que hoje sabemos manipular. Estávamos sendo curados pelos nossos ancestrais e por Nossa Senhora do Rosário, dentro da casa dela.

Nós, que somos do território e andamos por ali desde pequenos, aprendemos a ter um senso para escutar a natureza nas suas essências, na sua vibração. Nós conhecemos os sons das águas e sabemos que elas vêm reclamando e reagindo aos desmandos do ser humano. Nós lutamos para manter o córrego limpo e a mata de pé, mas o quilombo é pequeno perto dos condomínios e seus esgotos que nos rodeiam. Isso me preocupa muito, porque ninguém para a natureza. O lugar que mais frequentamos perto do Rio Cipó se chama Lapa do Urubu e, ali, o rio já mudou de lugar, mudou seu contorno. Nós sentimos que a Lapa está descendo, sua altura caiu bastante. Ali havia muitas de bambu que não recebiam água, e hoje elas estão sendo empurradas pelo rio. Um dia eu fui à Lapa pegar erva-de-bicho e, chegando lá, eu desisti. Passei o dia tirando lixo que as pessoas deixaram ali. Devido ao excesso de lixo, de turistas, de produtos de pele, a água fica bem maltratada.

No Cipó Velho, onde fica a fazenda escravagista, aconteceu a mesma coisa: o rio aumentou e emendou com o córrego. No lugar onde fica a ponte antiga também já não teve como passar, pois o rio comeu o barranco todo, foi pegando a terra toda da margem e levando embora. Nesse lugar havia muitas plantas medicinais, era onde se juntavam as plantas dos brejos com as plantas do Cerrado. Tinha caninha-de-macaco, chapéu-de-couro, erva-de-bicho, cipó-são-joão, barbatimão e goiaba. A goiaba era ótima, mas ela não suporta lugar úmido. Ela requer um solo mais fértil, mas não tão molhado. Depois que o rio subiu, não sobrou nem sombra dessas plantas, que sempre estiveram lá, quando o lugar era preservado.

Nós sempre passamos por esses lugares para medir a natureza. Nós, que somos nativos, sabemos que o rio subiu bastante, e que várias plantas não crescem mais por ali. Ninguém para a natureza e ela não demora a responder ao que estamos fazendo. Temos que tomar esse cuidado, um cuidado que nós, que moramos ali, tomamos, mas todos precisam fazer igual. Quando nós cuidamos, a natureza responde à altura, ela também passa a nos preservar. Quem passa pelo Cipó Velho, por exemplo, ainda consegue ver uma ponte que meus antepassados fizeram. Essa é uma coisa linda e misteriosa: nem os paus que caíram da ponte, o rio tira do lugar. Ali é um lugar sagrado, onde eu gosto de ir sozinha para rezar, porque a energia do local é muito palpável.



A beira do córrego é o lugar principal de encontro com nossos antepassados, é o lugar onde este mundo encontra o mundo daqueles que fizeram a passagem. Quando nossos parentes fazem a passagem, vão para o lugar da espiritualidade, mas sempre gostam de voltar à beira do córrego para estar conosco. A comunicação com eles, no entanto, não acontece quando queremos: o

telefone da ancestralidade nunca toca de cá para lá, somente de lá para cá. Tem hora certa para tudo, desde o momento em que eles vêm beber água do córrego, até o momento que eles vêm nos visitar. Nós respeitamos muito esses horários em que os ancestrais estão mais perto de nós e, durante esses momentos, não costumamos abrir as portas do quilombo para quem é de fora. Eu sou a mais briguenta quando se trata de respeitar os rituais, faço questão de lembrar à juventude a responsabilidade de como é manter esse sagrado na beira do rio, porque é o lugar que nossos ancestrais usam para assegurar o equilíbrio tanto do açude, quanto de nós mesmos que moramos no quilombo. Quando alguns jovens, então, resolvem se bandear para o lado oposto do sagrado, nós já seguramos na chinha. É como diz aquela música: aqui você pisa devagarinho, aqui você tem um dever a cumprir.

Aprender com a ancestralidade, principalmente com aqueles e aquelas que já não se encontram mais aqui, é uma lição que eu sempre busco passar aos mais novos, mas também tem os seus segredos. Os ensinamentos não são dados para quem nós quisermos. Só podemos passar para as pessoas certas, aquelas que já têm um caminho, que já foram escolhidas. O quilombo pode estar cheio de gente, mas só vamos passar os segredos para poucas pessoas. O que eu recebi da minha mãe, por exemplo, eu preciso de autorização para passar, e neste momento eu passo apenas para a minha sobrinha e minha filha. O que eu ganho, o que é meu, eu passo para elas: o caminho do cuidado, da seriedade e do respeito com nossa sabedoria ancestral. Eu ensino para elas os tratos com as plantas, como lidar com cada uma e o cuidado que algumas plantas medicinais exigem. É preciso saber manusear a planta, saber fazer o chá e, principalmente, entender como aplicar o chá.

Eu sempre incentivo minha filha e minha sobrinha a fazerem os chás por elas mesmas, mas tem coisas que elas preferem não fazer sem mim, que já sou mais experiente. Isso se chama

respeito pelos mais velhos, que é a base de nossa enorme sabedoria. Muitas pessoas acham que nós somos tolos, mas aqui há uma inteligência centenária. Não somos tolos, aprendemos muita coisa no açoite. Tudo isso eu procuro passar, o que pode ser passado, eu vou passando. E que Jesus esteja conosco, que Nossa Senhora nos ampare sempre nessa caminhada, porque o trabalho do quilombo não para. Nós temos a missão de receber, de passar e de preservar aquilo que já nos foi dado. Não é fácil, é missão de todos os dias, desde a hora em que nos levantamos até a hora em que nos deitamos. Assim como as plantas do Cerrado estão aqui, resistindo por um motivo, nós também temos o nosso porquê de existir.



ESCOLA A CÉU ABERTO

HORÁCIUS DE JESUS

A história do Morro das Pedras não está registrada nos livros, pelo menos não naqueles feitos de papel. Existem outras bibliotecas vivas que guardam essas narrativas, como a minha avó, que se mudou para cá ainda no período de extração mineral. Na memória que construí da minha infância, ainda pego um pouco dessa história de quando a pedreira aqui do morro fornecia as pedras, paralelepípedos e areia para pavimentar Belo Horizonte. Lembro que, em algumas partes da rua, havia marcas de trilhos dos carrinhos que circulavam com as pedras. Uma das brincadeiras que fazíamos se chamava “picoto”, em que abríamos um buraco no chão para jogar bolinhas de gude. Fazendo esses buracos nós sempre encontrávamos os pregos e as marcas de trilho, e perguntávamos para os mais velhos o que eram. Era assim que ficávamos sabendo das histórias da pedreira.

Havia duas pedreiras na região, uma pequena e uma maior, e quem trabalhava na extração acabou morando em seu entorno. Quando o comércio de pedras e a extração pararam, ainda não havia muitas casas construídas aqui. Foi quando, durante a noite, começaram a aparecer caminhões para despejar na região todo o lixo da cidade. Era tanto lixo que o morro acabou se tornando o primeiro lixão a céu aberto de Belo Horizonte. Só depois inauguraram o aterro sanitário oficial da cidade. Minha mãe conta que, nesse período, o Brasil estava passando pelo maior perrengue com a ditadura civil-militar e as altas taxas de inflação e natalidade, o que fez com que várias pessoas comesçassem a vir para o morro para sobreviver do lixo. Desde então, o número de pessoas que migraram para cá cresceu muito rápido. Com o lixo, o pessoal foi acumulando latinhas, garrafas e outros objetos, e cada um ia construindo alguma coisa, fazendo sua vida ali. Minha avó e minha mãe contavam que elas também viveram da reciclagem, e todas as latas que elas abriram para fazer a casa foram tiradas do lixão. Essa vivência, ou melhor, essa sobrevivência, partia do gesto de coletar materiais recicláveis que vinham da “boca do lixo”.

“Boca do lixo” foi o nome que o pessoal deu para o lugar onde os caminhões despejavam os resíduos e as pessoas iam tirar o que achavam útil. Durante um período bem grande, muitos moradores do Morro das Pedras se alimentaram do que achavam nesse lixo – minha mãe dizia que, entre os dejetos, tinha muita coisa vinda dos supermercados. Os caminhoneiros já conheciam todo mundo e até separavam algumas coisas para determinadas pessoas. Era uma espécie de parceria entre todos eles.

Grande parte das pessoas do morro fala desse tempo com nostalgia, mas não deixa de transparecer uma certa vergonha em relação à necessidade de sobreviver dos restos de outras pessoas – situação que nos coloca em um lugar de sub-humanização. Mas, para o bem ou para o mal, essa é uma espécie de memória coletiva que constituiu várias famílias do Morro das Pedras, uma memória que mostra o quanto o poder público falha com suas populações mais necessitadas.

Eu não posso deixar de evidenciar que essa memória é permeada principalmente pela presença feminina. Nessa época do lixão, havia um grupo grande de mulheres – obviamente pretas e mães solo – que criou uma rede de apoio entre elas para darem conta de se manterem, de se protegerem e de não adoecerem mentalmente. Essas mulheres moram na minha memória e na memória do território, pois construíram este lugar na base do apoio mútuo, que era tudo o que tinham diante da realidade que as excluía. A “boca do lixo” tem o suor, a luta e o nome delas: Lúcia Condão, Rosa do Feitiço, Cida Preta, Xiba, Leleca, Cleuzinha, Simone, Naná, Cleide, Fátima e tantas outras que não caberiam nestas páginas.



A minha avó se chamava Maria do Carmo, Dona Maria, mais uma entre tantas Marias. Ela sempre foi a figura que estruturava a

nossa família e, quando ela se foi, nos meus 10 anos de idade, foi difícil construir o luto para uma perda tão grande. Aos 14 anos, Dona Maria abandona sua família em Santos Dumont e vem para Belo Horizonte trabalhar na casa de uma família de classe média. Analfabeta, ela ainda assim traz muita sabedoria do interior, como a benzeção e as práticas culturais da Igreja Católica. Nesse êxodo urbano, ela se torna mãe muito cedo, trabalhando em tempo integral. Seu primeiro filho, meu tio, nasce na casa dessas pessoas brancas para quem ela trabalhava – e que também o apadrinham. Isso é algo recorrente no processo de atualização da nossa sociedade escravocrata: uma família branca apadrinha o filho de uma mulher preta que trabalha como doméstica para eles.

Depois de juntar alguma grana e já com dois filhos (meu tio e minha mãe), minha avó compra uma casa na Rua da Pedreira, no Morro das Pedras. Ali ela criava porcos, tinha uma horta, trazia ainda alguns resquícios da vida no interior. Isso me marca bem, buscar lavagem para os porcos com ela, ir às casas feitas de lata das amigas dela, ir às reuniões da luta por água, ainda na década de 1990. Apesar de ser uma mulher preta e analfabeta, ela era muito ligada aos movimentos políticos da região. Eu me lembro de sempre acompanhá-la nas reuniões de chegada da água e da luz no bairro – aliás, eu tinha uma cola muito boa com minha avó, estava sempre orbitando a barra de sua saia.

Minha mãe, assim como minha avó, teve seu primeiro filho de três aos 14 anos e os criou sozinha. Essa presença masculina sempre foi muito falha lá em casa: somos três irmãos, cada um de um pai diferente e, mesmo assim, há uma grande ausência de uma figura masculina. Esse é um percurso doloroso para uma mulher sozinha na quebrada, que infelizmente se repete muito. Minha mãe não tinha o hábito da leitura, não lia muito para mim, mas incentivava meu contato com o universo da escrita. Ela trabalhava em um órgão público e, quando eu ia para o trabalho

com ela, eu ficava na biblioteca. O mundo dos livros e das letras foi importante para minha formação, e me fez perceber todas as questões sistêmicas e estruturais que permeavam minha existência de moleque preto da quebrada.

O processo educacional é um espelho que mostra a gente por dentro, é uma terra que fica sendo mexida e remexida o tempo inteiro. Nunca fui um exímio estudioso, mas a educação me pega e me enlaça de um jeito que eu ainda não consigo entender. A leitura me enlaçou, depois a escola e, por fim, a carreira de educador, mas sempre respeitando, involuntariamente, o conhecimento que aprendi nas ruas. Fazer uma graduação, me escolarizar dentro dessa educação branca, hegemônica e colonizadora e, ao mesmo tempo, ter os limites bem marcados pela lei da quebrada, é algo que me constituiu enquanto sujeito. Eu entro na faculdade de Artes Visuais aos 28 anos, já casado e tendo uma formação grande nas ruas, pensando nessa violenta disputa por território acadêmico (tanto físico quanto simbólico). Nessa luta, não tem nada pronto, mas isso não quer dizer que não haja nada, pelo contrário. É igual quando você está fazendo um barraco, um puxadinho, e você deixa um espaço ou outro ali à espera. Aqueles ferros pendurados para fora dizendo que, futuramente, alguém vai construir algo ali, isso é a espera. A espera é a poética.

Todo esse processo educacional embasado no trânsito entre o dentro e o fora da educação formal é algo que me fez questionar a mim mesmo o tempo todo. Esse lugar incômodo, esse inseto que fica me mordendo por dentro, foi o que me levou a querer ser educador dentro do Morro. Coloco-me nesse lugar porque também fizeram isso por mim – e digo isso não para dormir o sono dos justos cristão, até porque quando eu comecei a pensar nessas coisas, eu não tinha nem cama para sonhar. Torno-me educador justamente para ensinar meus camaradas, porque quando eu era pequeno, via minha mãe me levando para os espaços de leitura, via minhas professoras da creche lendo histórias para

mim e nos incentivando a fazer cultura dentro da favela. Nessa corrente, nada melhor do que trocar: o conhecimento é uma via de mão dupla na qual você nunca se enche, porque descobre, descarta, guarda, remexe de novo, vê, revê e esmiúça. Acho que o processo é esse, outros fizeram por mim no passado e hoje o mesmo é feito por mim para os próximos.



O Morro das Pedras, que para muita gente foi um lixão a céu aberto, para mim é uma escola a céu aberto, sem muros, feita de laços, de uma aprendizagem nua e crua, visceral. Nesse processo educacional dos encontros, dos desencontros, dos enlaçamentos e do tempo, eu encontrei ótimas pessoas que me ajudaram a ser quem eu sou e que também foram tocadas por mim. Mesmo antes de entrar na universidade, considero que estava dotado de um saber ancestral. Vejo o quanto os corpos de minha avó e de minha mãe foram resistência nesse processo todo e busco, hoje, reverenciar suas lutas de alguma maneira quando ensino algo aos mais novos.

O encontro geracional entre crianças e adolescentes, entre jovens e adultos, é um processo educacional muito importante dentro da favela. Mesmo eu, no lugar atual de educador, sou tocado o tempo todo pela gentileza da licença que os jovens me dão de participar do tempo deles. O meu momento já passou, são eles que estão me deixando participar do tempo deles com essa licença poética, com essa construção coletiva, e isso é muito bonito. Esse é o verdadeiro processo de aprendizagem: meninos, meninas e meninos que eu encontro no rolê me deixaram participar de suas formações e, mesmo sem saber a dimensão disso, também se tornam meus educadores.

A vida na favela já nos educa, por todas as suas contradições – tanto aquelas que vêm de dentro dos becos, quanto as

que vêm da cidade formal. Quando eu e meu primo éramos mais novos, circular pela cidade e frequentar os espaços fora da favela nos ensinou a valorizar o que nos é passado aqui dentro. Não estávamos nem aí para a separação não dita que existe em Belo Horizonte, entre os bairros dos brancos ricos e aqueles dos pretos pobres. A gente fazia das ruas, nossas. Mas estar presentes nesses lugares com nossos corpos negros nos fez crescer entendendo certas neuroses sociais, de como uma pessoa lhe olha, de como ela segura a bolsa quando você está perto. Nós vivemos essas neuroses, e fomos inventando formas de lidar com elas para não pirar com a exclusão.

A favela é um conjunto muito doido de camadas de cebola, é uma nuance. Se comparar com os tempos atuais, minha infância no Morro das Pedras foi um pouco diferente. Ao longo dos anos, fui vendo os muros nascendo e, com eles, a perda de algumas relações que a gente conhecia. Enquanto tinham pessoas ali se ultramodernizando, ainda havia outros que estavam saindo de alguns processos esmagadores de desigualdade. Na favela, as vidas não são tão lineares e homogeneizadas como muitas pessoas pensam. A quebrada é um conjunto de processos individuais, particulares de cada família e de cada sujeito que vai lidando com esses mesmos problemas que são iguais para todos. Se existe algo comum nas periferias, é justamente essa desigualdade macro e que assola o micro de cada um.

A favela é uma arquitetura de denúncia. Hoje ela é bonita, celebrada, até mesmo romantizada, mas nunca deixou de ser um espaço que denuncia a falta de políticas públicas, a opressão e as várias mazelas sociais. Às vezes nós abaixamos as armas, cantamos, celebramos, mas a favela sempre será um espaço de luta e de resistência; de crise, mas de construção constante. Dentro desse turbilhão todo, as pessoas conseguiram – e ainda conseguem – fazer fissuras e respirar. A rede de apoio que minha avó e os amigos dela tinham, e o jeito com que eles construíram

seus espaços aqui no morro, isso sim é uma fissura, um respiro e uma pedagogia.

Quando eu era pequeno, o morro tinha uma forma de economia baseada nas trocas que nós talvez ainda vamos valorizar em um futuro próximo. Esse resquício interiorano, trazido pelos primeiros moradores, criava um elo entre as pessoas. Minha avó criava ou engordava porcos, tinha um espacinho onde criava galinhas que sempre davam ovos, além de uma horta. O Seu Quintino matava os porcos e minha avó trocava muita coisa com ele e com a vizinhança. As pessoas iam muito à casa dela porque tinha um pé de pau-magro de onde ela tirava casca para fazer chá, e distribuía para os outros. Ainda era o momento das cercas-vivas, que geralmente eram feitas de molas de colchões velhos: tinha chuchu, ora-pro-nóbis, beldroega, saião, serralha, taioba e cansação, e todo mundo trocava. Enquanto na cerca do Seu Renato crescia romã e abacate, no terreiro da Dona Coracy tinha uma horta gigante, de onde pegávamos couve, taioba e mostarda. Tudo era obviamente orgânico, plantado na porta de casa – algo hoje digno de valor, mas que só era feito por conta da necessidade e da falta de dinheiro para comprarmos coisas no supermercado.

Tudo isso é realmente bonito e poético, mas é também uma resposta a um sistema que amputa, castra, machuca. O fato é, que dentro dessa estrutura muito rígida na escala macro, nossos corpos e saberes desenvolvem vários outros percursos e fissuras, o que me interessa muito enquanto educador. Inspiram-me esses momentos de respiro, em que a poética ganha força, porque se só enxergarmos a violência que vivemos e não conseguirmos ressignificá-la, não seremos capazes de compreendê-la em toda a sua plenitude e não conseguiremos inventar nada de bom a partir dela.

Não há nada de novo no front, como dizem. Tudo o que eu passo para frente hoje são lapsos do que um dia os mais velhos

me passaram, sob uma roupagem nova. Todos esses processos envolvendo a rede de apoio da minha avó, da minha mãe e dessas mulheres que ergueram os becos do Morro das Pedras se reverteram no que eu entendo como educação. Porque se todo espaço é pedagógico – e essa é uma crença que eu compartilho fortemente –, a quebrada é uma verdadeira pulsão de vida e de aprendizado. E se estamos falando de pulsar a vida, não podemos deixar essas mensagens de violência e de morte tão escancaradas. Precisamos minimizá-las e dizer que não somos coniventes com isso, dizer que, aqui dentro, o que pulsa é a vida e a coletividade, e não o contrário. Nossos processos educacionais se constituem quando valorizamos a força dessas pessoas da comunidade, quando escutamos suas vozes e deixamos que elas ecoem na nossa mente. Nós, educadores da quebrada, somos os arautos das vozes dessas pessoas. Elas não precisam pedir, isso acontece naturalmente, porque suas experiências nos atravessam e se acomodam em nós. Eu acomodei as vozes que ainda continuam ressoando em mim, e hoje eu não falo por elas, eu falo com elas.



Como eu disse, a educação é algo que nos tira do lugar, faz a gente reconsiderar o tempo todo quem nós somos e de onde viemos. De alguma forma a experiência, a vivência e a maturidade vão me dando algumas respostas. Atualmente estou trabalhando na rede de saúde mental de Contagem, com crianças e adolescentes, e atuar na saúde, na luta antimanicomial, nesse lugar da inclusão também é outro tipo de aprendizado. Por eu sentir que minha juventude foi muito parecida com o que esses jovens passam hoje, eu me sinto na missão de tentar construir com eles um caminho por onde eles possam se enveredar, se amparar minimamente através de sua própria perspectiva. Mostrar que

existem possibilidades, mesmo que a sociedade da branquitude nos coloque sempre no lugar do atraso, também é base para a educação que eu quero construir.

Quando eu desenvolvi meu trabalho de conclusão de curso nas Artes Visuais, lembro que enquanto a classe média e os brancos já estavam totalmente inseridos no índice da tecnologia, nós, da quebrada, ainda estávamos redescobrimo o analógico. É o que o Mano Brown fala: “Atrasado, eu tô um pouco sim / Tô, eu acho / Só que tem que, seu jogo é sujo e eu não me encaixo / Admito, seus carro é bonito / É, eu não sei fazer / Internet, videocassete, os carro louco”. Eu me vejo muito nessa música: atrasados nós sempre estivemos um pouco, mas como eu também acredito que o tempo é algo totalmente questionável, eu não me importo com atrasos.

Meu trabalho hoje vem muito de um lugar dos afetos. É uma forma de me posicionar no mundo e de mostrar a minha favela interna. Da mesma forma que existe uma favela externa, existe uma favela interna em mim também, uma favela onde a casa da minha avó existe, onde a existência da minha avó está plantada nas boninas que ela semeava no beco. Por mais que tudo o que eu disse seja discrepante, por mais que a violência esteja sempre próxima de nós, tem uma beleza na pedagogia da quebrada, tem uma estética, tem vida.

Essa educação pede que olhemos além das estruturas que nos tornam subalternos, por mais que seja doloroso. Mexer em questões que lhe constituem enquanto sujeito e que são passíveis de mudança sempre dói, mas a educação é movimento. A educação, para mim, carrega a figura de Exu: o movimento, o caminho, o descaminho, a vitalidade. O conhecimento é como Exu, uma figura que tem uma faca na cabeça, que não carrega problema. É a imagem do inacabado, dessa coisa que se encruzi-lha constantemente. Educação é palavra, é algo que, ao mesmo tempo, está na vida, é vida e é potência de vida. A educação que

construímos na quebrada é aquela que liberta, que cria diálogo, que é semente, terra e manejo. Mostrar a violência, a mídia já faz questão de fazer muito bem. É ela quem diz quem é o assassino, o presidiário, o mano ou a mana que mora na quebrada, e faz isso de forma muito eficaz. Mas eu já nem quero fazer mais essas discussões, porque profanados nós já nascemos. Com meu trabalho eu quero mais é divinizar os meus, criar outra narrativa sobre eles. Procuro cantar a minha aldeia, o meu quilombo urbano, o meu território, porque contaminados nós já estamos, por essa sociedade desigual e doente. Eu acho que o morro é um lugar possível onde nós podemos nos encontrar, e esses encontros são mesmo para a gente se curar.



EMÂG EMÂG,
NÓS VAMOS
CONTINUAR
CAMINHANDO

MERONG KAMAKÃ MONGOIO

Pode ser que pouca gente saiba, mas nós, indígenas da cidade, temos uma caminhada muito antiga aqui nas periferias de Belo Horizonte. Eu nasci em Contagem, pertencço ao povo Kamakã Mongoió, mas nosso território originário fica na Bahia. Já caminhei muito nesta vida: morei algum tempo nas terras da Bahia e também com outros povos em várias regiões do Brasil, onde aprendi as línguas dos meus parentes e seus modos de vida. Entretanto, depois de muitos anos fora, eu recebi o chamado do meu povo que estava sem aldeia, e hoje vivemos em uma terra retomada por nós, à base de muita luta, na região do vale do Córrego de Areias, em Brumadinho. Eu sou uma pessoa que nasceu para lutar pela cultura e não deixar a nossa memória ser apagada. Por isso, eu sempre gosto de registrar a história do meu povo.

Os Kamakã Mongoió resistem desde a chegada dos invasores europeus, e a última aldeia no território originário estava localizada em um lugar chamado Catolezinho, próximo a Vitória da Conquista, na Bahia. Na década de 1930, restavam apenas 11 Kamakãs nesse território, entre eles meu bisavô e minha avó, que na época tinha três anos de idade. Diante das inúmeras violências contra nosso povo, meu bisavô resolveu deixar o território em 1932 e migrar para a Aldeia Caramuru, no município de Pau Brasil, formada pelo governo para abrigar indígenas que haviam perdido suas aldeias.

Em Caramuru, meu povo voltou a poder plantar, a família voltou a crescer e, em contato com as outras cinco etnias que compartilhavam a aldeia, acabaram formando o povo Pataxó Hã-Hã-Hãe, que em português significa “mistura de povos”. Essa mistura, porém, foi uma forma de resistência dos indígenas diante das dificuldades sofridas ali, já que em Caramuru era proibido ensinar as nossas línguas e as pessoas eram forçadas a trabalhar para os coronéis, a plantar cacau, a fazer bolsa e a criar gado.

Não demorou muito para Caramuru ser ocupada por fazendas, e os indígenas que viviam ali acabaram sendo expulsos ou

fugiram porque apanhavam muito dos coronéis. Muitos desapareceram e até hoje não se sabe o paradeiro deles. Meu bisavô foi um dos expulsos, e acabou morrendo fora do seu território de origem. Foi só em 1982 que as famílias que tinham saído de Caramuru resolveram voltar e retomar o território ocupado pelas fazendas. Minha avó, já viúva e com dois filhos (um deles paraplégico por conta de um acidente sofrido enquanto trabalhava para fazendeiros em troca de comida), também voltou para o território onde cresceu, mas encontrou um cenário de guerra e de falta de leis que favorecessem os indígenas. Toda essa miséria e violência fizeram com que ela migrasse para as periferias da Região Metropolitana de Belo Horizonte em busca de uma vida melhor e de condições médicas para tratar do meu tio.



Eu nasci em Contagem e vivi parte da minha infância na região da Vila Pinho, próxima ao Barreiro. Apesar de nos integrarmos muito bem às outras famílias dali, sempre fomos diferentes, porque nunca deixamos de nos separar e de mantermos viva a memória dos Kamakã. Morávamos perto de um rio muito podre, mas, do outro lado, tinha uma área chamada Campo do Epa, onde havia um pouco de natureza e algumas nascentes. Quando os parentes vinham da Bahia, íamos para o outro lado do córrego pegar manga e tomar banho nas nascentes.

Eu passo a me entender como indígena a partir dos 6 anos de idade, quando minha mãe, Katorã, juntamente com minha tia reuniam a família e a levavam para a escola para fazer apresentação cultural. Minha tia fazia o *tupisay*, que é a nossa roupa tradicional feita de taboa e, como não tínhamos tintas naturais de urucum e jenipapo para pintar o corpo, a gente se pintava com batom mesmo. Nessa época, eu ainda não praticava a nossa cultura no dia a dia, porque era muito tímido. Eu, particularmente,

nunca consegui me encaixar nesse padrão da sociedade branca. Às vezes eu não queria ir para a escola, porque não me sentia parte dela, não conseguia interagir com aquelas pessoas que estavam ali.

Em 2001, eu decido pedir permissão à minha mãe para conhecer meus parentes e minha cultura na Aldeia Caramuru, na Bahia. Para conseguir o dinheiro da passagem de ônibus, eu pegava alguns *tupisay* e cocarzinhos e dava para os turistas tirarem foto. Quando cheguei, eu não conhecia pessoalmente os parentes que iria encontrar. Mas logo a irmã da minha avó, que se chamava Dona Elizinha, me viu, olhou nos meus olhos e falou: “Você é nosso parente! Você é filho de quem?” Bastou esse encontro para que eu começasse a me integrar.

Nesse período que passei dentro da Aldeia Caramuru, eu aprendi muito ouvindo os mais velhos. Era uma época em que eu também não era um adolescente muito comunicativo, mas como cresci ouvindo, sempre ouvindo e sempre silêncio, fui aprendendo. Também comecei a estudar na escola indígena, onde pude aprender mais sobre cada etnia que compunha o povo Pataxó Hã-Hã-Hãe, que eram os Kamakã, Gueren, Baenã, Tupinambá, Kariri-Sapuyá e Pataxó. Eu não lembro quantos anos fiquei fixo dentro da aldeia, mas fiquei bastante tempo participando das retomadas com os parentes. Porém, a ligação com Minas era muito forte e eu ficava sempre indo e vindo entre a aldeia e a cidade.

Em 2006, minha tia conquistou um espaço de cinco barracas para os indígenas na Feira Hippie, em Belo Horizonte. Nós vendíamos super bem, mas tempos depois a prefeitura nos expulsou. Em 2008, reuni alguns parentes e fomos para a feira retomar nosso espaço. Foi engraçado, porque na hora em que a polícia chegava e perguntava quem era nosso cacique, os parentes me colocavam na frente e diziam que era eu. Nessa época, eu ainda nem sabia conversar direito, só sabia que queria tanto vender

artesanato que acabamos conseguindo reconquistar nosso espaço na feira.

Em 2010, fui para Santa Maria, no Rio Grande do Sul, vender artesanato, e acabei conhecendo uma Guaraní com quem me casei e tive filhos. Primeiramente, tive um pequeno choque cultural, porque eu não falava a língua indígena guarani fluentemente. Mas quando a mãe dos meus filhos estava grávida, fiquei pensando em como eu iria me comunicar com as crianças sem saber falar a língua deles. Foi aí que eu aprendi o Mbya Guaraní. Também acabei aprendendo coisas da cultura kaingang enquanto trabalhava em um frigorífico da região, onde fiz várias amizades com companheiros de trabalho indígenas.

Depois que saí do frigorífico foi uma época difícil, pois passávamos muita dificuldade de fome dentro da aldeia. Foi quando migrei para Porto Alegre, onde conheci outros parentes kaingang que trabalhavam na rua vendendo artesanato. Foi ali que eu comecei a recuperar a minha dignidade enquanto indígena, enquanto a pessoa livre que eu queria me sentir. Trabalhei mais de dois anos em uma esquina próxima à Funai, vendendo minha arte e, depois, migrei para frente da Lojas Americanas na Rua da Praia, onde, de indígena mesmo, só tinha eu. Quando eu migrei para essa esquina, tive que disputar espaço com os camelôs que me diziam que aquele espaço era deles. Eu dizia: “Meus amigos, vocês estão no Brasil e eu sou indígena originário daqui. Esse espaço é tão meu quanto de vocês”. Nós ficamos uns dois dias discutindo sobre o espaço e, no final das contas, nos tornamos amigos. Às vezes, os camelôs precisavam correr da fiscalização e nós, indígenas, tínhamos autorização para trabalhar – até guardávamos alguma coisa de alguém para socorrer. A vida foi seguindo nessa parceria de um ajudar o outro.

Porto Alegre também foi um lugar onde fui conhecendo muitas pessoas apoiadoras da causa indígena, pessoas que, através de mim, vieram a conhecer mais sobre a nossa cultura. Comecei a

me aprofundar mais na história dos Kamakã através dos escritos de um estudioso alemão, Curt Nimuendajú, que esteve na Aldeia Caramuru em 1938 pesquisando com a última falante da nossa língua, minha tia-avó Jacinta Grayra. Comecei a ter contato também com o povo Huni Kuin e seus rituais de ayahuasca e, a partir disso, fui tendo inspiração para fazer músicas na língua kamakã.

Durante muitos anos, participei de várias retomadas, apoiando, chamando, buscando pessoas para somar e incentivando os parentes em várias cidades do Brasil a fazerem suas lutas. Por muito tempo fiquei indo e vindo, até que em 2018 eu me cansei da vida longe da minha família em Minas Gerais. Separei-me da mãe dos meus filhos e voltei para apoiar meus parentes na Aldeia Kamakã Grayra, que fica localizada em Esmeraldas. Em 2019, veio o rompimento da barragem da Vale em Brumadinho, o que fez com que houvesse conflitos internos entre as lideranças da aldeia, que se separou.



Depois que nós saímos da aldeia em Esmeraldas, ficamos sem território. Fomos, então, para a Aldeia Caturama, em São Joaquim de Bicas, onde eu conversei com as lideranças e disse que não ficaríamos por muito tempo, porque tínhamos a nossa própria retomada para fazer. Da Aldeia Caturama, ficamos pedindo ao Grande Espírito para que nos guiasse até um território na região de Brumadinho. Eu passei na casa de parentes falando sobre a futura retomada, mas pedi que mantivessem segredo para que a informação não vazasse. Como eu tinha chegado recentemente à minha própria região, eu não tinha núcleos de apoiadores, não tinha ninguém com quem eu pudesse contar. Fiz, então, uma venda para um parente que me encomendou 20 cocares. Eu fiz os cocares, vendi para ele, peguei o dinheiro e decidi que iria usá-lo para fazer a retomada. Na “hora H”, eu notei uma fragilidade

muito grande dos parentes, e falei com a minha mãe que tinha a impressão de que esse pessoal não participaria.

Poucos participaram realmente, mas fomos assim mesmo, eu, minha mãe e minha sobrinha Kenawara Kamakã. Encontramo-nos a pé em um lugar marcado e fomos caminhando pelas matas de Brumadinho até chegar a uma cachoeira – acredito que foi o chamado da nossa espiritualidade que nos guiou até lá. Quando chegamos ao Córrego de Areias, decidimos que ali seria a nossa retomada. Alugamos uma van, que levou as mudanças da minha mãe, e partimos para a retomada, que foi feita no dia 23 de outubro de 2021.

Mas nós não fizemos a retomada em silêncio, anunciamos para o mundo inteiro. No mesmo dia em que eu entrei no território, nós já anunciamos nas redes sociais. Foi muita felicidade que nos contagiou com a entrada no território. Entramos e ficamos dormindo em um lugar bem próximo à cachoeira, onde também fizemos o nosso primeiro café. No dia seguinte, fomos migrando para dentro da mata, adentrando o território, e acampamos em uma casinha rosa abandonada que encontramos. Não tinha luz nem água potável, e era uma época de muita chuva, que acabou molhando nossas roupas e objetos. Aos poucos, foram chegando mais pessoas para nos apoiar, levando água e alimentos, até que decidimos adentrar ainda mais a mata, após escutarmos muitos tiros de caçadores em lugares próximos.

Mais acima da casinha rosa, descobrimos outra casa abandonada onde tinha bastante fruta, e também um padrão de luz. Um dos nossos amigos deu um jeito para que essa luz chegasse até o padrão, para que nós pudéssemos carregar os nossos celulares. Dessa vez, nós decidimos ficar bem quietinhos e não anunciar que estávamos ali. Nós ganhamos algumas ferramentas e começamos a plantar milho, batata, pé de cará na beirada do rio, um pouquinho de feijão, e descobrimos também que tinha uma nascente que levava água para a caixa d'água que chegava à casa, mas isso demorou um mês.

Um belo dia, eu deixei uma das ferramentas na beira do rio e não achei mais. Enquanto estava procurando, atravessei uma pinguela improvisada que tínhamos feito e vi o carro da empresa Vale. Foi o dia em que eles descobriram que estávamos ali, e nós descobrimos que estávamos em um território da mineradora, a mesma que contaminou o Rio Paraopeba, onde nosso território em Esmeraldas foi afetado. No dia seguinte, eles apareceram para tentar nos tirar dali. Chegaram mais de 20 seguranças da mineradora e nos cercaram, ficaram nos oprimindo e depois chamaram a Polícia Militar. Logo veio um agente trazendo um documento de reintegração de posse, mas respondemos que nós, como indígenas originários, não aceitaríamos a reintegração de posse, que eles deveriam ir embora. Nisso, os nossos advogados começaram a trabalhar para derrubar essa liminar, enquanto ficamos ali na resistência junto com mais e mais famílias que iam chegando. Nesse período, fizemos também a autodemarcação: eu produzi placas escritas “Território Kamakã Mongoió, proibida a entrada de estranhos”. Nós as firmamos ali e falamos que, se fosse preciso morrer por essa terra, nós morreríamos, porque dali a gente não sairia.

Os nossos apoiadores locais começaram a vir para o território e foi quando, em um dia de mobilização, a polícia estava na metade da estrada por onde havíamos entrado. Haviam passado um cordão de isolamento e estavam construindo uma ponte para nos destruir. Eles fizeram uma ponte que dava para passar com moto e com cavalo, se fosse preciso. Nós, então, pegamos nosso cachimbo, nosso maracá, nosso cocar, nossa pintura de urucum e fomos para cima deles, mobilizando ainda mais apoiadores para ficar conosco. Mais tarde, o vento acabou levando essa ponte que eles construíram. O vento acabou derrubando essa ponte, que era uma ponte para a opressão.

Nesse momento, a nossa advogada conseguiu derrubar a liminar e os nossos vídeos começaram a se espalhar nas redes

de WhatsApp, Facebook e Instagram, chegando até a União Nacional Indígena, que é um movimento organizado pelos nossos parentes. A União Nacional Indígena trouxe uma van de parentes pataxó hã-hã-hãe e vários parentes pataxó da Aldeia Barra Velha. Quando eles chegaram naquele clima de reintegração de posse, construíram uma oca para nós e fortaleceram bastante a nossa luta. Depois de toda a opressão da polícia vivenciada por nós, seguimos na resistência e estamos até hoje no território. Já faz dois anos e hoje temos até uma escola indígena funcionando ali. Sinto que estou de volta à minha casa, que hoje se chama Território Kamakã Mongoió, a casa de um povo que já sofreu diversas injustiças e que pretende continuar existindo.

Se alguém disser que o lugar onde estamos não é um território tradicional kamakã, eu vou sugerir para essa pessoa estudar história. Os Kamakã sempre tiveram contatos com os povos de Minas Gerais, e nossa memória se reflete também neste território. Nós, que somos conhecedores da cultura, encontramos nos grafismos das próprias plantas do Córrego de Areias os nossos grafismos, além de ervas medicinais que eram usadas nos tempos antigos pelos nossos antepassados.

Dentro da nossa cultura, nós temos plantas que são nossos parentes e que têm em seu corpo o grafismo que usamos nos nossos corpos. Uma delas é conhecida como carrapicho-meia-lua, que na nossa língua se chama *hamani hadia*. Ela é usada como medicina pela minha mãe contra infecções, e o desenho de meia lua que ela tem é o nosso próprio grafismo, que hoje nós usamos no rosto e as mulheres também usam acima dos seios. O pé de coco macaúba é outra planta que encontramos bastante por aqui e que sempre foi usada pelos antepassados para acessar a dimensão dos mundos espirituais. Dentro da nossa cultura tem uma história que diz que uma mulher veio do céu e se casou com um homem kamakã que vivia na Terra, mas sentiu saudade dos seus parentes que moravam lá em cima. Ela, então, o convidou

para ir junto com ela, e ele subiu por um pé de coco para a aldeia dos parentes da mulher no céu.

Muitas pessoas podem não saber, mas a terra onde estamos é uma terra por onde passaram muitas etnias, muitos povos diferentes. Foram encontradas, inclusive, muitas cerâmicas de um povo chamado Aratu, que veio do Nordeste, em uma região próxima onde a Vale está fazendo um memorial. Além disso, muita mão de obra do meu povo Kamakã foi usada para abrir a estrada que conecta Minas Gerais à Bahia. Nessa época, meu povo trabalhou muito apesar de viver na miséria, mas hoje nós não aceitamos sermos escravizados e termos nosso sangue e nosso suor jogados nessa terra. Hoje, a nossa comunidade está se reconstruindo e nós estamos fortalecendo a nossa espiritualidade.



Já estive em vários lugares do Brasil e já morei em muitas aldeias diferentes, mas acho que estar em outros territórios não enfraquece a minha identidade, muito pelo contrário. Eu falo a língua guarani (que não é a língua originária do meu povo), eu entendo um pouco do Kaingang, eu convivo com povos da região Sul do Brasil. Ficar longe do meu território de origem e aprender a língua dos parentes, na verdade, me fortaleceu. Hoje não há nada que me abale, porque eu sei da minha história, de onde eu vim, de onde meus mais velhos vieram. Eu sou bem mais forte do que qualquer tipo de preconceito e, por onde eu passo, fortaleço os parentes, escuto com atenção os mais velhos e ensino o que posso para os mais novos.

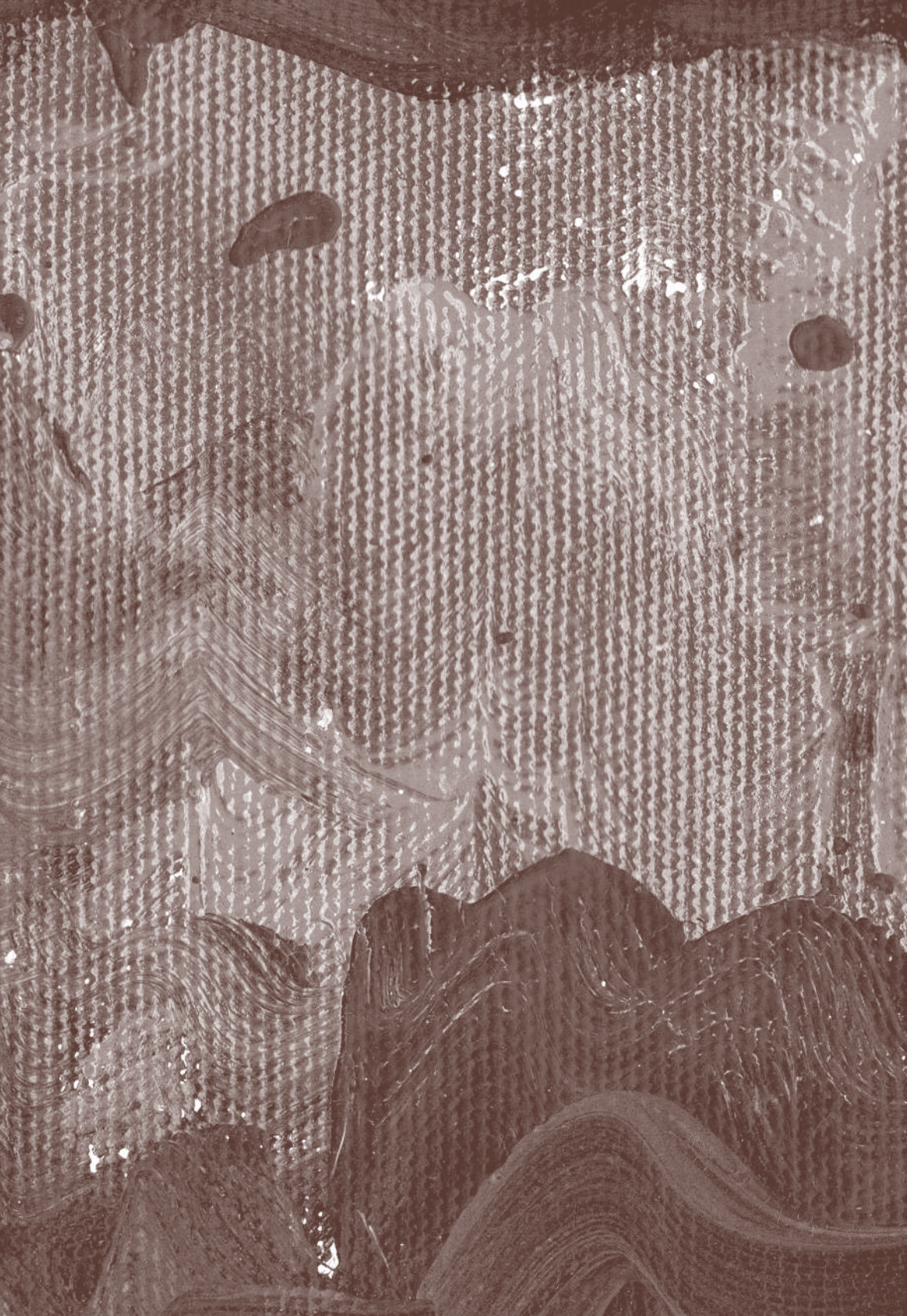
Acho que principalmente as crianças têm que aprender desde pequenos o modo de vida de seus povos. A partir disso, elas podem viajar para qualquer lugar do mundo e nunca perder a sua identidade. Aqui, na Aldeia Kamakã Mongoió, é o lugar onde, neste momento, nós reforçamos a nossa identidade. Não temos

ainda uma estrutura de construção muito boa e confortável, mas nos alegamos só de vermos a natureza, vermos a vida crescer neste lugar. Muito tempo antes de fazer a retomada do nosso território, eu sonhei com este lugar que tinha água abundante, eu sentia o sabor dessa água. Quando éramos crianças, eu e o meu irmão mais velho Tinawê sempre olhávamos para as montanhas da Serra da Moeda e tentávamos fugir para lá, mas elas nunca chegavam. Hoje, eu moro dentro dessas montanhas. Este território me chamou, o próprio território me convidou para que eu ficasse nele.

Toda retomada de território é uma retomada da história, do modo de viver tradicional, do bem viver indígena. Hoje muitos de nós perderam seus espaços, enquanto há muitas terras sem uso por aí. Nós queremos nossas terras não para sermos proprietários delas, nem para ganharmos dinheiro com elas. Para nós a terra é sagrada, não é o patrimônio de uma pessoa, mas da humanidade inteira. É através da terra que podemos produzir o alimento sem agrotóxico e preservar a natureza. Se passar uma água por aqui, ela vai para a cidade sem ser poluída, porque os povos indígenas só tiram da terra o suficiente para sobreviver.

Os meus filhos moram em um pequeno território no Rio Grande do Sul que não tem água, não tem rio, e onde é preciso comprar lenha para sobreviver. Isso me faz pensar, lutar pelos nossos direitos e dar a vida pelo território. Esta é a minha casa e, apesar de não ser o lugar onde eu nasci, é um crime dizerem que ele não é um território tradicional. O Brasil inteiro é caminho nosso, porque tudo aqui é território indígena. Eu não sei falar bonito, mas essa é a nossa palavra: *Emâg Emâg!* Por aqui, nós vamos continuar caminhando.







AUTORES

Ana Elisa Gonçalves

Artista visual permeada pela teatralidade, pesquisa imagens que nascem da oralidade, buscando aquilo que há entre a memória e o corpo que merece ser descrito. Enaltece também vivências do feminino afro latino americano e as discussões trazidas por seus territórios de origem.

Alex Santana

Ceramista, artista plástico autodidata e idealizador do Atelier-Escola Cerâmica Santana no Aglomerado da Serra, Belo Horizonte (MG), o primeiro centro de formação em cerâmica dentro de uma favela na América Latina.

Cenir Silva

Mestra de obras, pedreira e professora de construção civil no coletivo Arquitetura na Periferia, que capacita mulheres da periferia e das ocupações urbanas para reformar e construir as próprias casas.

Diógenes Pires

Graduado em Licenciatura em Física pela UFMG, foi Assistente Educacional e Planetarista no Espaço do Conhecimento da UFMG. É professor de Física na Rede Decisão, onde atua no exercício da docência na educação básica no Ensino Fundamental II e Médio; e professor de Ciências da Natureza na Escola da Serra, em Belo Horizonte.

Eduardo Evangelista

Engenheiro civil, mestre em Geociências e idealizador da Mina Du Veloso, um empreendimento turístico e comunitário de caráter educativo que funciona em Ouro Preto desde 2014. O trabalho destaca a valorização e divulgação do legado e da inteligência africana em práticas de engenharia, metalurgia e mineração na construção de Ouro Preto e apresenta atividades de educação patrimonial e palestras, além das visitas.

Gercino Alves

Ator e diretor de teatro, dançarino, figurinista, mestre de Capoeira Angola do grupo Treme Terra, dançante na Guarda de Moçambique e Congo Treze de Maio de Nossa Senhora do Rosário, professor e educador em Lagoa Santa e Belo Horizonte (MG). Foi um dos criadores do Boi da Manta Encantado, manifestação artística popular da região de Lagoa Santa, que tem como fundamento a Capoeira Angola, o Reinado de Nossa Senhora do Rosário e o teatro.

Horacius de Jesus

Artista visual, educador social, fotógrafo e ativista cultural residente no Morro das Pedras em Belo Horizonte (MG). Atua na formação da juventude periférica e é um guardião da memória do Morro das Pedras.

Ione Maria de Oliveira

Raizeira, benzedeira, parteira, doula e rum-bona do Ilê Axé Ode Safe Odom Ara. É filha de Wanda de Oliveira, matriarca do Quilombo Mangueiras, além de mestra da cultura popular reconhecida pela Secretaria de Cultura de Belo Horizonte e rainha da Guarda de Congo Estrela do Oriente.

João Diniz

Empresário, produtor de eventos e presidente da Cavallhada de Mateus Leme (MG).

Massuelen Cristina

Artista e pesquisadora, seu trabalho passa pelas encruzilhadas da performance, pintura, audiovisual e instalação. Neta de Dinorá e filha de Sueli, é natural de uma família de lavadeiras do Quilombo Xavier, em Sabará (MG). Em sua pesquisa, a artista propõe curar o tempo a partir das imagens, signos e relações entre seu corpo e o território das margens do Rio das Velhas, onde se encontra o quilombo.

Merong Kamakã Mongoió

Cacique da comunidade indígena Kamakã Mongoió, pertence ao povo Pataxó-Hã-Hã-Hãe e à sexta geração da família Kamakã Mongoió. Junto com sua mãe, Cacica Katorã Kamakã, e sua sobrinha, Kenawara Kamakã, liderou a retomada do território do Vale do Córrego de Areias, em Brumadinho (MG), onde seu povo recupera não só a terra originária, como também os saberes milenares e o bem viver indígena.

Poliana Souza

Educadora popular, coordenadora do MLB, Movimento de Luta por Moradia nos Bairros, Vilas e Favelas. É moradora da ocupação Eliana Silva, na região do Barreiro, onde vem gestado o Vale das Ocupações, uma área de proteção ambiental que une a luta por moradia à proteção do meio ambiente.

Sebastiana Lúcia Pinto da Silva

Cozinheira, quitandeira, faxineira e mestra artífice nas técnicas ancestrais de construção de fornos de barro. Atualmente mora na Ocupação Esperança, em Santa Luzia (MG), onde produz fornos para venda e realiza oficinas para crianças em escolas.

Shirlene Sabina dos Santos

Raizeira e benzedeira do Quilombo do Açude, em Jaboticatubas, Serra do Cipó (MG). É mestra e detentora dos saberes do Candombe e participante da Articulação Embaúba de Parteiros, Raizeiras e Benzedadeiras da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Russo APR

Educador, ator, cantor, compositor, produtor cultural e videomaker. É idealizador do Coletivo Terra Firme, projeto sociocultural voltado para a juventude periférica nos bairros Independência, no Barreiro, e Morada da Serra, em Ibirité (MG), que promove iniciativas como duelo de MCs, cineclube popular, sarau poético e bibliotecas urbanas.

Thiago Lopes

Idealizador do Roots Ativa, coletivo rastafari formado por agentes culturais, cozinheiros e artistas que desenvolve atividades de agroecologia, sustentabilidade e geração de renda no Aglomerado da Serra, em Belo Horizonte (MG). Thiago também coordena o Lixo Zero, um projeto de reciclagem e compostagem de lixo doméstico no bairro de Santa Tereza.

ORGANIZADORES

Ceci Nery Batista

Arquiteta e Urbanista formada pela UFMG, produtora cultural e pesquisadora de patrimônio cultural imaterial. Integrou o grupo de pesquisa Práxis - Práticas Sociais no Espaço Urbano (UFMG) e o coletivo Cozinha Comum. Participou do projeto de pesquisa e elaboração do livro *Pelos caminhos da memória ancestral das matriarcas do Kilombo Souza* (2021).

Felipe Carnevali

Arquiteto e Urbanista formado pela UFMG, mestre em Arquitetura e Urbanismo pela mesma instituição (NPGAU) e mestre em Ciências Sociais pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS - Paris, França). É designer, co-editor de PISEAGRAMA e co-organizador do grupo de pesquisa Cosmopolíticas Editoriais. Atualmente integra o núcleo editorial do Instituto Tomie Ohtake, em São Paulo.

Paula Lobato

Arquiteta e Urbanista formada pela UFMG, mestre em Arquitetura e Urbanismo pela mesma instituição (NPGAU). Integrou a equipe do BDMG Cultural entre agosto de 2021 e novembro de 2023 como Coordenadora de Projetos, responsável pela produção da REVISTA BDMG Cultural e do Programa Educativo.

FICHA TÉCNICA

BDMG Cultural

Diretor-presidente

Gustavo Mitre

Diretora Financeira

Larissa D'Arc

Secretário Executivo

Jose Marcus Diniz

Comunicação

Paulo Proença

Designer Gráfica

Maria T Moraes

Coordenadora de Música

Beth Santos

Coordenador de Artes Visuais

Érico Grossi

Coordenadora do Educativo

Paula Lobato

Coordenador de Patrocínios

Francisco Rocha

Assessora

Giulyene Passos

Estagiária – Acervos

Amália Torres

Estagiária – Comunicação

Bruna Gomes

Histórias do Chão

Realização

BDMG Cultural

Organização

Paula Lobato, Felipe Carnevalli, Ceci Nery

Coordenação editorial

Paula Lobato, Felipe Carnevalli, Ceci Nery

Conversas que originaram os textos

Paula Lobato, Felipe Carnevalli, Ceci Nery

Transcrição das conversas

Pedro Teixeira

Edição e preparação de textos

Paula Lobato, Felipe Carnevalli, Ceci Nery

Projeto gráfico e diagramação

Maria T Moraes, Paula Lobato, Felipe Carnevalli

Arte da capa e aberturas de capítulo

Ana Elisa Gonçalves

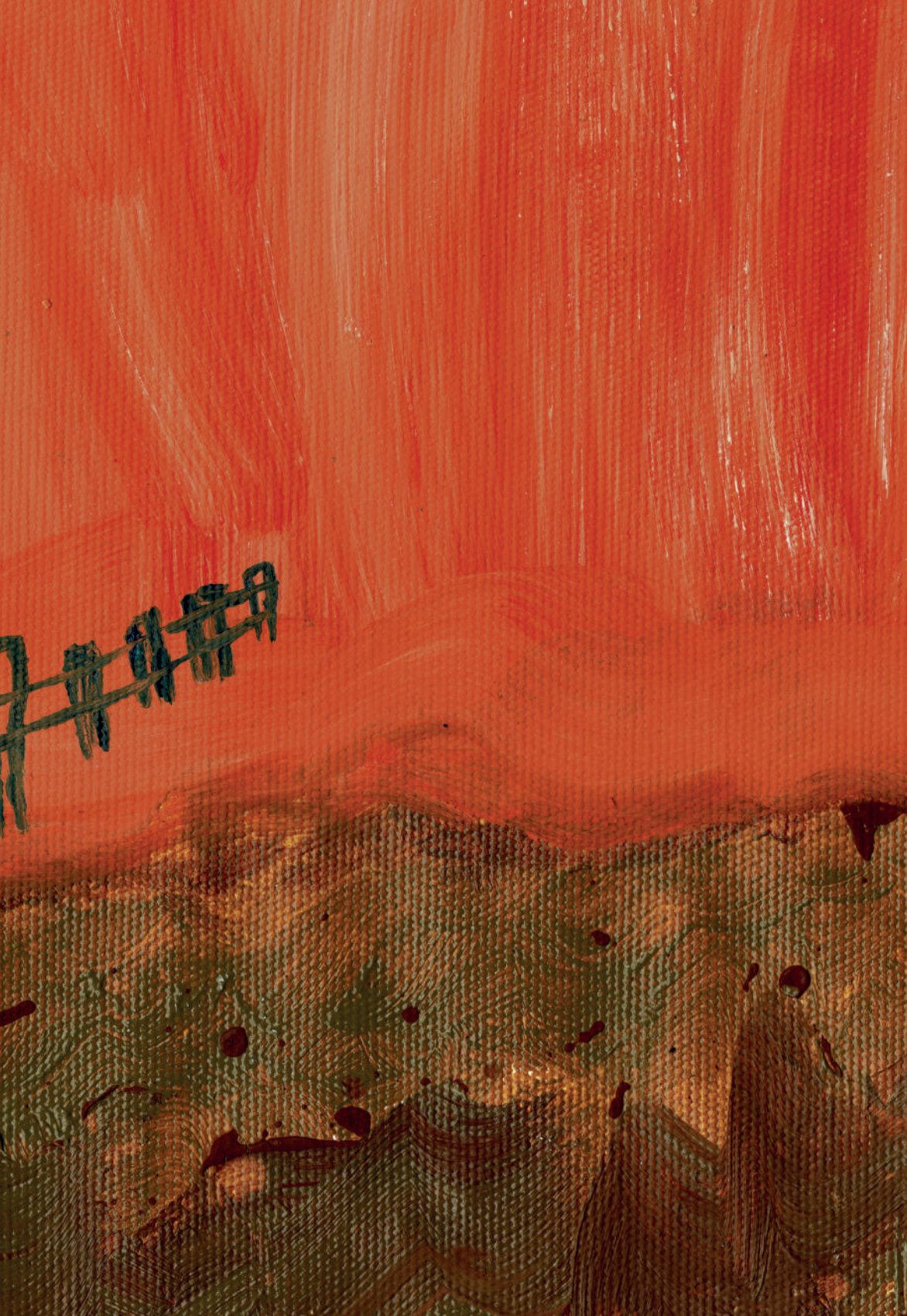
Revisão de textos

Mariana Di Salvio

Agradecemos a Núria Manresa, Junia torres, Mariana Oliveira, Emmanuel Almada e José Marcus Diniz pela articulação com alguns dos autores deste livro.

ISBN: 978-65-87282-16-9

Dezembro de 2023





PROGRAMA EDUCATIVO
BDMG CULTURAL

